

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

30 ABRIL a 1 AGOSTO 2025

Índice

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	PROCESSO	4
2.1.	PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO	5
2.2.	FORMAS DE PARTICIPAR E APOIO À PARTICIPAÇÃO	6
2.3.	ELEMENTOS DA PROPOSTA DISPONIBILIZADOS.....	11
3.	ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	13
3.1.	ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES.....	13
3.2.	CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	16
3.3.	RESULTADOS DA PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES.....	17
4.	ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA	22
5.	CONCLUSÃO	24
6.	ANEXOS	25
	ANEXO I – PUBLICITAÇÃO	26
	ANEXO II – QUADRO DE PONDERAÇÃO	36
	ANEXO III – LISTA DE REGISTOS NÃO PONDERADO	125
	ANEXO IV– PLANTA COM A DELIMITAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	126

Índice das Figuras

Figura 1- Anúncio do período de discussão com ligações para consulta da proposta e participação, no site do município	7
Figura 2 – Link na página inicial do site para página de consulta da proposta e participação online	7
Figura 3 – Link na página inicial do site para página de consulta da proposta e participação online (prorrogação)	8
Figura 4 – Plataforma para consulta e participação online	9
Figura 5 – Formulário para participação, alternativa à participação online	10

Índice dos Gráficos

Gráfico 1 - Modo de submissão da participação (%)	13
Gráfico 2 - Participações registadas no Discussão Pública	14
Gráfico 3 - Tema das Participações Ponderadas	15
Gráfico 4 - Participações que incidem sobre SRUP	15
Gráfico 5 - Participações por freguesia de incidência	16
Gráfico 6 - Ponderação das Participações	18

Índice dos Quadros

Quadro 1 - Resposta a questões recorrentes nas participações	22
Quadro 2 - Síntese das alterações ao Solo Urbano e Rústico	23
Quadro 3 - Síntese das alterações à RAN e REN	24

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório diz respeito ao Período de Discussão Pública, que decorreu entre os dias 30 de abril e 1 de agosto de 2025, sobre a proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso, adiante designado por PDMST, cuja elaboração foi determinada por deliberação da Câmara Municipal de Santo Tirso, na reunião pública de 18 de setembro de 2018, publicada pelo Aviso n.º 16958/2018 no Diário da República de 22 de novembro de 2018.

A discussão pública prevista no Artigo 89º do Decreto-Lei n.º 80/2015, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), faz parte dos procedimentos previstos neste regime para assegurar o direito de participação dos cidadãos, ocorrendo após a conclusão do acompanhamento da elaboração do plano pela Comissão Consultiva e a emissão do parecer final sobre a proposta do plano pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

O presente relatório integra a análise e ponderação das participações apresentadas e os resultados da Discussão Pública, nomeadamente a resposta fundamentada às participações, nos termos do n.º 3 do Artigo 89º do RJIGT, e as alterações a introduzidas na proposta do PDMST.

As questões relacionadas com a participação ao longo do processo de desenvolvimento da proposta de plano, nomeadamente, a exposição sobre o período inicial de participação, a sessão pública de sensibilização, as sessões participativas nas freguesias e as participações recebidas ao longo do processo, encontram-se descrito no capítulo VI. do Relatório do Plano e no seu Anexo I.

2. PROCESSO

Concluída a elaboração da proposta do PDMST, a mesma foi submetida a parecer da Comissão Consultiva, por tendo sido aprovada por unanimidade, na 2ª reunião plenária, realizada em 20 de dezembro de 2024.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Instituto Público (CCDR-NORTE, I.P.), nos termos do artigo 85º do RJIGT, emitiu, em 16 de janeiro de 2025, o Parecer Final sobre a proposta do plano, tendo proferido “Decisão Global Definitiva e Vinculativa para toda a Administração Pública, Favorável”.

Neste seguimento, foram ponderadas as observações, recomendações e sugestões de melhoria que as entidades da Comissão Consultiva enunciaram nos respetivos pareceres, tendo sido incorporadas na proposta do plano as correções que contribuíram efetivamente para a sua

melhoria, conforme consta do relatório de ponderação dos pareceres anexa aos elementos do plano.

Tendo a proposta merecido Parecer Final Favorável, nos termos do artigo 89º do RJIGT, a Câmara Municipal, em reunião pública, de 20 de março de 2025, deliberou a abertura do período de Discussão Pública por trinta dias úteis, a contar do quinto dia posterior ao da publicação do respetivo Aviso no Diário da República.

Tendo o Aviso nº 10631/2025/2, sido publicado na 2ª Série do Diário da República, em 22 de abril, o período de Discussão Pública decorreu desde 30 de abril, até 12 de junho, inclusive.

Devido à quantidade de participações e pedidos de atendimento para esclarecimentos sobre a proposta, a Câmara Municipal decidiu, por deliberação de 12 de junho, prorrogar o período de Discussão Pública por 20 dias úteis a contar da publicação de aviso no Diário da República, aceitando todas as participações entretanto recebidas.

O Aviso nº 16539/2025/2 relativo à prorrogação referida foi publicado na 2ª Série do Diário da República de 2025/07/03, determinando o prazo final do período da Discussão Pública no dia 1 de agosto de 2025.

No presente relatório procede-se à ponderação das participações recebidas no período acima referido.

2.1. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Procedeu-se à publicitação da abertura do período de Discussão Pública, nos termos definidos no RJIGT, através de aviso/edital onde consta o período de discussão, a forma como os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, e os locais onde se encontra disponível a proposta, nomeadamente:

- Aviso nº 10631/2025/2, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 22 de abril e prorrogação através de Aviso nº 16539/2025/2 publicado na 2ª Série do Diário da República de 03 de julho;
- Edital nº 32/2025, afixado nos lugares de estilo, disponibilizado no sítio na Internet do município (www.cm-stirso.pt), e enviado para afixação em todas as juntas de freguesia, em 3 de abril, sendo a prorrogação publicitada por Edital nº 96/2025, nos mesmos termos, sendo enviado para as juntas de freguesia a 16 de junho;
- Divulgação na comunicação social;

- Através da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), onde foram disponibilizados todos os elementos da proposta, em 28 de abril, possibilitando a participação até ao fim do período de prorrogação;
- Através do sítio eletrónico do Município, www.cm-stirso.pt e das redes sociais do município.

No **Anexo I** do presente relatório constam extratos relativos à publicitação e divulgação.

2.2. FORMAS DE PARTICIPAR E APOIO À PARTICIPAÇÃO

Foi disponibilizada uma plataforma de participação georreferenciada (Geoportal) no sítio eletrónico do município, www.cm-stirso.pt, acedendo a partir de link na página inicial do site ou a partir do separador “Plano Diretor Municipal” ou em “Discussão Pública”, conforme figuras seguintes.

Na referida plataforma foi possível aceder a todos os elementos que constituem a proposta da 2ª Revisão do PDM, para consulta, e proceder à participação online através de ferramentas próprias.

Foi disponibilizado, através plataforma referida e presencialmente nos balcões de atendimento da câmara municipal, o formulário para apoio à participação – Ficha de Participação.

Este formulário contém a identificação do participante, o contacto e a exposição propriamente dita. Esta ficha de participação é acompanhada de documentação vária que o participante entenda como relevante para a exposição apresentada e sempre que aplicável, localização da participação.

Ao longo de todo o período da Discussão Pública foi disponibilizado o serviço de atendimento presencial, pela equipa responsável pela elaboração da proposta, para esclarecimentos e apoio à consulta da proposta e à participação.

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso

Relatório de ponderação da Discussão Pública

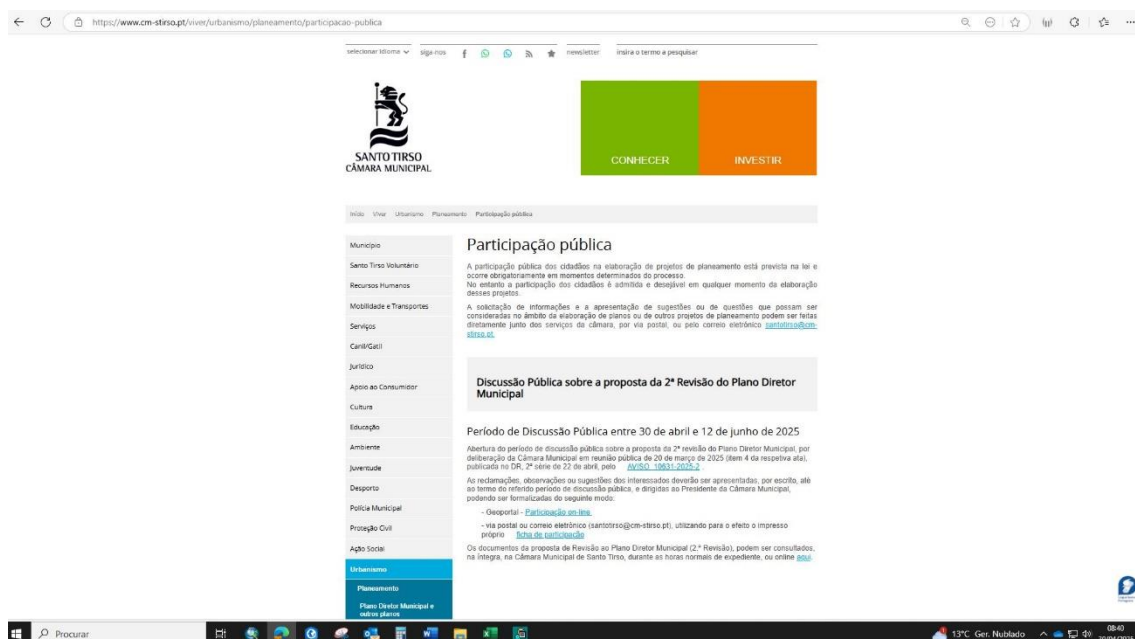


Figura 1- Anúncio do período de discussão com ligações para consulta da proposta e participação, no site do município

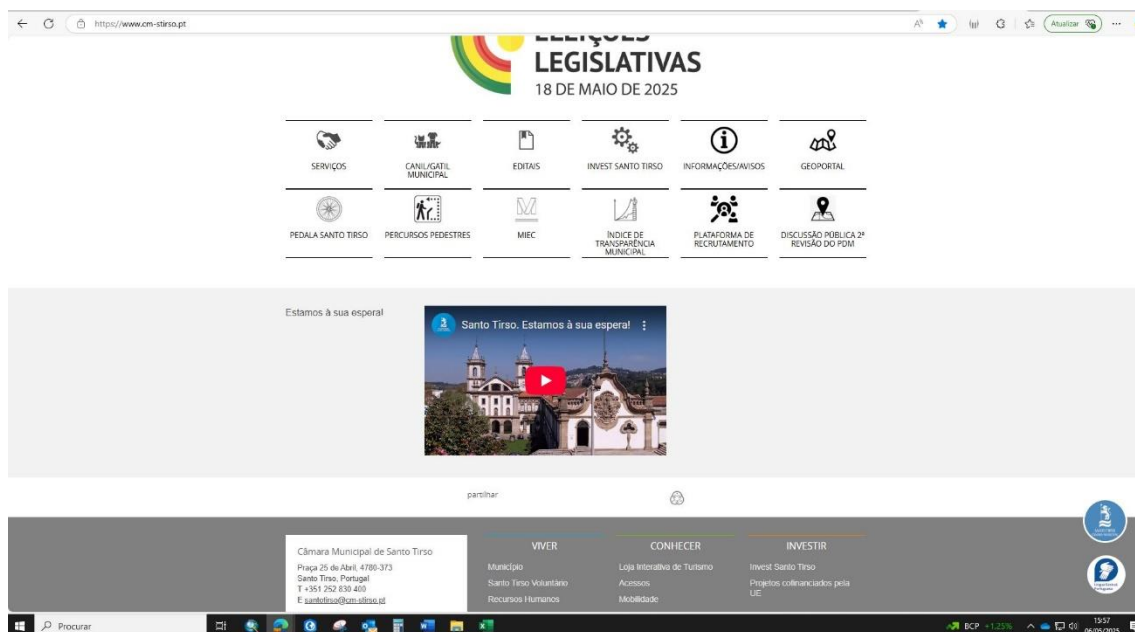


Figura 2 – Link na página inicial do site para página de consulta da proposta e participação online

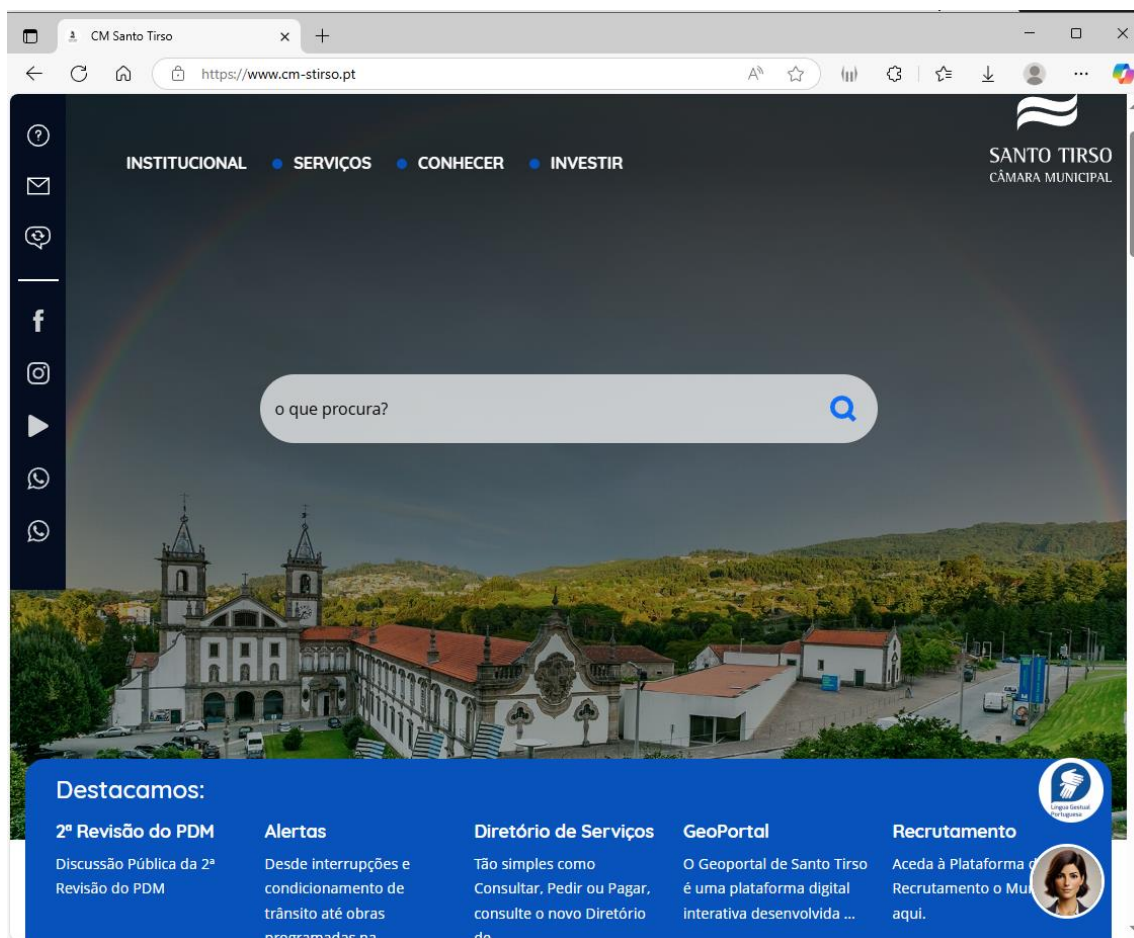
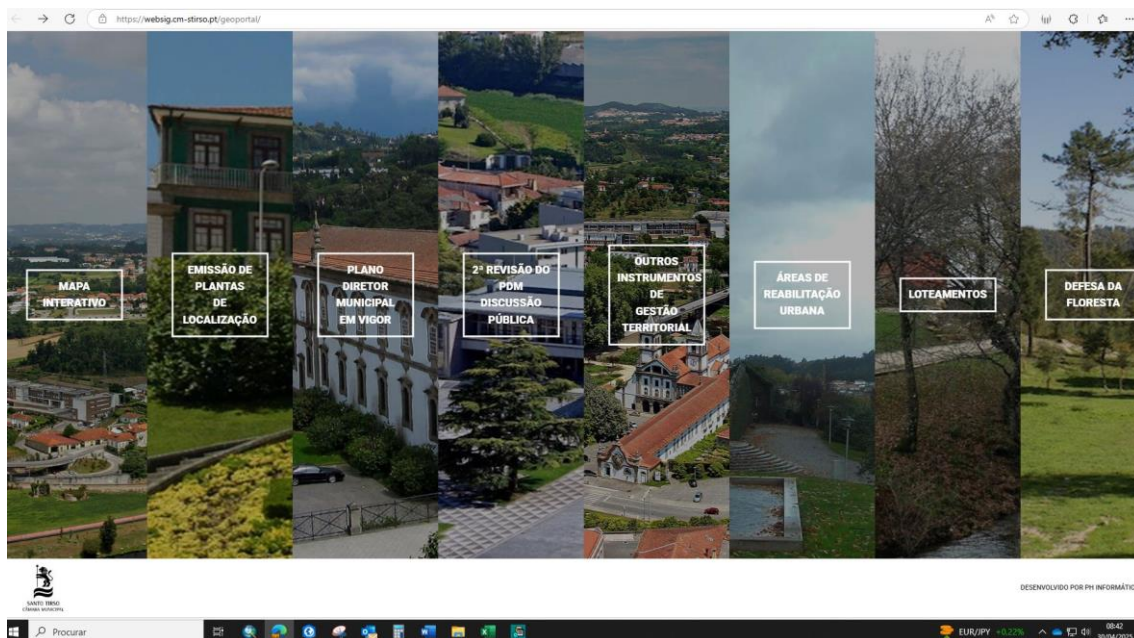


Figura 3 – Link na página inicial do site para página de consulta da proposta e participação online (prorrogação)



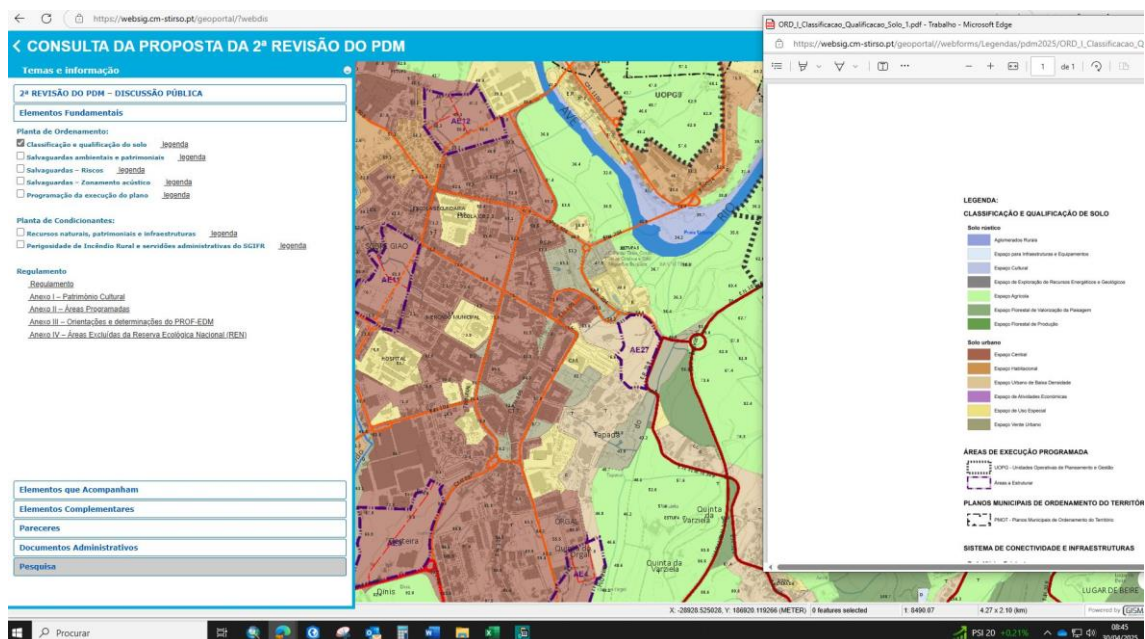


Figura 4 – Plataforma para consulta e participação online

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

[illegible]

Figura 5 – Formulário para participação, alternativa à participação online

2.3. ELEMENTOS DA PROPOSTA DISPONIBILIZADOS

Conforme referido nos pontos anteriores, a partir do dia 30 de abril foram disponibilizados, no site do município, todos os elementos que constituem a proposta da 2ª Revisão do PDM (PDMST).

A proposta ficou ainda disponível para consulta, na sua forma impressa, na Câmara Municipal, no horário normal de funcionamento.

Para além dos elementos fundamentais e que acompanham a proposta plano, foram também disponibilizados os elementos complementares, o parecer final da CCDRN e a ata da 2ª reunião da Comissão Consultiva, assim como os pareceres emitidos pelas entidades representadas nessa comissão.

Elementos disponibilizados:

- Elementos fundamentais:

Regulamento e seus anexos, que dele fazem parte integrante:

- Anexo I – Património Cultural;
- Anexo II – Áreas Programadas;
- Anexo III – Orientações e determinações do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre o Douro e Minho (PROF-EDM);
- Anexo IV – Áreas Excluídas da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Planta de Ordenamento, desdobrada em:

- Planta de Ordenamento I – Classificação e qualificação do solo;
- Planta de Ordenamento II – Salvaguardas ambientais e patrimoniais;
- Planta de Ordenamento III – Salvaguardas – Riscos;
- Planta de Ordenamento IV – Salvaguardas – Zonamento acústico;
- Planta de Ordenamento V – Programação da execução do plano.

Planta de Condicionantes, desdobrada em:

- Planta de Condicionantes I – Recursos naturais, patrimoniais e infraestruturas;
- Planta de Condicionantes II – Perigosidade de Incêndio Rural e servidões administrativas do SGIFR.

- Elementos que acompanham:

- Relatório;
- Programa de Execução;
- Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira;

- Relatório Ambiental e resumo não técnico.
 - Elementos complementares:
 - Planta de Enquadramento Regional;
 - Planta da Situação Existente;
 - Planta das Áreas Percorridas por Incêndios Rurais nos últimos 25 anos;
 - Carta do Património Arquitectónico e Arqueológico;
 - Planta da Estrutura Ecológica Municipal por sistemas;
 - Carta da Reserva Ecológica Municipal por tipologias;
 - Planta dos Equipamentos e Infraestruturas;
 - Planta e Relatório de Compromissos Urbanísticos;
 - Mapa de Ruído;
 - Carta Educativa;
 - Estudos de Caracterização.
 - Pareceres
 - Parecer Final da CCDRN e ata da 2ª reunião da Comissão Consultiva;
 - Pareceres emitidos pelas entidades representadas na Comissão Consultiva;
 - Ponderação dos pareceres emitidos pelas entidades representadas na Comissão Consultiva;
 - Pareceres emitidos em sequência da Discussão Pública.
 - Documentos administrativos
 - Início da elaboração da 2ª Revisão do PDM: Deliberação de início (Aviso 16958/2018) e Termos de Referência;
 - Comissão Consultiva (Aviso 1319/2019)
 - Abertura do período de Discussão Pública – Deliberação da Câmara Municipal; Aviso 10631/2025/2 no Diário da República.

3. ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

3.1. ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

Todas as participações recebidas durante o período de Discussão Pública foram identificadas através de um número de registo atribuído pela aplicação online do GEOPORTAL em www.cm-stirso.pt ou pelo Sistema de Gestão Documental (SGD) quando entregues por correio eletrónico santotirso@cm-stirso.pt, por via postal ou presencialmente.

Os dados pessoais recolhidos pela Câmara Municipal no âmbito da Discussão Pública—constantes nos formulários não serão publicamente divulgados, em cumprimento do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). Para efeito da presente ponderação das participações, a mesma é identificada pelo referido número de registo, que no caso das participações através do Geoportal assume um número que pode ter 3 ou 4 dígitos e no caso das participações registadas pelo SGD assume 5 dígitos, barra e a referência ao ano (xxxxx/25).

Foi ainda efetuada a georreferenciação de cada participação, para aquelas que reportam a uma localização específica, associada a uma base de dados que caracteriza cada participação, permitindo analisar a distribuição das participações tendo em conta o objeto da participação, a freguesia e a classe de espaço onde se inserem, e bem ainda síntese do motivo/ sugestão apresentados.

Foram rececionados um total de **1053 registos**, sensivelmente no mesmo número quer no Geoportal (549), quer no SGD (504). No total de registos verificaram-se 291 registos duplicados, substituídos ou, no caso de registos online, sem qualquer exposição. Todos os registos considerados não válidos para ponderação (291), foram excluídos do quadro de ponderação, tendo, no entanto, sido listados, constituindo o Anexo III – Lista de registos não ponderados.

Em resumo foram considerados válidos 478 registos do SGD e 314 registos do Geoportal, resultando num total de **762 participações** em condições de ser ponderadas.

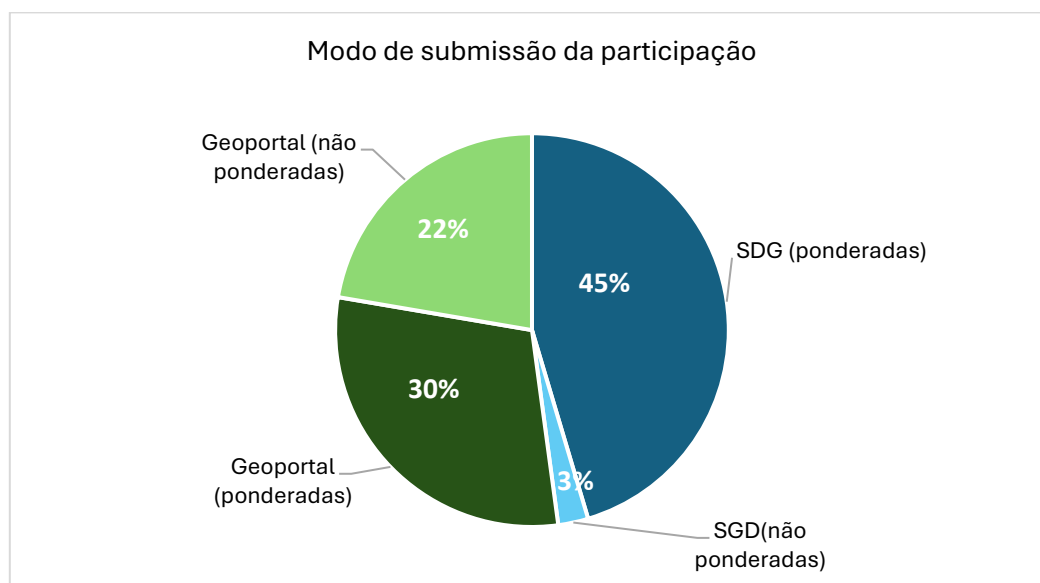


Gráfico 1 - Modo de submissão da participação (%)

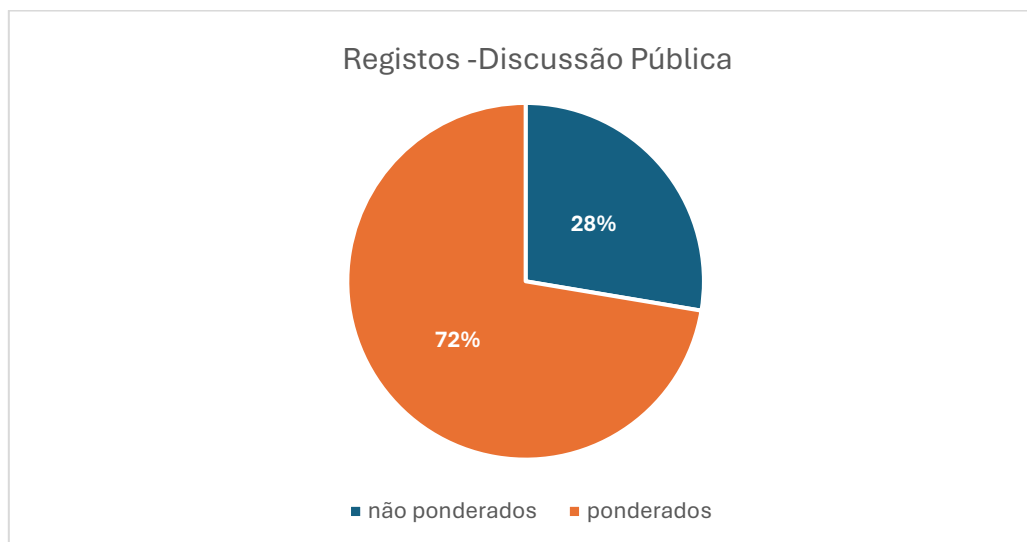


Gráfico 2 - Participações registadas no Discussão Pública

Para sistematização, quantificação e ponderação das referidas participações, estas foram objeto de caracterização em função do assunto tratado, nos seguintes grupos:

- a) Classificação do solo
- b) Categoria de espaço
- c) Regulamento
- d) Servidões e restrições de utilidade pública
- e) Programação, ações e obras a realizar
- f) Ambiente e património
- g) Fora do âmbito

Esta caracterização refere-se ao tema dominante de cada participação, sem prejuízo da apreciação de todas as questões colocadas.

A grande maioria das 762 participações refere-se à pretensão de ver alterada a classificação de solo, propondo a alteração de rústico para urbano (674), que maioritariamente se consubstanciam em solicitações de exclusão de RAN ou REN. É relevante o número de participações que se referem à programação do plano (30), nomeadamente à rede viária proposta, UOPG e Áreas a Estruturar. As restantes participações ponderadas incidem sobre as SRUP (19), a qualificação de solo (17), questões sobre o regulamento (9), ambiente e património (8) e ainda as participações consideradas fora de âmbito (5).

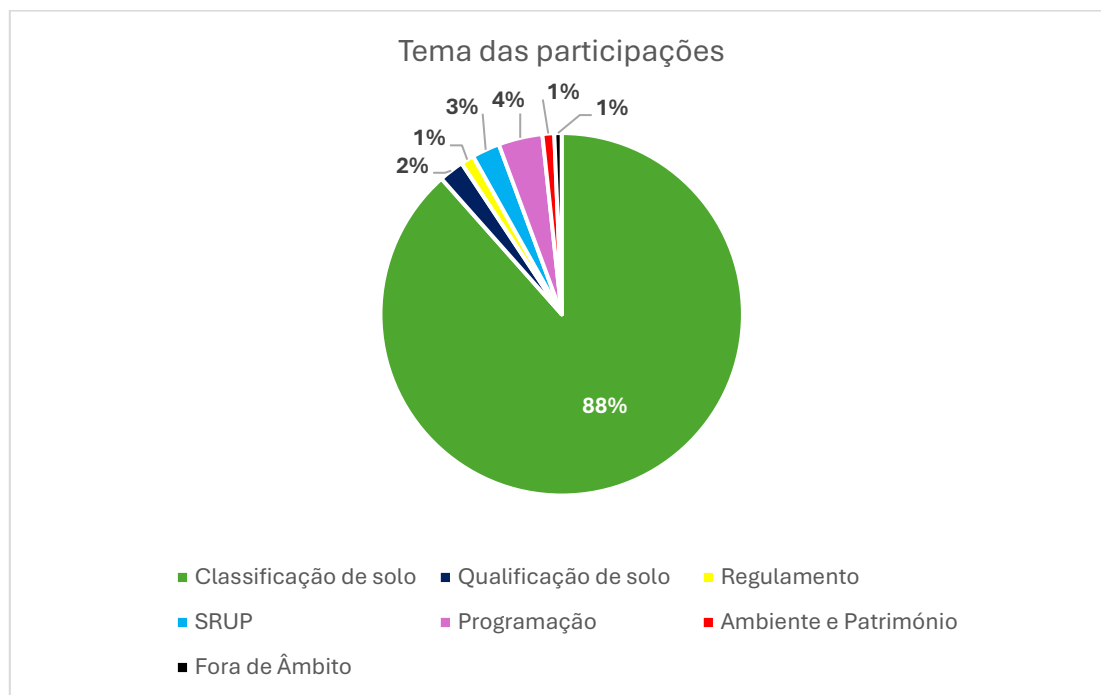


Gráfico 3 - Tema das Participações Ponderadas

Do total de participações, independentemente do tema principal analisado, mais de metade (54%) incidem sobre SRUP, de um modo equitativo entre RAN e REN e num pequeno número sobre o domínio hídrico.

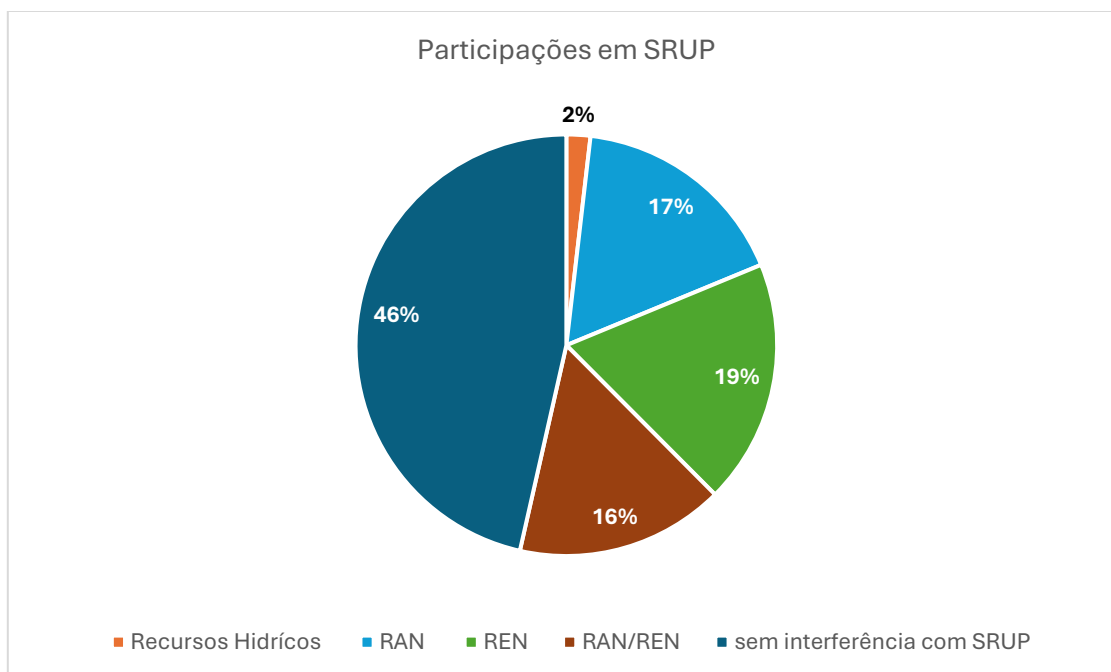


Gráfico 4 - Participações que incidem sobre SRUP

O maior número de participações registadas incide sobre a U.F. Santo Tirso, Couto (S. Cristina e S. Miguel) e Burgães (153), bem como sobre a freguesia de Monte Córdova (105), representando

aproximadamente 20% e 14%, respetivamente. Ainda que a maioria das participações tenha uma localização específica, algumas incidem sobre mais do que uma freguesia e outras por apresentarem um conjunto de sugestões de âmbito geral, se considerou aplicável a todo o concelho.

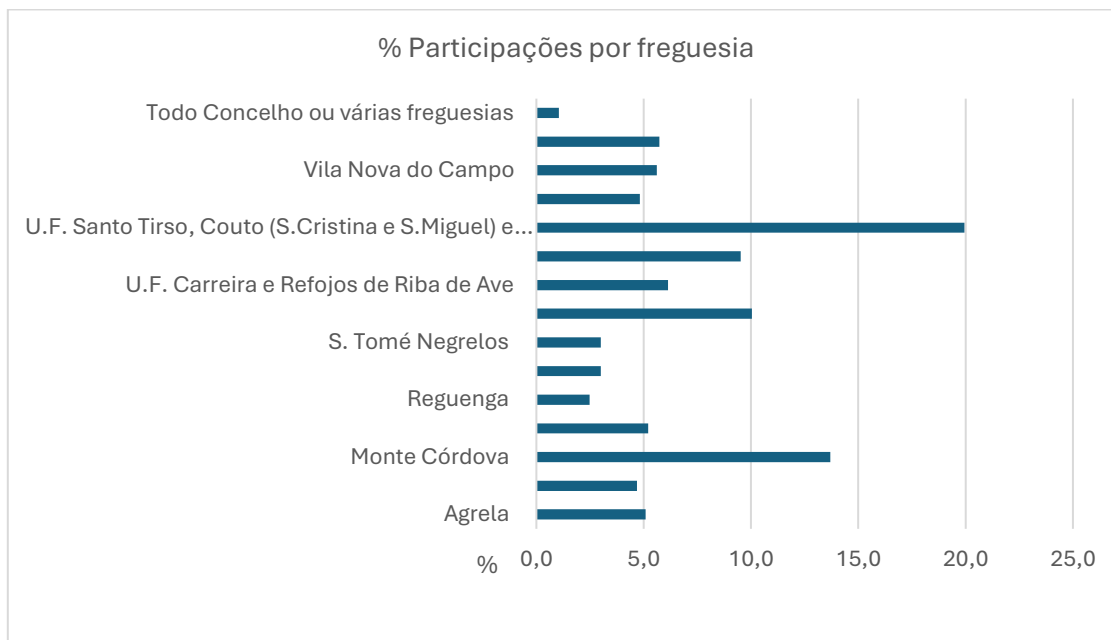


Gráfico 5 - Participações por freguesia de incidência

3.2. CRITÉRIOS DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

A ponderação do conteúdo das participações teve em consideração um conjunto de critérios gerais, nomeadamente:

- O enquadramento nos objetivos estratégicos definidos na proposta do PDMST, expressos no Relatório do plano, não prejudicando as respetivas medidas;
- O enquadramento no modelo territorial preconizado para o território municipal, expresso no Relatório e nos elementos fundamentais da proposta do plano;
- Cumprimento da legislação e normas legais em vigor, em especial das relativas ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Lei nº 31/2014, Decreto-Lei nº 80/2015 e Decreto Regulamentar nº 15/2015 e das relativas às servidões e restrições de utilidade pública, identificadas no Regulamento e na Planta de Condicionantes da proposta do plano;
- Manutenção das salvaguardas ambientais e patrimoniais, identificadas no Relatório e na Planta de Ordenamento da proposta plano;
- Conciliação dos interesses particulares com a defesa do interesse público inerente à proposta do plano;

- Assegurar o tratamento equitativo e não discriminatório na apreciação das participações;
- Assegurar que as correções a introduzir na proposta do plano, em resultado da ponderação das participações, garantam um tratamento equitativo em todo o território municipal.

A ponderação das participações em que são solicitadas ou sugeridas alterações à classificação do solo, urbano e rústico, tem como base o procedimento de delimitação estabelecido no ponto 3.1 da secção IV. Modelo territorial, do Relatório da proposta do PDMST, adotando princípios fundamentais para dar resposta aos seguintes objetivos:

- A consolidação e densificação das centralidades urbanas;
- A coerência dos aglomerados e a contenção da fragmentação territorial;
- A dinâmica construtiva e as necessidades de espaços para construção de habitação e para instalação de empresas;
- A rentabilização e sustentabilidade das infraestruturas urbanas existentes e programadas;
- A preservação de valores patrimoniais, corredores verdes e das áreas integradas em RAN e REN;
- A minimização de riscos de inundações, de incêndio rural e de instabilidade de vertentes.

3.3. RESULTADOS DA PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

O resultado da ponderação das participações inclui o parecer e validação das entidades da Administração Central, nomeadamente as responsáveis pela RAN e REN e o contributo da equipa responsável pela Avaliação Ambiental do PDMST.

Da ponderação das participações na Discussão Pública, resulta um total 414 de participações acolhidas ou parcialmente acolhidas, acrescido ainda de 15 participações que se consideraram já contempladas pela proposta e tendo 328 não obtido acolhimento.

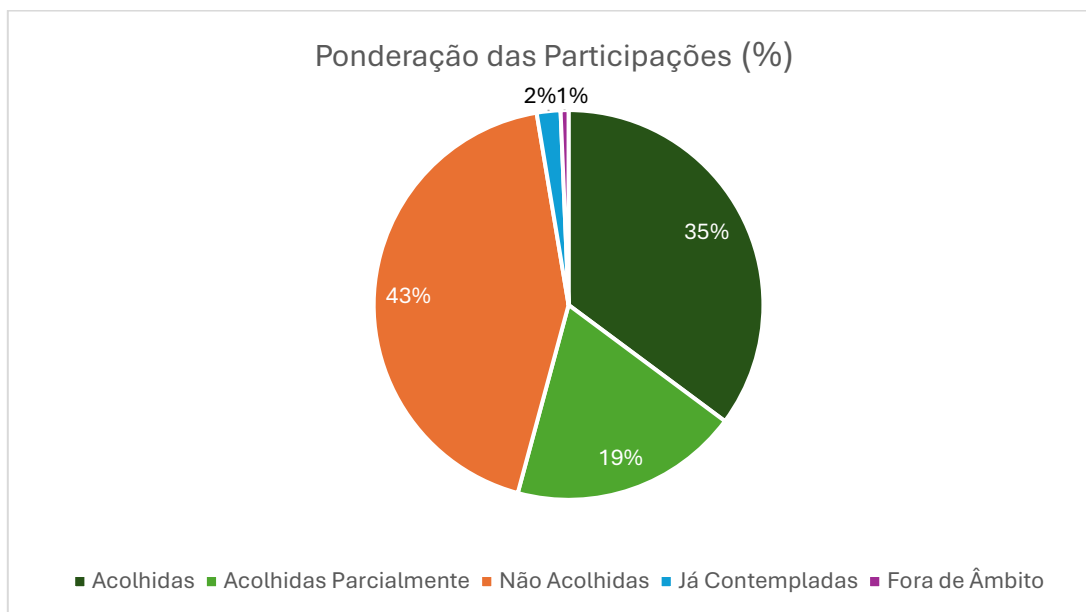


Gráfico 6 - Ponderação das Participações

A proposta de decisão para cada uma das participações, que integra a resposta fundamentada prevista no nº 3 do artigo 89º do RJGT, consta do **Anexo II – Quadro de ponderação e resultados**, onde se identifica:

- o nº de registo da participação, por ordem sequencial crescente para facilitar a consulta (Registo);
- o tema principal em que se enquadra a participação (Tema);
- o resumo da participação (Resumo);
- a resposta às questões colocadas (Ponderação);
- a decisão proposta (Decisão).

Atendendo ao número de participações recebidas a resposta realizar-se-á através da publicitação do presente relatório, que ficará disponível no sítio da internet da Câmara Municipal e fará parte integrante da RPDM.

Algumas questões foram colocadas em diversas participações, pelo que se optou, para simplificação, por resposta única no Quadro 1 - Resposta a questões recorrentes nas participações, sendo feita remissão para este quadro, na ponderação individual constante do Anexo II – Quadro de ponderação e resultados.

Quadro 1 - Resposta a questões recorrentes nas participações

NR 1	Questão: Reclamação sobre a classificação atribuída ao prédio (delimitação do solo rústico e urbano)
	<p>Resposta:</p> <p>A proposta do PDMST objeto de DP procedeu a uma nova classificação do solo urbano e do solo rústico, para garantir o cumprimento da Lei nº 31/2014 (Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), do Decreto-Lei nº 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e do Decreto Regulamentar nº 15/2015 (estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo), que vieram estabelecer um novo quadro legal para a sua delimitação.</p> <p>Com este novo quadro legal, não é permitida a classificação de solos como urbanizáveis, devendo as áreas não urbanizadas ou edificadas ser classificadas como rústicas, como referido no preâmbulo do Decreto-Lei nº 80/2015:</p> <p><i>“Institui-se um novo sistema de classificação do solo, em solo urbano e solo rústico, que opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável. Em nome do princípio da sustentabilidade territorial, a reclassificação do solo como urbano é limitada ao indispensável, sustentável dos pontos de vista económico e financeiro, e traduz uma opção de planeamento necessária, devidamente programada, que deve ser objeto de contratualização. Assim, institui-se a obrigatoriedade da demonstração da sustentabilidade económica e financeira da transformação do solo rústico em urbano, através de indicadores demográficos e dos níveis de oferta e procura do solo urbano.”</i></p> <p>De acordo artigo 71º do RJIGT, entende-se por solo urbano e solo rústico:</p> <p>“Solo urbano, o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação” e “Solo rústico, aquele que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, à valorização e à exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano”.</p> <p>No caso específico dos aglomerados rurais, reconhece-se a existência de habitações que caracterizam núcleos habitacionais rurais. A presença destes aglomerados não altera o estatuto de solo rústico, no entanto o regime aplicável permite a adaptações das edificações existentes e novas construções desde que em parcela própria.</p> <p>A delimitação do solo urbano não segue limites cadastrais, atendendo à escala do plano e ao seu carácter estratégico, mas também devido à não existência de informação cadastral georreferenciada. De acordo com orientações da CCDRN, foi estabelecida uma faixa máxima de 50m a partir do eixo da via habilitante para a delimitação do solo urbano destinado à construção em geral e de 150m para delimitação do Espaço de Atividades Económicas, que poderá ser reduzida na confrontação com RAN e REN. Excetuam-se as parcelas ocupadas por indústria e armazéns, fora do referido Espaço de Atividades Económicas, e situações constrangidas de terrenos em gaveto. Para esta delimitação é também assegurada a “A rentabilização de infraestruturas, evitando a extensão desnecessária das redes e dos perímetros urbanos e racionalizando o aproveitamento das áreas intersticiais”, em cumprimento da alínea f) do Artigo 37º da Lei nº 31/2014.</p> <p>Foram previstas áreas a urbanizar para construção de habitação ou para atividades económicas, através da delimitação de UOPG ou de Áreas a Estruturar (com prazo de execução) que asseguram a sua prévia infraestruturação e dotação de equipamentos e espaços verdes necessários, em locais que se revelam os mais adequados pelas suas características, com aproveitamento de vazios urbanos ou de áreas contíguas a solo urbano</p>

	aonde se tem verificado mais pressão urbanística. Com a previsão destas áreas pretende-se a concentração dos investimentos públicos e privados para garantia da sustentabilidade económica da construção e manutenção das infraestruturas urbanas.
NR 2	Questão: Reclamação sobre perda de direitos relativos à classificação e qualificação do solo
	<p>Resposta:</p> <p>Foi invocada em várias participações a lesão de direitos por desvalorização da propriedade ou inibição ou redução da capacidade construtiva atribuída pela proposta do PDMST.</p> <p>As alterações de classificação do solo de urbano para rústico que se verificam em algumas áreas do território, na proposta do PDMST relativamente ao PDM em vigor publicado em 2011, resultam do cumprimento do RJIGT que obrigou à adaptação dos planos municipais de ordenamento do território às novas regras de classificação do solo, conforme disposto no seu artigo 199º.</p> <p>Por outro lado, a classificação e qualificação, do solo nos planos territoriais pode ser alterada através dos procedimentos contemplados no RJIGT, na Secção V – Dinâmica, do Capítulo II – Sistema de gestão territorial desse diploma, por imposição de legal, como é o caso, pela entrada em vigor de programas territoriais ou por opção de planeamento fundamentada.</p> <p>Conforme está estabelecido no artigo 15º do Lei nº 31/2014, <i>“A aquisição das faculdades urbanísticas que integram o conteúdo do aproveitamento do solo urbano é efetuada de forma sucessiva e gradual e está sujeita ao cumprimento dos ónus e deveres urbanísticos estabelecidos na lei e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipais aplicáveis.”</i></p> <p>A classificação do solo nos planos municipais de ordenamento do território não colide com o direito de propriedade privada por não ter qualquer intenção expropriativa.</p> <p>Não há um direito adquirido à manutenção da capacidade construtiva prevista anteriormente, pelo que a mera desvalorização ou redução dessa capacidade, por si só, não constitui automaticamente uma lesão de direitos, salvo em casos específicos de direitos consolidados ou expectativas juridicamente protegidas.</p>
NR 3	Questão: Referência a compromissos urbanísticos relativos a operações urbanísticas
	<p>Resposta:</p> <p>Nas áreas abrangidas por alvará de loteamento são aplicáveis as disposições do próprio loteamento, independentemente das disposições previstas na proposta do PDMST relativas ao uso, índices urbanísticos e cedências</p> <p>As informações prévias com decisão favorável e operações urbanísticas aprovadas constituem compromisso urbanístico, podendo ser concretizadas de acordo com o respetivo procedimento de controlo prévio. No entanto, não justificam por si só a classificação do solo como urbano.</p>
NR 4	Questão: Referência à integração de imóvel na matriz urbana predial, pela Autoridade Tributária, como direito adquirido para efeito da classificação do solo no PDM
	<p>Resposta:</p> <p>A inscrição de um imóvel na matriz predial urbana pela Autoridade Tributária tem natureza exclusivamente fiscal, destinando-se à identificação e tributação do prédio. Por isso, essa inscrição não produz efeitos no domínio do ordenamento do território nem vincula a classificação do solo definida no PDM. Assim, não constitui um direito adquirido que obrigue o município a considerar o terreno como urbano.</p>

NR 5	Questão: Solicitação de alterações a servidões e restrições de utilidade pública
	<p>Resposta:</p> <p>As servidões administrativas e restrições de utilidade pública (SRUP) decorrem do quadro legal em vigor e constituem um encargo imposto sobre um imóvel em benefício de uma coisa por virtude da sua utilidade pública, estabelecendo limitações sobre o uso, ocupação ou transformação do solo. O território do Município de Santo Tirso está abrangido por um conjunto de SRUP que se descrevem sumariamente no relatório do Plano e estão representadas na Planta de Condicionantes I – Recursos naturais, patrimoniais e infraestruturas. Para efeito da participação na discussão pública do PDM e não obstante a explicação sumária das SRUP no relatório do plano, enumeram-se, em particular, as questões relacionadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reserva Agrícola Nacional (RAN) <p>No âmbito da elaboração deste PDMST, a RAN foi objeto de redelimitação de acordo com os critérios estabelecidos pelo é o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro.</p> <p>O desenvolvimento dos trabalhos seguiu, genericamente, a seguinte metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transposição da RAN em vigor para a nova cartografia base; - Reintegração das áreas anteriormente excluídas da RAN que não foram ocupadas para os fins que fundamentaram a sua exclusão no âmbito do PDM em vigor; - Redelimitação técnica das manchas da RAN com base na legislação em vigor e em trabalho de campo com a presença de representantes da DRAPN (atual CCDRN-Agricultura), do que resultou uma nova delimitação da RAN bruta; - Identificação das exclusões necessárias para inclusão em solo urbano ou em solo rústico destinado a usos incompatíveis, após validação da delimitação do solo urbano pela CCDRN; - Delimitação da RAN final já com as exclusões autorizadas pela DRAPN (atual CCDRN-Agricultura). <p>A utilização não agrícola autorizada ao abrigo do regime jurídico da RAN, nomeadamente para habitação, não constitui, nem fundamenta exclusão da área do prédio dessa reserva.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reserva Ecológica Nacional (REN) <p>No âmbito da elaboração do PDMST, foi realizada a delimitação da REN de acordo com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 124/2019, de 28 de agosto; - Orientações estratégicas nacional e regional (OENR); - Portaria 336/2019, posteriormente alterada pela Portaria 264/2020; - Orientações da CCDRN e da APA que acompanharam a sua elaboração. <p>A nova delimitação da REN passou a incluir a tipologia Albufeiras relativa aos aproveitamentos hidroelétricos da Boavista, no rio Ave, e do Caneiro, no rio Vizela. Foi ainda incorporada nesta delimitação, na tipologia Zonas Ameaçadas pelas Cheias, a cartografia do Plano de Gestão de Riscos de Inundação (PGRI), nomeadamente as Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundação (ARPSI).</p> <p>Compõem REN:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre: Cursos de água e respetivos leitos e margens; Albufeiras, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção e Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos.

	<p>- As áreas de prevenção de riscos naturais: Zonas ameaçadas pelas cheias; Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e Áreas de instabilidade de vertentes, que incluem as Escarpas.</p> <p>A metodologia e os critérios usados para a delimitação da REN constam na Memória descritiva e justificativa da delimitação da REN de Santo Tirso.</p> <p>Posteriormente à delimitação da REN bruta, procederam-se às exclusões autorizadas pelas entidades que tutelam a REN.</p> <p>A aprovação da nova delimitação da REN e exclusões e da responsabilidade da APA e da CCDRN e é objeto de publicação autónoma na 2ª Série do Diário da República.</p> <ul style="list-style-type: none">• Domínio Hídrico <p>No concelho de Santo Tirso existe o domínio lacustre e fluvial (leito e margens das águas fluviais), alvo de parecer da APA. Os cursos de águas e albufeiras que integram a REN também fazem parte do domínio público hídrico. A metodologia utilizada para a identificação e delimitação do leito e margem das Águas Fluviais (LMAF) no âmbito do domínio público hídrico constam do Anexo II do Relatório do Plano.</p>
--	---

Quadro 1 - Resposta a questões recorrentes nas participações

4. ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Na sequência dos resultados da ponderação das participações na Discussão Pública da proposta do PDMST, introduziram-se acertos e alterações na proposta de plano, que incidem sobre:

- Classificação do solo (situações aceites de alteração da classificação de solo rústico para urbano);
- Qualificação do solo (situações de alteração de categorias de espaços em solo rústico e urbano);
- Domínio hídrico (situações de correção de traçados de linhas de água, nomeadamente por referência a pareceres da APA e as participações recebidas no período da DP, que foram devidamente analisadas, nomeadamente através do trabalho de campo);
- Disposições do regulamento;
- Imóveis de interesse municipal não classificado (inclusão de imóveis por ponderação das participações)
- RAN (Alterações decorrentes de exclusões aceites);
- REN (Alterações decorrentes de exclusões aceites, bem como da alteração solicitada pela APA à tipologia margens dos cursos de água);
- Programação e execução (alteração ou eliminação de traçados propostos, de UOPG ou de Áreas a Estruturar);

As referidas alterações incidem não só sobre parcelas que foram objeto das participações como noutras áreas que se encontram em situações idênticas, de forma a garantir a coerência e equidade da proposta em todo o território municipal.

Para além os referidos acertos e alterações, procedeu-se à correção de erros e lapsos detetados e à atualização de informação relativa a alvará de loteamentos e outros compromissos urbanísticos.

Foram também representadas as tipologias das APPS, em conformidade com cartografia do Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana do Porto (PSA-AMP), aprovado em 27 de outubro de 2025 (Aviso n.º 26963/2025/2) e publicada pelo Aviso n.º 30683/2025/2, de 17 de dezembro de 2025. O PSA-AMP é ainda, um instrumento normativo, que define a implementação da rede secundária de faixas de gestão de combustível, das áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, da rede viária, da rede de pontos de água, da rede de vigilância e deteção de incêndios e das áreas prioritária de prevenção e segurança nos termos do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e que constituem servidão administrativa nos termos do artigo 56º.

No âmbito do parecer emitido pela CCDRN relativo às exclusões solicitadas nesta fase, foi requerido por essa entidade correção da delimitação da REN, na tipologia margens dos cursos de água. Esta alteração decorre da declaração de utilidade pública da infraestrutura hidráulica, localizada em Pereirinhas (Guimarães), que segundo a APA justifica a aplicação da margem, nos termos legais aplicáveis.

Estes acertos e alterações incidem sobre os seguintes elementos do PDMST:

- Regulamento
- Planta de Ordenamento I, II, III, IV e V
- Planta de Condicionantes I e II
- Carta do Património
- Relatório do plano
- Programa de Execução
- Relatório Ambiental

As alterações introduzidas, à proposta sujeita a Discussão Pública, resultam num aumento de solo urbano de 6,5% e, por inerência, uma diminuição do solo rústico. Para a área de RAN e REN aprovadas em 2ª comissão consultiva e presentes a Discussão Pública, foram aceites exclusões que resultam numa redução de 2,4% e 1,0%, a cada uma das referidas reservas, respetivamente.

	Proposta DP	Proposta Final	Variação (%)
Solo Urbano	3891,23 ha	4145,81 ha	+ 6,5 %
Solo Rústico	9764,29 ha	9509,71 ha	- 2,6 %

Quadro 2 - Síntese das alterações ao Solo Urbano e Rústico

	Proposta DP	Proposta Final	%
RAN	3269,11 ha	3190,50ha	- 2,4 %
REN	3906,18 ha	3866,15 ha	- 1,0%

Quadro 3 - Síntese das alterações à RAN e REN

5. CONCLUSÃO

No âmbito do período de discussão pública, as participações apresentadas foram objeto de análise e ponderação pelos serviços técnicos, tendo em consideração o enquadramento legal aplicável, designadamente o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente quando às Servidões e Restrições de Utilidade Pública diz respeito, depois de obter as autorizações das entidades competentes, bem como, os objetivos estratégicos e o modelo territorial subjacente ao plano e sempre que aplicável.

As participações consideradas compatíveis com os princípios orientadores e com a estrutura do modelo territorial foram acolhidas, total ou parcialmente, tendo originado ajustamentos pontuais ao plano. As restantes participações não foram acolhidas por se revelarem incompatíveis com a estratégia definida, por ausência de enquadramento legal ou por poderem comprometer a coerência e sustentabilidade do modelo territorial.

As alterações introduzidas na sequência da presente fase de ponderação revestem natureza não substancial, não implicando uma modificação dos princípios estruturantes nem do modelo de organização do território, nem afetando de forma relevante direitos ou interesses legalmente protegidos.

Nestes termos, e em conformidade com o regime jurídico aplicável, considera-se não se verificar a necessidade de proceder à abertura de um novo período de discussão pública.

Assim, nos termos do nº6 do artigo 89º do RJIGT a câmara municipal pondera e divulga os resultados da discussão pública, designadamente através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet e elabora a versão final do plano. Para esse efeito e em virtude das alterações decorrentes da ponderação das participações recebidas, foi elaborada a versão final do plano encontrando-se em condições de ser aprovado pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

6. ANEXOS

Fazem parte integrante do presente relatório os seguintes anexos:

- Anexo I – Extratos relativos à publicitação e divulgação
- Anexo II – Quadro de Ponderação
- Anexo III - Lista de registos não ponderados
- Anexo IV – Planta com a delimitação das participações

ANEXO I – PUBLICITAÇÃO

1. Publicação e publicitação da do período de Discussão Pública



2.ª série
N.º 78
22-04-2025

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Aviso n.º 10631/2025/2

Sumário: Abertura do período de discussão pública da proposta da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal, por 30 dias, a contar do 5.º dia posterior ao da publicação do aviso no *Diário da República*.

Proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Discussão Pública

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, torna público que a Câmara Municipal de Santo Tirso na sua reunião ordinária de 20 de março de 2025 deliberou por unanimidade dar início ao período de discussão pública relativa à 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, na sequência do Aviso n.º 16958/2018, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de discussão pública de 30 dias úteis a contar do quinto dia posterior ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente. Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, podendo ser formalizada através do Geoportal da página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na referida página da internet.

25 de março de 2025. — O Presidente, Alberto Costa.

618869084

Figura 1 - Aviso nº 10631/2025, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 22 de abril



Prça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel: +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Exmo. Sr.
Presidente da Junta de Freguesia de:
Agra, Água-Longa, Vila das Aves, Monte Córdova, S.
Tomé de Negreiros, Roboalhos, Reguenga, Ranz, União
das Freguesias de Azeite, Sequevilha, Lameira e Palmeira,
Vila Nova do Campo, União das Freguesias de Carreira
e Refójos, União das Freguesias de Lameiras e
Guimaraes, União das Freguesias de Santo Tirso, Coudo
(SP, Cristina e S. Miguel) e Burgães, e Vizela.

Sua Referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
2025.DMAQ.S.S.4814 04-04-2025

Assunto
Afixação de edital – Discussão Pública da proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)

Vimos pelo presente remeter a V. Ex.ª, o Edital relativo à discussão pública da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), para afixação na sede dessa Junta de Freguesia para divulgação.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

Alberto Costa

Documento assinado de forma digital
com carimbo de validade



EDITAL

Discussão Pública da proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Alberto Manuel Martins da Costa, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso:

Torna público, para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 89.º do DL 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de março de 2025 (item 4), deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão) a discussão pública, pelo período de trinta dias úteis, a contar do quinto dia posterior ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República.

As reclamações, observações ou sugestões dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, até ao termo do referido período de discussão pública, e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser formalizadas através do Geoportal da página da internet do município (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico (santotirso@cm-stirso.pt), utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na câmara municipal ou no referido sítio institucional do município.

Mais se publica que os documentos da proposta de Revisão ao Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão), podem ser consultados, na íntegra, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente.

De harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor da 2.ª revisão ao PDM, e nos termos e condições previstas nessa norma legal.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser afixado e publicado nos termos legais.

Santo Tirso, 25 de março de 2025

O Presidente,

Alberto Costa

Documento assinado de forma digital
com carimbo de validade

Declaro que este edital foi afixado nos nossos

Serviços nesta data,

Vila das Aves, 04.04.2025

O Presidente da Junta



2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso

Relatório de ponderação da Discussão Pública

2025.DOTIG.II.2216 2025/03/25



EDITAL

Praga 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel: +351 252 858 400
Fax: +351 252 858 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Discussão Pública da proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Alberto Manuel Martins da Costa, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso:

Toma publico, para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 69.º do DL 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de março de 2025 (Item 4), deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Revisão ao Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão) a discussão pública, pelo período de trinta dias úteis, a contar do quinto dia posterior ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República.

As reclamações, observações ou sugestões dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, até ao termo do referido período de discussão pública, e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser formalizadas através do Geoportal da página da internet do município (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico (santotirso@cm-stirso.pt), utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na câmara municipal ou no referido sítio institucional do município.

Mais se publica que os documentos da proposta de Revisão ao Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão), podem ser consultados, na íntegra, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente.

De harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor da 2.ª revisão ao PDM, e nos termos e condições previstas nessa norma legal.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser afixado e publicado nos termos legais.

Santo Tirso, 25 de março de 2025

O Presidente,

Alberto Costa

Documento assinado de forma digital
com validade jurídica

LR
2025/03/25
MCM/SGP



Praga 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel: +351 252 858 400
Fax: +351 252 858 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

CERTIDÃO

Certifico que hoje foi disponibilizado em plataforma eletrónica no espaço do município e no sítio institucional do município, o edital nº 32/2025 (Reg. 2025, DOTIG, I, I, 2216) do teor deste.....

Santo Tirso e Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade, 03 de abril de 2025.....

A Coordenadora Técnica

Maria José Gonçalves

Figura 2 - Afixação nos lugares de estilo



Figura 2 – Disponibilização no site do município



DEANS' CORNER

Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Dinque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carriça e Pedro Oliveira.



JOSÉ ESTEVES
Dean of Porto Business School

Inovar, sim, mas amanhã

Vivemos uma época em que a palavra "inovação" (e inteligência artificial) domina discursos políticos, estratégias empresariais e visões de futuro. É, aparentemente, o bilhete dourado para a prosperidade, mas algo curioso — e cada vez mais recorrente — acontece sempre que se fala de inovação em Portugal (e, muitas vezes, na Europa): a reação parece saída diretamente do filme "B Tudo o Vento Levou".

"Inovar? Claro, mas pensarei nisso amanhã, que hoje estou ocupado." Esta atitude de adiar a inovação é um dos maiores entraves que enfrentamos enquanto país — porque se adiar a mudança, não evitamos o futuro: apenas garantimos que ele chegue mais escuro, mais difícil e longe das oportunidades que podemos ter criado. E convém recordar que devemos preocupar-nos com o futuro, porque é nele que vamos viver.

Estamos em plena campanha eleitoral, e como seria de esperar, a palavra "inovação" aparece em todos os discursos, embrulhada em promessas grandiosas. Portugal, dizem, será uma potência inovadora! Mas depois olhamos à volta e percebemos: queremos inovar, sim, desde que nada mude demasiado e que tudo venha acompanhado de um fantástico plano a 15 anos — que, claro, será alvo de mil mudanças, comités, estudos de viabilidade e reavaliações. Ah, e não esquecer: pedir um fundo público e europeu para pagar...

Num mundo que exige velocidade e adaptação, Portugal arrisca-se a avançar num ritmo insuficiente.

Como está Portugal no contexto global da inovação? Segundo o Índice Mundial de Competitividade, continuamos a enfrentar desafios significativos. E, para temperar o cenário, o FMI acaba de rever em baixa as previsões de crescimento económico: 2% para 2025 e 1,7% para 2026. Num mundo que exige velocidade e adaptação, Portugal arrisca-se a avançar num ritmo insuficiente. Além disso, persistimos num dos problemas estruturais mais

graves: a baixa produtividade. Melhorá-la exige mais do que discursos: passa por mudar a forma como trabalhamos, modernizar leis laborais, reforçar competências técnicas e digitais e apostar na criação de valor. Sem essa transformação, continuaremos presos num ciclo de crescimento anémico.

Apeçar de avanços em alguns setores, perduram um ambiente onde o formalismo excessivo — tantas vezes simbolizado por gravatas — bloqueia a experimentação e a verdadeira transformação. O receio do desconhecido leva muitas organizações a optar pela segurança, mas também pela irrelevância.

Em muitas empresas, exige-se que a inovação venha já validada, testada e garantida por KPIs "benchmarking", antes de sequer se pensar. É a "inovação viável", onde tudo é medido antes de ser permitido. Não se pode medir o que ainda não existe. Não será esse, justamente, o cerne da inovação?

Linda Hill, professora de Harvard, lembra que inovação verdadeira não nasce de visões isoladas, mas da colaboração entre perspetivas diversas. Um processo onde errar e aprender é natural — algo que ainda provoca arrepios em culturas obcecadas por relatórios impecáveis.

Neste contexto, precisamos de repensar o estilo de liderança. Não basta gerir processos; é preciso liderar incertezas. Precisamos de líderes transformacionais, com pensamento de futuro, que desenvolvam mentalidade de exploradores e pensamento quântico — e que saibam navegar a complexidade sem medo.

E, sim, inovar também significa baixar os egos, admitir que temos de aprender continuamente, olhar para as melhores práticas de fora e aceitar que a experiência e a senioridade não garantem inovação. Implica abrir espaço para verdadeiros inovadores e líderes

da mudança, muitas vezes, fora dos circuitos tradicionais. Exige quebrar barreiras, liderar conflitos de ideias e, acima de tudo, fazer o trabalho difícil que gera verdadeiro valor. Di trabalho. E, sim, custa streue. Mas é esse desconforto que gera transformação.

Na Porto Business School, estamos a desafiar os nossos alunos a explorar o futuro com ambição. Através do nosso novo modelo dinâmico de aprendizagem (dynamic learning), combinando exploração, inovação e execução, preparamos líderes para criar valor sustentável num mundo em constante mutação. Aqui, errar faz parte do caminho.

A pergunta certa não é "que resultados garantidos obtemos ao inovar?", mas "que futuro nos espera, se não usarmos inovar?". O custo da inação — o custo de oportunidade de nada fazer — é real e elevado. E, como é habitual, será disfarçado sob gráficos impecáveis, relatórios bem encadernados e olhares que fingem não ver o problema, nem assumir a responsabilidade por bloquear a inovação.

Portugal tem talento e criatividade suficientes para prosperar. O que falta, muitas vezes, é a coragem para apostar numa inovação verdadeira — que aceita riscos, erros e aprendizagem contínuas. Inovar não é apenas apresentar PowerPoint brilhantes: é enjar as mãos no terreno.

Está na altura de reduzir formalismos, valorizar a diversidade de pensamento e aceitar o desconforto da mudança. Caso contrário, continuaremos a ver pequenos rastos a emergir de grandes montanhas de expectativas — mas, desta vez, com relatórios impecáveis a justificar a ausência de pastel de nata.

Troquemos algumas gravatas por mangas arregaçadas. A ação necessária é clara: acelerar a inovação já, com coragem e determinação. Não basta reconhecer os desafios — é urgente agir antes que o futuro nos ultrapasse. Inovar é, afinal, isto: abraçar a incerteza com coragem, ambição e vontade real de fazer diferente. E, quem sabe, até descobrir um novo tipo de pastel de nata. ■



EDITAL

Divulgação Pública da proposta de 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

ALBERTO MANUEL MARTINS DA COSTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO,

Torna pública, para efeitos do disposto no artigo 15.º do Anexo I da Lei n.º 75/02, de 22 de setembro, e n.º 1 do artigo 89.º do DL 82/2015, de 24 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de março de 2025 (item 4), deliberou, por unanimidade, submeter ao debate da Assembleia Municipal de Santo Tirso (AMST) a discussão pública, por um período de trinta dias úteis, a partir do quarto dia posterior ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República. As deliberações, inovações ou alterações dos instrumentos de planeamento aprovados, por esta lei, até ao termo do referido período de discussão pública, e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, poderão ser formalizados através do Grupo de Trabalho da página da internet da municipalidade (<http://www.santotirso.pt>) por via eletrónica ou por correio eletrónico (participacao@cm-stirso.pt), utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na câmara municipal ou no referido sítio institucional do município.

Mais se publicam que os documentos da proposta de Revisão ao Plano Diretor Municipal (2ª Revisão), podem ser consultados, na íntegra, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante os trinta dias úteis de discussão pública.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de grande importância de informação pública, é de caráter público o processo de elaboração, atualização, e parte de alterações da parte o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor da 2ª revisão ao PDM, e nos termos condução prevista nos termos legais.

Para consultar o conteúdo do aviso, vai o processo atual na publicação em termos legais.

Santo Tirso, 25 de março de 2025.

O Presidente,

Alberto Costa

ATUALIDADE VILA DAS AVES

Escuteiros vivem odisseia em Roma, entre o falecimento do Papa e o 'apagão'

Vieragem de um grupo de 14 pessoas dos escuteiros de Vila das Aves para participar no Jubileu, acabou por incluir visita a um do Papa Francisco e três dias retidos no aeroporto de Roma devido ao apagão.

TEXTO: PHILIP R. SOARES

Há cerca de um ano que o agrupamento de escuteiros de Vila das Aves anda a preparar a sua participação na participação no Jubileu, em Roma. Para effecto estava planeada a

VIAGEM DE UM GRUPO DE 14 PESSOAS DOS ESCUTEIROS DE VILA DAS AVES PARA PARTICIPAR NO JUBILEU, ACABOU POR INCLUIR VISITA A UM DO PAPA FRANCISCO E TRÊS DIAS RETIDOS NO AEROPORTO DE ROMA DEVIDO AO APAGÃO.



'Vieragem dos mais novos e para Júbileu um convite de jovens adultos. O que não estava contemplado nos planos era o sucesso de acontecimento que a realidade apresenta-lhes pela frente.

O difícil estado de saúde do Papa Francisco tornou iminente o possível falecimento do Santo Padre, daí que não foi um choque quando o facto se consumou. Com excepção das visitas programadas ao Vaticano e a missas de canonização de Carlo Acutis, as actividades previstas a incluir foram canceladas. Inconcebíveis. Passou interdição com um agrupamento de escuteiros dos arredores de Roma, teve a visita a Assis, o programa completo.

Como explica Rafael Lopes, chefe de agrupamento dos de Vila das Aves, o objectivo era muito simples: "proporcionar uma actividade internacional inesquecível para os miúdos, que lhes fosse marcada para toda a vida".

Face às restrições no Vaticano, os miúdos tiveram que participar nos vários momentos de homenagem ao Papa, prestaram um juramento ao nome pontifício que tanta alegria lhes tinha dado nas Jornadas Mundiais da Juventude, ao passar pela urna de Francisco na Basílica do São Pedro.

"Foi um momento muito emocionante", admite o dirigente. "Contámos com o apoio de um dos jovens, que não pudesse dirigir uma palavra e notou-se a tristeza nas pessoas pela sua morte. Fora 6, de facto, uma situação pela qual nunca mais vamos passar na vida. Foi um privilégio das

podermos participar com os miúdos num momento destes".

O APAGÃO E A ALTA PARA PEDIR

As partidas em Roma não começaram só no momento do regresso. Logo a chegada, uma das responsáveis foi isolada, facto que a obrigou a contactar a representação portuguesa na cidade. Com o falecimento do Papa, a situação não poderia ter sido de alívio. E foi precisamente quando lá se desdobrou que se aperceberam do que estava a acontecer em Portugal.

As notícias do 'apagão' em Portugal e Espanha corriam a Europa, mas a gravidade da situação ainda não era conhecida. Foram finalmente para o aeroporto. Tudo parecia normal. Foram o check-in, entraram no avião. Primeiro, o capitão informou que o voo estava atrasado mais hora, até que no fim de uma hora dentro da aeronave, os informados que o voo foi cancelado.

As deslocações pareceram que alguma coisa estava a acontecer. As horas iam passando e nada. Resolaram "retornar" o único voo da companhia nacional da, que se dirigiu para a Polónia. Conseguiram atravessar o voo com de dez minutos até que foi cancelado a partida.

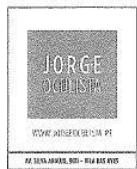
"Finalmente, uma força de autoridade, já tenho um pouco falar", explicou Rafael Lopes. Explicaram a situação ao agente que conseguiu chamar alguém da companhia. A responsável assegurou voo, hotel e refeições até ao dia seguinte, mas quando se aperceberam que não se tratava apenas do grupo de 14 miúdos, mas sim as mães das duas centenas de pessoas do voo para o Porto, deu o dia por muito ruim. Seguiram-se várias discussões com outros elementos da companhia até que por volta da meia noite chegaram os autocarros que levaram os passageiros para o hotel para a noite.

No dia seguinte, de volta ao aeroporto, se perceber que se tratava que não faziam era de um possível regresso no fim de semana, o que com miúdos pagantes era "insustentável". Rafael Lopes teve uma ideia. Pagou no telefone, ligou a Ricardo Pereira, presidente da comissão do PSD de Santo Tirso, na tentativa de que pudesse entrar em contacto com alguém do Governo e alertar para a sua situação.

Assim foi. Como o Governo, estava reunido em conselho de ministros, uma chamada para o Ministro Pedro Duque rapidamente transformou-se numa ligação a Paulo Regalado. Pouco depois Rafael Lopes era contactado pelo governador do Ministério da Negócios Estrangeiros a informá-lo que o Embaixador em Roma iria tratar do assunto.

Finalmente, as diligências deram resultado. O regresso máximo da Vila das Aves em Roma deu-se ao aeroporto para resolver a situação de uma vez por todas. Não foi fácil encontrar uma solução para as pessoas. A ideia passou por passar por um voo para Lisboa no dia seguinte, quarta-feira, onde seriam recebidos por um autocarro que os levaria a casa, em Vila das Aves. Terminaram o período ao final da tarde, em frente a sede dos escuteiros, agradecendo pelas famílias.

"São tempos a agradecer a quem nos ajudou porque de facto notou-se o impacto na nossa situação", relatou. A odisséia terminou. Característica inesquecível será certamente o encontro.



JOSE OLIVEIRA, 30 ANOS, VILA DAS AVES

WWW.JORNALDAVEPT

8 DE MAIO DE 2025 JORNAL DO AVE 7

ATUALIDADE

PS de Famalicão propõe criação de Parque Eco-Arqueológico das Eiras

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Torna pública, para efeitos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 20/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de março de 2025 (item 4.º), deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão) a discussão pública, pelo período de trinta dias úteis, a contar do quarto dia posterior ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República.

As reclamações, observações ou sugestões dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, até ao termo da referida período de discussão pública, e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser facultadas através do Portal da Câmara Municipal, podendo ser facultadas através do Portal da Câmara Municipal (http://www.cm-st.pt) ou no endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt), utilizado para o efeito o endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt), utilizado para o efeito o endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt).

De harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, os procedimentos de informação pública, de comunicação pública e de participação pública, a partir da data da entrada em vigor do 2.º revisão do PDM, e os termos e condições previstas nesta norma legal.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

Santo Tirso, 25 de março de 2025

O Vereador,

Alfredo Costa

PS de Famalicão propõe criação de Parque Eco-Arqueológico das Eiras

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Torna pública, para efeitos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 20/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de março de 2025 (item 4.º), deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão) a discussão pública, pelo período de trinta dias úteis, a contar do quarto dia posterior ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República.

As reclamações, observações ou sugestões dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, até ao termo da referida período de discussão pública, e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser facultadas através do Portal da Câmara Municipal, podendo ser facultadas através do Portal da Câmara Municipal (http://www.cm-st.pt) ou no endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt), utilizado para o efeito o endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt), utilizado para o efeito o endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt).

De harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, os procedimentos de informação pública, de comunicação pública e de participação pública, a partir da data da entrada em vigor do 2.º revisão do PDM, e os termos e condições previstas nesta norma legal.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

Santo Tirso, 25 de março de 2025

O Vereador,

Alfredo Costa



SOCIEDADES INTERESSADAS EM PARQUE ECO-ARQUEOLÓGICO DAS EIRAS

O Concelho Arqueológico das Eiras é constituído por um dos maiores povoados da Idade do Ferro no região Norte de Portugal – o Castro das Eiras – que inclui um balneário com profusa decoração em pedra granítica, onde foi descoberta a Pedra Formosa. Integra ainda a Necrópole de Vermeim, composta por quatro mamais; o Castro de Santa Cristina, com plataforma central delimitada por talude e muralha; o recinto muralhado do Castro de Vermeim (Castelo de Vermeim), onde subsistem vestígios defensivos medievais; a Abadia de Tíllado, também da Idade Média; e a Igreja do Pique, povoado durante o século III a.C.

SOCIEDADES INTERESSADAS EM PARQUE ECO-ARQUEOLÓGICO DAS EIRAS. "Propomos que o município inicie, logo que possível, um processo de negociação para aquisição dos terrenos, com eventual recurso a fundos comunitários, para que seja possível planear e implementar o Parque Eco-Arqueológico das Eiras", indicou Sérgio Cortinas.

O projeto prevê a criação de estruturas de valorização e promoção do património, nomeadamente um centro de investigação e interpretação, a abertura do sítio a investigadores, escolas e população, bem como a integração de trilhos pedestres e zonas de lazer. O parque deverá incluir ainda uma área florestal municipal protegida, abrangendo toda a zona do Alto das Eiras.

Avidos inaugura novo espaço multiusos

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso.

Torna pública, para efeitos do disposto no artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 20/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20 de março de 2025 (item 4.º), deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (2.ª Revisão) a discussão pública, pelo período de trinta dias úteis, a contar do quarto dia posterior ao da publicação do respetivo aviso no Diário da República.

As reclamações, observações ou sugestões dos interessados deverão ser apresentadas, por escrito, até ao termo da referida período de discussão pública, e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, podendo ser facultadas através do Portal da Câmara Municipal, podendo ser facultadas através do Portal da Câmara Municipal (http://www.cm-st.pt) ou no endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt), utilizado para o efeito o endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt), utilizado para o efeito o endereço eletrônico (mailto:geral@cm-st.pt).

De harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 145.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, os procedimentos de informação pública, de comunicação pública e de participação pública, a partir da data da entrada em vigor do 2.º revisão do PDM, e os termos e condições previstas nesta norma legal.

Para constar e devidos efeitos, vai o presente edital ser publicado nos termos legais.

Santo Tirso, 25 de março de 2025

O Vereador,

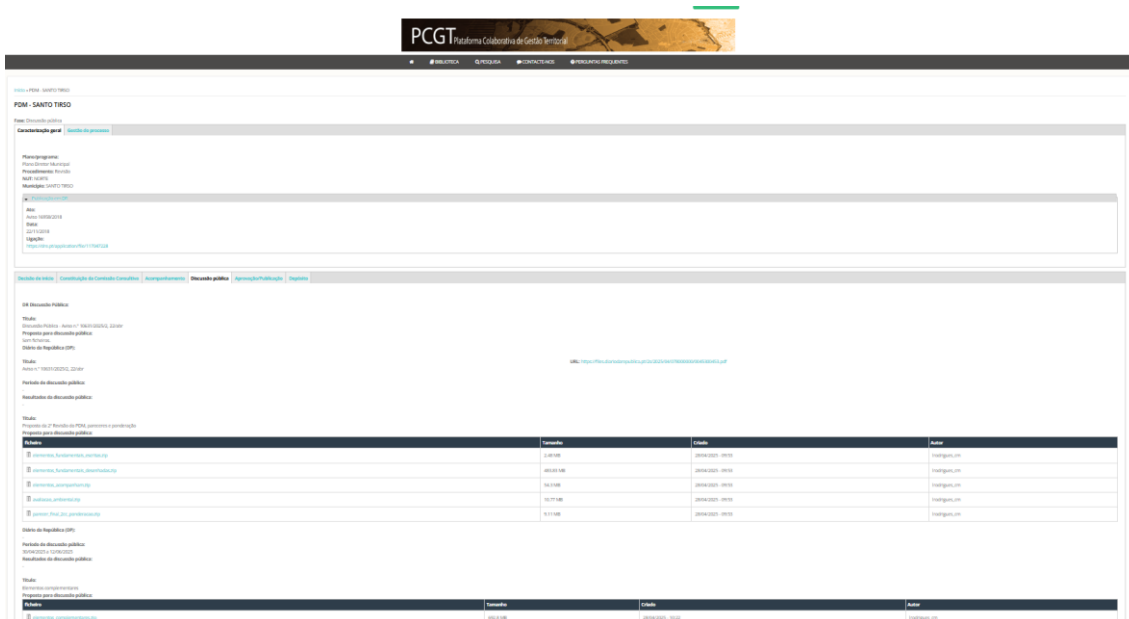
Alfredo Costa



OBRA FOI EXECUTADA NO ANTIGO SALÃO DA JUNTA DE FREGUESIA

Os grupos informais e associações, para que as comunidades sejam mais enriquecidas". G.M.V./C.V.

Figura 4 – Divulgação pela comunicação social (jornais)



The screenshot displays the PCGT web application. At the top, there's a header with the PCGT logo and navigation links. The main content area is titled 'Discussão pública' and shows details for the '2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso'. It includes a table with columns for 'Atividade', 'Localização', 'Data', and 'Autor'. The table lists several activities related to the public discussion process, such as 'Análise de impacto ambiental', 'Análise de impacto social', and 'Análise de impacto económico e social', each with a specific location and date.

Figura 5 - Divulgação através da Plataforma colaborativa de gestão territorial (PCGT)

2. Publicação e publicitação da prorrogação do período de Discussão Pública



2.ª série
N.º 126
03-07-2025

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Aviso n.º 16539/2025/2

Sumário: Prorrogação do período de discussão pública da proposta da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal, por 20 dias úteis.

Proposta da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Discussão Pública

Alberto Manuel Martins da Costa, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, torna público que a Câmara Municipal de Santo Tirso na sua reunião ordinária de 12 de junho de 2025 deliberou por unanimidade prorrogar o período de discussão pública relativa à 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal, cujo Aviso n.º 10631/2025/2 foi publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 22 de abril, na sequência do Aviso n.º 16958/2018, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 6.º e do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de prorrogação da discussão pública de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, bem como admitir para ponderação as participações recebidas no período que medeia entre a data desta deliberação e a sua publicação no *Diário da República*.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da Internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente. Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, podendo ser formalizada através do Geoportal da página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na referida página da internet.

16 de junho de 2025. — O Presidente, Alberto Costa.

619217975

Figura 1 - Aviso nº 16539/2025, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 03 de julho

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso

Relatório de ponderação da Discussão Pública

2025.DOTIG.I.1.4507 2025/06/16



Praca 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 430
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

AVISO

Prorrogação do período da Discussão Pública da proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Toma-se público que a Câmara Municipal de Santo Tirso na sua reunião ordinária de 12 de junho de 2025 deliberou por unanimidade prorrogar o período de discussão pública relativa à 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal, cujo Aviso n.º 10631/2025/2 foi publicado na 2ª Série do Diário da República, de 22 de abril, na sequência do Aviso n.º 16958/2018, nos termos da alínea c) do nº3 do artigo 6º e do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de prorrogação da discussão pública de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do Diário da República, bem como admitir para ponderação as participações recebidas no período que medeia entre a data desta deliberação e a sua publicação no Diário da República.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente. Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, podendo ser formalizada através do Geoportal da página da internet do município (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na referida página da internet.

Santo Tirso, 16 de junho de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,

Alberto Manuel Martins da Costa

Documento assinado em forma digital
com carimbo de validade

URLR
M2340R

91

2025.DOTIG.I.1.4507 2025/06/16



Praca 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 430
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

AVISO

Prorrogação do período da Discussão Pública da proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Toma-se público que a Câmara Municipal de Santo Tirso na sua reunião ordinária de 12 de junho de 2025 deliberou por unanimidade prorrogar o período de discussão pública relativa à 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal, cujo Aviso n.º 10631/2025/2 foi publicado na 2ª Série do Diário da República, de 22 de abril, na sequência do Aviso n.º 16958/2018, nos termos da alínea c) do nº3 do artigo 6º e do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de prorrogação da discussão pública de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do Diário da República, bem como admitir para ponderação as participações recebidas no período que medeia entre a data desta deliberação e a sua publicação no Diário da República.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente. Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, podendo ser formalizada através do Geoportal da página da internet do município (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na referida página da internet.

Santo Tirso, 16 de junho de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,

Alberto Manuel Mai

Documento assinado em forma digital
com carimbo de validade

Declaro que este edital foi afixado nos locais

Serviços nesta data.

Vila das Aves, 18/06/2025

O Presidente da Junta

URLR
M2340R



Praca 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 430
Fax: +351 252 856 534
santotirso@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

AVISO

Prorrogação do período da Discussão Pública da proposta da 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal

Toma-se público que a Câmara Municipal de Santo Tirso na sua reunião ordinária de 12 de junho de 2025 deliberou por unanimidade prorrogar o período de discussão pública relativa à 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal, cujo Aviso n.º 10631/2025/2 foi publicado na 2ª Série do Diário da República, de 22 de abril, na sequência do Aviso n.º 16958/2018, nos termos da alínea c) do nº3 do artigo 6º e do artigo 89.º, em articulação com o artigo 119.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Também deliberou estabelecer o período de prorrogação da discussão pública de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso na 2.ª série do Diário da República, bem como admitir para ponderação as participações recebidas no período que medeia entre a data desta deliberação e a sua publicação no Diário da República.

Os interessados podem consultar os documentos da proposta, na página da internet (<http://www.cm-stirso.pt>) ou na Câmara Municipal de Santo Tirso, durante as horas normais de expediente. Qualquer sugestão, informação ou observação deverá ser apresentada por escrito até ao termo do referido período, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, podendo ser formalizada através do Geoportal da página da internet do município (<http://www.cm-stirso.pt>), por via postal ou por correio eletrónico, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido na Câmara Municipal ou na referida página da internet.

Santo Tirso, 16 de junho de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,

Alberto Manuel Martins da Costa

Documento assinado em forma digital
com carimbo de validade

URLR
M2340R

CERTIDÃO

Certifico que hoje foi disponibilizado em plataforma eletrónica no espaço do município e no sítio institucional do município, o edital nº 96/2025 (Reg. 2025, DOTIG, I, I, 4507) do teor deste.

Santo Tirso e Divisão de Modernização Administrativa e Qualidade, 16 de junho de 2025.

A Coordenadora Técnica

Maria José Gonçalves

2025.DMAQ.I.1.4566 2025/06/16

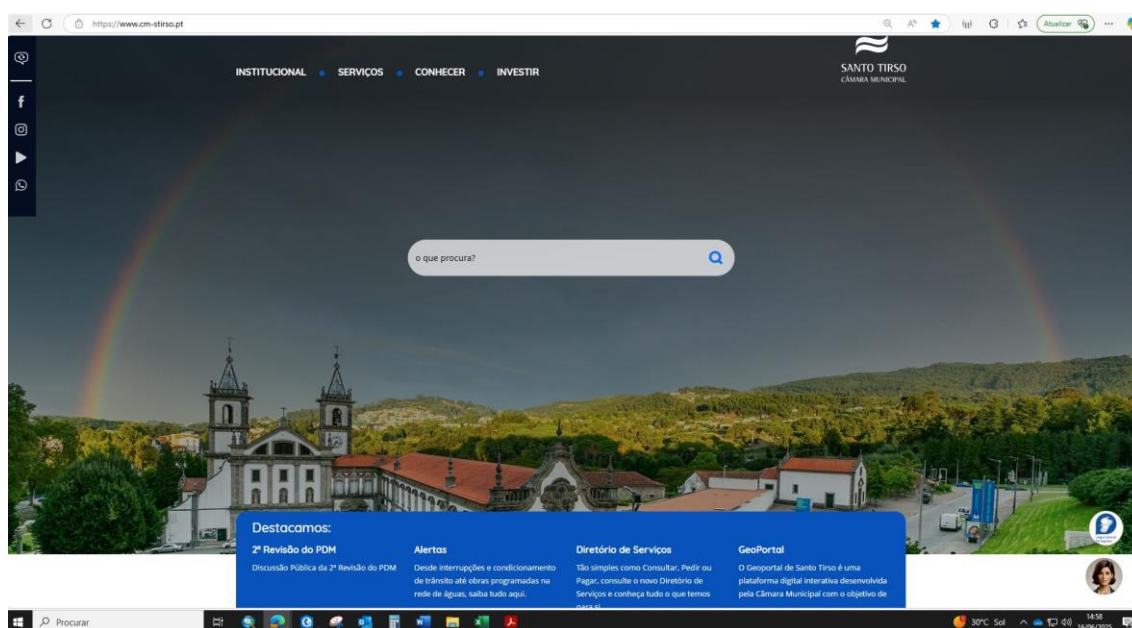
2025.DOTIG.I.1.4507 2025/06/16

Figura 2 - Afixação nos lugares de estilo





Figura 2 – Divulgação pela comunicação social (jornal)



2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso

Relatório de ponderação da Discussão Pública

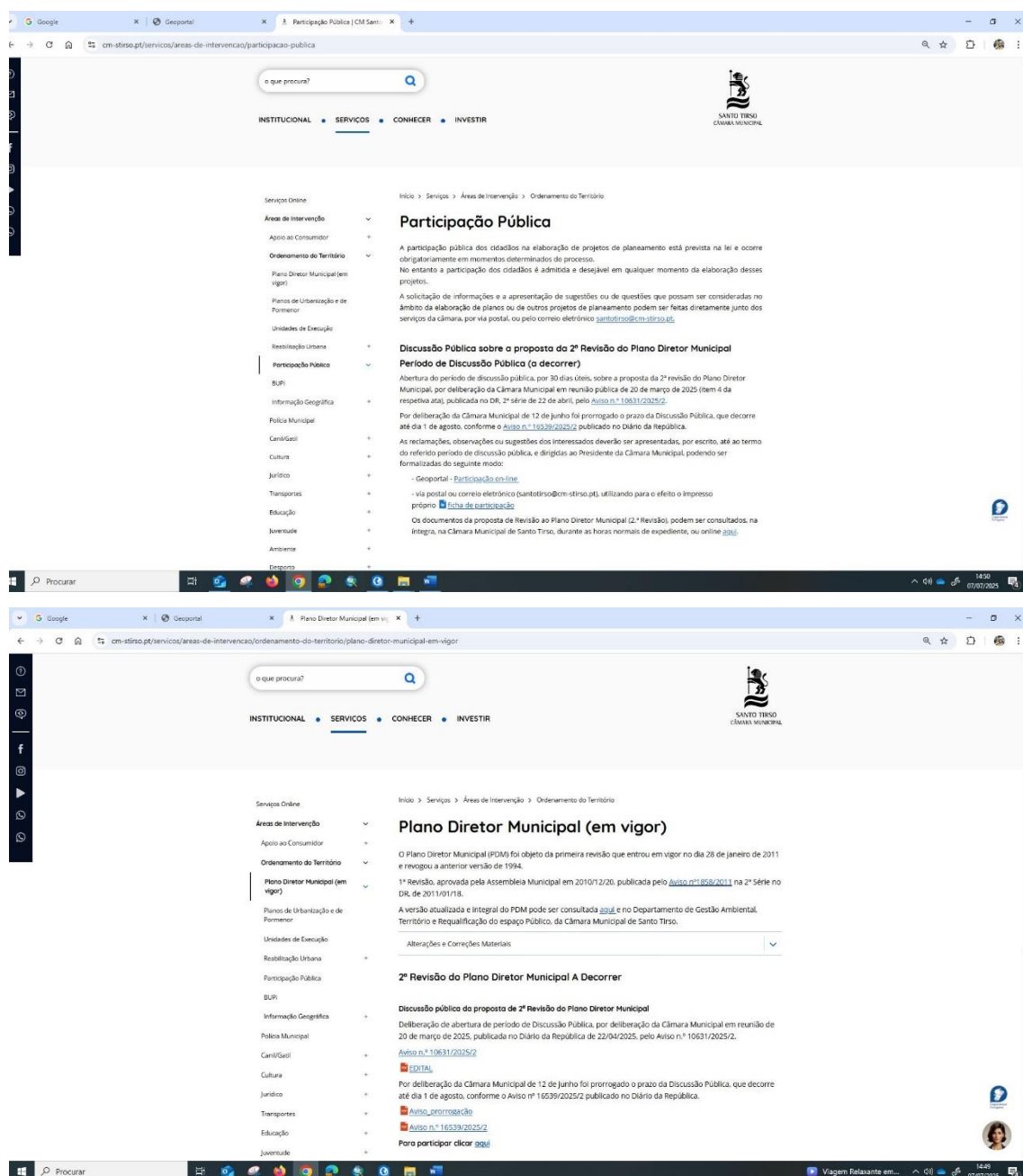
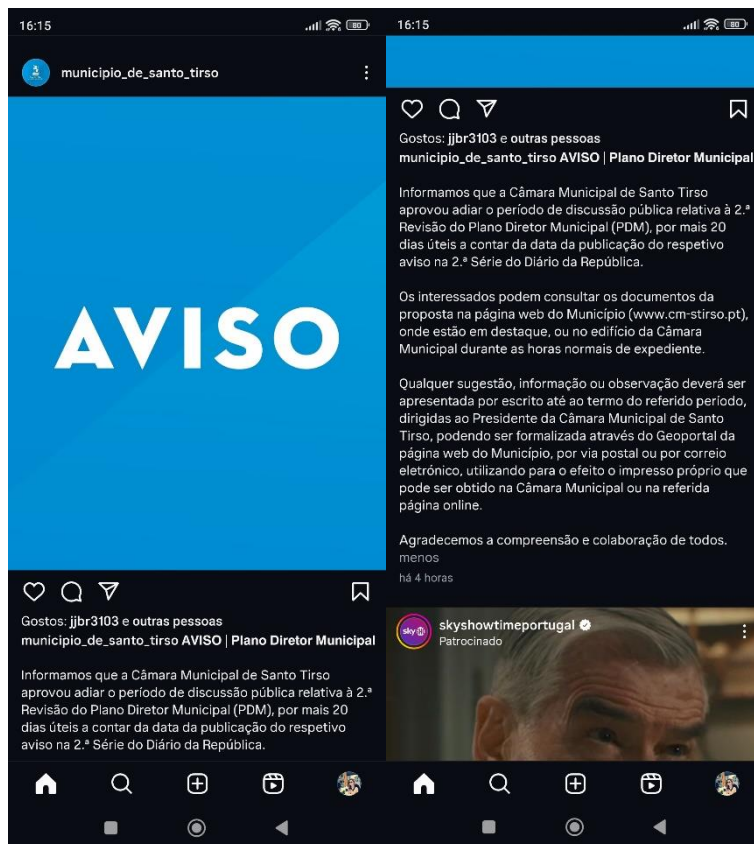
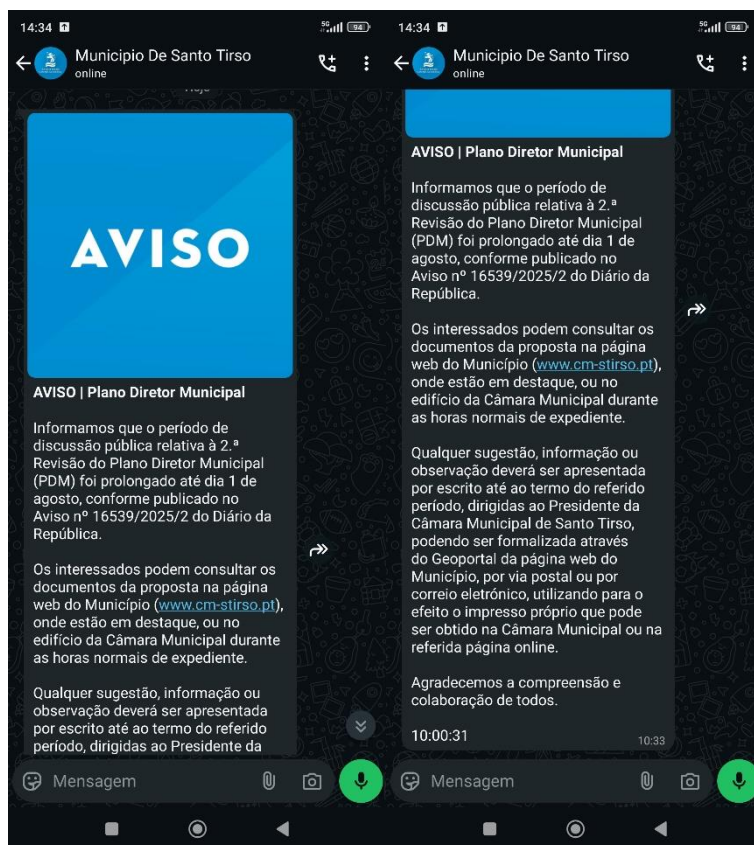


Figura 2 – Publicitação no site do município

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso

Relatório de ponderação da Discussão Pública



2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso

Relatório de ponderação da Discussão Pública



Figura 2 – Disponibilização nas redes sociais do município (WhatsApp, Instagram e Facebook)

ANEXO II – QUADRO DE PONDERAÇÃO

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
759	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha "de construção", para as filhas poderem construir casa própria.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Florestal. (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
760	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno seja para construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
771	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Constitui lote de loteamento com alvará e tem um PIP aprovado	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos e loteamento existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
774	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, invocando antigo processo de loteamento não concretizado. Refere localização estratégica e na continuidade de área de habitações.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
775	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para área de construção ou que seja mantido o definido no PDM em vigor, para projeto de loteamento habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (parte). No entanto foi autorizada a exclusão de uma parcela da RAN, propondo-se ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno permanece em Espaço Agrícola e com as reservas referidas.	Acolhida parcial
776	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, porque existe uma construção e via com infraestruturas públicas.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
777	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na totalidade, por ter matriz urbana.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 4 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
778	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, de acordo as licenças emitidas para os prédios, salientando que os terrenos a sul devem também ser integrados em solo urbano por se tratar de um aglomerado.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
780	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
781	Regulamento	Processo de Recuperação e Ampliação de moradia para Alojamento Local	A proposta do plano não prejudica as ações pretendidas	Já contemplada
783	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na totalidade. Decorre processo de licenciamento de uma habitação unifamiliar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
785	Classificação de solo	Pretende que o terreno que se mantenha ou amplie a área de solo urbano para construção de uma habitação unifamiliar	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
786	Regulamento	Pretende a reavaliação do artigo 44º - Implantação edificações	Propõe-se alteração da redação do artigo 44º do RPDM.	Acolhida
795	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para Espaço Urbano	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, abrangendo a área delimitada (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
801	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na sua totalidade. Já construiu o anexo e tem o projeto da habitação a ser ultimado. Refere que compromete expectativas legítimas e direitos adquiridos	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
802	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Interessado na compra para ampliação da empresa existente a norte	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
805	Fora âmbito	Coloca questão sobre o IMI.	Para aplicação do IMI, são consideradas as matrizes dos prédios atribuídas pela Autoridade Tributária. A classificação do solo rústico ou urbano no PDM serve apenas para efeitos de ordenamento do território.	Fora do âmbito
808	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na sua totalidade de acordo com o cadastro, para abranger as construções existentes. Pretende lotear o terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
809	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
810	Classificação de solo	Pretende que o solo urbano seja alargado a todo o terreno, na continuidade do existente. Rua infraestruturada com moradias	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (parte). Atendendo a foi autorizada a exclusão de uma parcela da RAN, propondo-se ajuste à delimitação do solo urbano, na mesma extensão do previsto do lado oposto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno permanece em Espaço Agrícola e com as reservas referidas.	Acolhida parcial
813	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano e seja excluído da UOPG 3, para simplificar o procedimento de licenciamento da construção, para oferta de habitação. Disponíveis para articular com o município uma solução para oferta de habitação a custos moderados	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. O plano propõe para esta zona central de Vila das Aves uma UOPG, para criação de uma área verde de lazer e enquadramento paisagístico, com áreas habitacionais de colmatação do tecido urbano. Esta UOPG será concretizada através de Plano de Pormenor, que garanta a execução de forma integrada e programada, com a aplicação dos necessários mecanismos perequativos.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
815	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por se localizar na continuidade de construções existente com via a infraestruturar	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Prejudica a continuidade do solo rústico (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
818	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construção de habitação. Tem autorização da DRAPN caduca.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
819	Classificação de solo	Pretende que a área assinalada em solo urbano, destinado a atividades económicas, seja alterada para Espaço Habitacional, por estar na continuidade deste.	Propõe-se alteração para Espaço Habitacional das frentes do terreno delimitado, com a mesma categoria do lado oposto da via, contribuindo para evitar acessos de carácter industrial em troços de via com ocupação habitacional.	Acolhida parcial
824	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, atendendo a que existe uma habitação em estado de ruína e que confronta com via pública	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
825	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo Urbano, Espaço habitacional tipo III do PDM em vigor. Refere que pretende construir anexos de apoio (nomeadamente garagens) à habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Não obstante a classificação proposta para o terreno não impediria a construção de anexos (artigo 17º do Regulamento)	Acolhida
826	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que o terreno se localiza numa área consolidada entre duas construções existentes.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
827	Classificação de solo	Pretende que o solo urbano seja alargado à totalidade do terreno para melhor implantação da construção	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
828	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que pretende construir habitação e a existência de via recentemente melhorada a infraestruturar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
829	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, pelo menos uma faixa de 25m em toda a extensão da via a infraestruturar	Integrado na Reserva Agrícola Nacional Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano(ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
830	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano, por se localizar em núcleo urbanizado confinante com outras habitações e processos aprovados. Tem processo em fase de licenciamento cuja implantação excede a área urbana prevista. Acarreta graves prejuízos sociais, económicos e de desenvolvimento local.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo de compromisso urbanístico válido (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
831	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano, tendo em consideração processos de informação prévia já aprovados para o local e outros nos terrenos vizinhos, e o problema de escassez de acesso à habitação que esta proposta vem agravar.	Atendendo a compromissos urbanísticos e edificações existentes propõe-se o alargamento da Área a Infraestruturar, ajustando o solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
832	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano, tendo em consideração processos de informação prévia já aprovados para o local e outros nos terrenos vizinhos, e o problema de escassez de acesso à habitação que esta proposta vem agravar.	Propõe-se o alargamento do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
833	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para zona urbanizável por ser contíguo a áreas edificadas para oferta de habitação	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano(ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
834	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano para investimento em urbanização. Refere que confronta com loteamento e se insere na malha urbana. Apesar de ainda não ter infraestruturas assume disponibilidade em executar. Considera que a proposta quebra as legítimas expectativas.	Propõe-se o alargamento do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1,2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
835	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para ampliar e transformar um anexo em habitação própria por não ter alternativa. Confronta com via pública, parcialmente infraestruturada e fica junto a um conjunto de edificações.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano(ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
836	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano para construir habitação, que não cabe na faixa de 50 m na rua Cela	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
837	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, Espaço de Baixa densidade. Refere existência de via infraestruturada e destaque de parcela.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e na colmatção do já existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
838	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere existência de via infraestruturada e destaque de parcela.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e na colmatção do já existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
839	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade, na continuidade do já previsto.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e na colmatção do já existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
840	Classificação de solo	Sugere que o terreno passe para solo urbano, sendo intenção a sua junção com o relativo à participação 839.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional, parcial. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano(ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
841	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se insira em solo urbano. Refere intenção de construir uma habitação e faz referencia a pedido de informação prévia.	Propõe-se areferencialimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
847	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Refere que está inserido num aglomerado e pretende construir uma habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
848	Ambiente e Património	O imóvel assinalado e a barragem no rio Vizela e a ele associada constituem património de arqueologia industrial de inegável valor. Trata-se de um dos primeiros aproveitamentos hidroelétricos da região, construído pela Fábrica do Rio Vizela cerca de 1906. O PDM deve obrigar à salvaguarda deste património.	Considera-se pertinente a inclusão deste conjunto na Carta de Património Arquitetónico do PDM, na categoria de imóvel de interesse municipal não classificado, atendendo ao seu interesse patrimonial e histórico no contexto da memória industrial do concelho. Trata-se de um conjunto com relevância para a identidade industrial do território, justificando-se, por isso, a respetiva salvaguarda e valorização	Acolhida
849	Ambiente e Património	O edifício do Cine Aves, construído no início da década de 1950 tem de ser preservado da iminente ruína. Apesar de ser propriedade particular, deve o PDM salvaguardar o que existe de modo que a CMST possa encarar a sua recuperação para a função de sala de espetáculos e definir como de interesse municipal.	Para a classificação de um imóvel como Imóvel de Interesse Municipal não classificado, são considerados critérios específicos relevantes de avaliação, nomeadamente o seu valor histórico, patrimonial, artístico e arquitetónico. No caso do edifício do CineAves, não se identificam atributos que justifiquem a sua classificação. No entanto, o Município reconhece o valor simbólico e funcional do CineAves, em particular pela sua função original enquanto espaço de fruição cultural, sendo intenção sua preservação no âmbito das estratégias de reabilitação do imóvel.	Acolhida parcial
850	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que se localiza em núcleo urbanizado, com vias infraestruturadas. Pretende construir de habitação unifamiliar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
852	Classificação de solo	Pretende que o terreno por ser contíguo a solo urbano e ter infraestruturas, passe para solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Exclusão não aceite. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
853	Classificação de solo	Pretende que o terreno por ser contíguo a solo urbano e ter infraestruturas, passe para solo urbano.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
854	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por ter construções na envolvente e uma via com luz pública, para serem construídas várias habitações no futuro	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
855	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
857	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar entre construções, para habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Exclusão não aceite. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
859	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, pelo menos a parte que está no PDM atual, para construção de habitação.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
861	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, conforme PDM em vigor, para realizar operação de loteamento com estudo elaborado no âmbito de INFPRE. Refere que se encontra localizado em núcleo urbanizado com vias de acesso infraestruturadas com proximidade a outras habitações e terrenos com processos já aprovados e licenciados. A proposta acarreta-lhe graves prejuízos do ponto de vista social, económico e de desenvolvimento local e também à comunidade.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o alargamento do solo urbano, dando continuidade à que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
863	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere projeto de urbanização em execução. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
865	Classificação de solo	Pretende que o terreno, abandonado e à venda, passe para solo urbano, porque gostaria de o comprar para construir uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
866	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja inserido em zona de construção, no seguimento da existente. Refere que pretende construir habitação própria. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
868	SRUP	Pretende a desafetação da área para estacionamento que consta da licença 262/99 e do restante terreno para mais estacionamento e espaços verdes.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Propõe-se o alargamento do Espaço Central na área de estacionamento na licença referida e zona contígua. No entanto esse alargamento continua integrado na REN na Margens dos Cursos de Água e passa a zona inundável e a zona de infiltração máxima, conforme condições de exclusão (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
869	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, porque a parte onde está implantado o edifício fica em espaço agrícola e a matriz predial é urbana, o que não faz sentido.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
870	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, à semelhança da envolvente, para loteamento de 4 habitações. Via infraestruturada.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. No entanto, atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajustamento da delimitação do solo urbano, dando continuidade ao solo urbano previsto nos terrenos vizinhos, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
871	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, para construir um novo arruamento para urbanizar, sendo uma mais-valia para oferta habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Prejudica a continuidade do solo rústico. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
872	Classificação de solo	Pretende que o local passe para espaço industrial, por ter uma indústria e arruamento dotado de infraestruturas.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. O local não tem condições para ser uma área industrial por não ter acesso adequado (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
873	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere projeto para moradia unifamiliar em execução. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
875	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere via pavimentada e parcialmente infraestruturado e pretensão de construir habitação. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
877	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que iniciou estudo para elaboração de projeto para construção de morada unifamiliar.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
879	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por ser contígua a zonas urbanizadas, dispondo de acessos, infraestruturas e serviços na proximidade e não ter aptidão agrícola.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). O terreno está inserido numa área com aptidão agrícola elevada e garante a continuidade do solo rústico (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
880	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por proximidade a áreas urbanizadas e por ausência de exploração agrícola.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. O terreno está inserido numa área com aptidão agrícola elevada e garante a continuidade do solo rústico. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
881	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por constitui o lote de loteamento com alvará.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração loteamento existente (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
882	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de infraestruturas e construções, bem como pretensão de construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
883	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano porque a zona envolvente tem infraestruturas e existem habitações nos terrenos vizinhos, para permitir a construção habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
884	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, para construção de uma habitação por ter via pública com infraestruturas na envolvente.	Propõe-se pequeno ajustamento do Espaço Urbano de Baixa Densidade para colmatação do solo urbano já previsto como Área a Infraestruturar, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
885	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere intenção de construir e alargamento do via. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
890	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, na totalidade, para permitir a ampliação do anexo de apoio à habitação.	Não é possível aumentar a faixa de solo urbano, conforme definido nos critérios de classificação. No entanto foi retificada a profundidade da faixa em solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
891	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação própria. Localizado em núcleo urbanizado com infraestruturas e vias de acesso. A proposta acarreta graves prejuízos do ponto de vista social, económico e de desenvolvimento local.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). O traçado da via proposta (variante à EN105) afeta o terreno. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
892	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação própria. Localizado em núcleo urbanizado com infraestruturas e vias de acesso. A proposta acarreta graves prejuízos do ponto de vista social, económico e de desenvolvimento local.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
893	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação própria. Localizado em núcleo urbanizado com infraestruturas e vias de acesso. A proposta acarreta graves prejuízos do ponto de vista social, económico e de desenvolvimento local.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
894	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que tem 2 habitações no terreno	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
896	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, por se localizar na zona central da freguesia onde foram feitos vários investimentos na rede viária e infraestruturas. Existem fortes interessados em construir no local. A proposta prejudica gravemente os proprietários e o desenvolvimento habitacional da freguesia.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (na maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
899	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, por se localizar na zona central da freguesia onde foram feitos vários investimentos na rede viária e infraestruturas. Existem fortes interessados em construir no local. A proposta prejudica gravemente os proprietários e o desenvolvimento habitacional da freguesia.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (na maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
900	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue a ser urbanizável, conforme PDM em vigor, na totalidade da sua área, para salvaguardar direitos adquiridos e porque é servido por via pública e infraestruturas que asseguram a acessibilidade e integração na malha urbana envolvente. Não está sujeito a quaisquer servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, tem um artigo urbano com edificações e um rústico sem rentabilidade e produtividade agrícola.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (total). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
902	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de infraestruturas e inserido em zona habitacional.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, o terreno mantém em Espaço agrícola com a mesma reserva (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
906	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de infraestruturas e construções, bem como pedido de informação prévia favorável	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
907	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de infraestruturas e inserido em zona habitacional, bem como construção existente com alvará	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
908	Qualificação de solo	Pretende que todo o terreno passe para Espaço Agrícola, para não comprometer processo em curso.	Propõe-se a alteração para Espaço Agrícola, abrangendo a zona de implantação da habitação.	Acolhida parcial
909	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade, até à margem da linha de água	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
910	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de infraestruturas e inserido em zona habitacional	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
913	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de infraestruturas e sem aptidão agrícola. Considera que não se salvaguarda os direitos adquiridos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
930	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano de forma a consolidar o aglomerado existente, sem prejuízos para os valores ambientais, ecológicos e paisagísticos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. No entanto, atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o alargamento do solo urbano, dando continuidade ao solo urbano previsto nos terrenos vizinhos, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
932	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, numa faixa de 50m, no prolongamento da mancha existente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
935	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que o terreno está infraestruturado e integrado em aglomerado urbano, sem aptidão agrícola.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
946	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere pretensão de construir moradia unifamiliar e existência de via infraestruturada.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
947	Programação	Pretende que a via proposta não atravesse a propriedade. Refere investimentos na recuperação e dinamização agrícola.	O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
948	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, por estar num aglomerado consolidado com infraestruturas e que seja revisto o traçado da via proposta.	O terreno delimitado já estava na proposta, na sua maior parte em solo urbano, estando o restante integrado na Reserva Agrícola Nacional e na UOPG. Tendo sido eliminada a UOPG e excluído da RAN, propõe-se que todo o terreno fique em Espaço Habitacional, por cumprir os critérios para classificação como solo urbano. O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
949	Programação	Pretende que o terreno seja retirado de Área a Estruturar. Refere que o prédio autónomo não põe em causa a construção da via.	Propõe-se ajuste à Área a estruturar, não sendo relevante a manutenção do terreno em causa na mesma.	Acolhida
953	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano e opõe-se à via proposta. Refere alvará de Loteamento	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente(ver resposta 1e 3 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
954	Programação	Pretende que o terreno seja retirado de Área a Estruturar. Refere que a via proposta já se encontra construída	Propõe-se eliminação Área a estruturar, atendendo a que a via proposta foi construída, estruturando e infraestruturando a área.	Acolhida
955	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por se localizar numa área central com forte polaridade, com acessibilidades, infraestruturas e equipamentos, envolvido por solo urbano. A área agrícola não tem exploração agrícola eficaz, dimensão cadastral viável nem continuidade ou integração em unidade agrícola ou paisagística relevante. A edificação no terreno pode gerar oferta habitacional e contribui para densificar o território, enquadrando-se nos objetivos estratégicos do plano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. O plano propõe para esta zona central de Vila das Aves uma UOPG, para criação de uma área verde de lazer e enquadramento paisagístico, com áreas habitacionais de colmatação do tecido urbano. Esta UOPG será concretizada através de Plano de Pormenor, que garanta a execução de forma integrada e programada, com a aplicação dos necessários mecanismos perequativos.	Não acolhida
956	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que se insere em tecido consolidado e está servido por via infraestruturada. Considera que compromete os seus direitos legítimos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e reserva Ecológica Nacional. Exclusões não aceites. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
957	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere pretensão de construir habitação com projeto de arquitetura aprovado, que pretende reativar .	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
958	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbanizável na totalidade, ressalvando a área inundável, por estar rodeado por áreas classificadas como urbanizáveis e dispor de infraestruturas básicas. A proposta é injustificada e desajustada da realidade por não considerar a crescente pressão urbanística e escassez de fogos para habitação. Disponível para cedência de uma parcela do terreno para a criação de um parque de utilização pública.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (maior parte) e na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
959	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, por se localizar na zona central da freguesia onde foram feitos vários investimentos na rede viária e infraestruturas. A proposta prejudica gravemente a freguesia e a população por não haver qualquer possibilidade de construção habitacional.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (na maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
962	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, por se localizar na zona central da freguesia onde foram feitos vários investimentos na rede viária e infraestruturas. A proposta prejudica gravemente a freguesia e a população por não haver qualquer possibilidade de construção habitacional. Reclama ainda do traçado proposto para a variante à EN 105, por provocar poluição sonora, diminuindo significativamente a qualidade de vida das pessoas que ali habitam, para além de ser um grave e forte obstáculo para futuras construções habitacionais, prejudicando a expansão da freguesia.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional, em parte. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor. A via proposta é estruturante para o território, encontrando-se em fase de projeto, devendo as questões colocadas ser tratadas nesse âmbito (Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
964	Programação	Reclama sobre o traçado da variante à EN 105 proposto, por ser inaceitável, prejudicial para a atividade agrícola, nascentes e sistema de regadio e para edificações existentes. Solicita a reanálise da situação para diminuir os prejuízos para todos.	A via proposta é estruturante para o território, encontrando-se em fase de projeto, devendo as questões colocadas ser tratadas nesse âmbito.	Não acolhida
965	Programação	Reclama sobre o traçado da variante à EN 105 proposto, por ser inaceitável, prejudicial para a atividade agrícola, nascentes e sistema de regadio e para edificações existentes. Solicita a reanálise da situação para diminuir os prejuízos para todos.	A via proposta é estruturante para o território, encontrando-se em fase de projeto, devendo as questões colocadas ser tratadas nesse âmbito.	Não acolhida
968	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM e contesta a UOPG e a via proposta. Refere o cumprimento do DR 15/2015.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
970	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM e contesta a via proposta e classificação em RAN.	O terreno não se encontra em RAN. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
971	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM e contesta a via proposta e classificação em RAN.	O terreno não se encontra em RAN. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
972	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que é servido por via infraestruturada, está na continuidade de construções e possui uma construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
975	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM e contesta a UOPG e a via proposta. Refere que se insere em mancha urbana, tem via infraestruturada, possui construção licenciada. Pretende construir habitação.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
976	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que está inserido em mancha urbana, servido por via infraestruturada e sem aptidão agrícola.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
980	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere proximidade a áreas urbanizadas, existência de infraestruturas	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
988	Ambiente e Património	Pretende avaliação da possibilidade de prever zonas verdes no local.	O plano prevê espaços verdes urbanos de âmbito municipal, sem prejuízo de zonas verdes a criar por iniciativa das autarquias ou no âmbito de operações urbanísticas particulares. A zona indicada dispõe, a cerca de 250m, de um parque verde urbano com ampliação programada e vários jardins públicos a menos de 500 m.	Já contemplada
991	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha como no PDM em vigor, ou passe para Aglomerado Rural como na envolvente, para poder tornar habitável a construção existente.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi não autorizada a exclusão da REN, propõe-se o alargamento do Aglomerado Rural, em colmatação do existente e até essa reserva.	Acolhida parcial
993	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere localização entre duas casas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
995	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, por se localizar na zona central da freguesia onde foram feitos vários investimentos na rede viária e infraestruturas. Existem fortes interessados em construir no local. A proposta prejudica gravemente a freguesia e a população por não haver qualquer possibilidade de construção habitacional. Reclama ainda do traçado proposto para a variante à EN 105, por provocar poluição sonora, diminuindo significativamente a qualidade de vida das pessoas que ali habitam,	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor. A via proposta é estruturante para o território, encontrando-se em fase de projeto, devendo as questões colocadas ser tratadas nesse âmbito. (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		para além de ser um grave e forte obstáculo para futuras construções habitacionais, prejudicando o proprietário a expansão da freguesia.		
996	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construir casas para os filhos, tendo as infraestruturas necessárias. Contribui para resolver a carência de habitação, sem sujeição à especulação atual do mercado imobiliário.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
998	Programação	Pretende que a Área a Estrutura (AE7) fique isenta de cláusula de reversão por ser uma zona de cariz urbano. Refere incongruência no Programa de Execução quanto à cláusula de reversão relativa à referida AE.	O prazo para a execução de cada AE está definido no Programa de execução, findo o qual, se não urbanizadas, estas reverterem para solo rústico, total ou parcialmente. Apenas se excetua as AE que são consideradas indispensáveis para o reforço e consolidação da centralidade urbana e se consubstanciam em áreas classificadas como Espaço Central	Não Acolhida
999	Programação	Pretende que seja prevista a infraestruturação da zona.	A via que serve o terreno está localizada em Área a Infraestruturar com programação definida no Programa de Execução do plano. A construção pode ser autorizada com recurso a soluções individuais provisórias para as infraestruturas e previsão da futura ligação às redes públicas se, entretanto, não tiverem sido executadas.	Já contemplada
1000	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que o terreno foi adquirido para construção da habitação com PIP aprovado	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1001	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Refere que possui via pública, previsão de rede de saneamento e existência de habitações na envolvente. Não são conhecidas as limitações à nova edificação nos Aglomerados Rurais.	São admitidas novas edificações, nos Aglomerados Rurais, de acordo com os usos e parâmetros urbanísticos estabelecidos no Regulamento do plano em apreciação. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1002	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, espaço de Baixa Densidade ou alargada o solo rústico, Espaço de Aglomerado Rural. Refere que na envolvente encontram-se implantadas construções e que é servido por via parcialmente infraestruturada.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e em Espaço Florestal, com as reservas acima referidas (Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1003	SRUP	Pretende que seja retirada a REN sobreposta ao solo urbano, Espaço de Atividades Económicas.	O terreno corresponde a área excluída REN (ver resposta 5 do Quadro 1 deste relatório).	Já contemplada
1004	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano por ser adjacente à habitação e mesmo nº de porta. Afeta os planos futuros para a propriedade.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1005	SRUP	Pretende que seja retirada a REN sobreposta ao solo urbano, Espaço de Atividades Económicas.	O terreno corresponde a área excluída REN (ver resposta 5 do Quadro 1 deste relatório).	Já contemplada

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1006	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano por ser adjacente à habitação e mesmo nº de porta. Afeta os planos futuros para a propriedade.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1007	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano até ao arruamento existente.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatção do existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1008	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano total ou parcial, por ter ruas e infraestruturas essenciais e estar próxima de espaço habitacional II, para criar continuidade entre os espaços urbanos já estabelecidos. A linha de água não existe, nunca foi vista pelos proprietários que já realizaram várias limpezas ao terreno.	O terreno integra a área arqueológica 30-B Sobreiral. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Na visita realizada ao local, verificou-se a existência da linha de água, pelo que se propõe a manutenção do traçado da mesma.	Não acolhida
1011	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, alargando o já previsto. Refere é dotado de via pública e estar prevista rede de saneamento. Foi reduzida a área urbana na envolvente, o que contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1019	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano ou Aglomerado Rural, alargando o já previsto. Refere que é dotado de via pública e luz pública e estar prevista rede de saneamento. Foi reduzida a área urbana na envolvente, o que contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1021	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano.	Propõe-se ajustamento da delimitação do solo urbano em colmatção do já previsto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1022	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere estar em elaboração projeto de urbanização para moradias que contribui para a oferta de habitação e que existem construções na envolvente e infraestruturas.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte não urbana). Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o alargamento do solo urbano, dando continuidade à que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1023	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na totalidade ou na frente para a via pública.	Propõe-se pequeno alargamento do solo urbano para colmatção do já previsto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1024	Classificação de solo	"Uma vez que já existe moradia, é possível expandir para este lado" (transcrição total da exposição)	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1030	Programação	Pretende eliminação da via proposta dado que o traçado previsto prejudica a ocupação do terreno, lesa os proprietários bem como a cidade.	O traçado das vias propostas tem um carácter indicativo e pode ser ajustado no âmbito dos estudos para a Área a Estruturar ou para execução da vias.(ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1031	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construir habitação própria. Refere que tem acesso por via com rede pública de água e saneamento e que não tem produção agrícola, apenas um eucaliptal.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1032	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação própria. Refere que não é uma zona de cultivo e está encostada a área urbanizada e edificada.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1035	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que na envolvente encontram-se implantadas construções e que é servido por via parcialmente infraestruturada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1036	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por ter via pavimentada e ficar a menos de 50m de via infraestruturada.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1037	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para possibilitar construção habitacional na zona. refere que na envolvente existe via pública, eletricidade e previsão de rede de saneamento. Informa que não tem atividade agrícola e existem habitações nos terrenos vizinhos. No PDM em vigor parte está como zona de construção.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1039	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere aquisição recente com base no PDM e processo de destaque a decorrer. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1041	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para área urbanizável, para construção de habitação, porque existem habitações nos terrenos vizinhos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1046	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, para construção de habitação.	Propõe-se pequeno alargamento do solo urbano, no seguimento do já previsto, considerando compromissos urbanísticos na envolvente, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1047	Regulamento	Pretende construir uma habitação em Espaço Florestal, conforme alínea j) do nº 2 do artigo 39º do regulamento do PDM em vigor	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (maior parte). A proposta não admite nova construção para habitação em espaço florestal para evitar dispersão e riscos associados. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1052	Classificação de solo	Pretende que seja alterada a proposta de acordo com o alvará de loteamento habitacional	Propõe-se alteração da área abrangida por alvará de loteamento para Espaço Urbano de Baixa Densidade. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e em Reserva Agrícola Nacional.	Acolhida parcial
1056	Classificação de solo	Pretende o retorno do terreno a área de construção, para construção de vivendas.	Na proposta o terreno delimitado está classificado em solo urbano, em Espaço Urbano de Baixa Densidade, com parâmetros urbanísticos idênticos ao do PDM em vigor.	Já contemplada
1057	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para habitação própria. Refere proximidade de habitações e via infraestruturada.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1058	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano por estar rodeado de construções. Refere que proposta passa o terreno para zona de reserva agrícola, impedindo a construção.	Os terrenos que intercetam a área assinalada não estão em área de RAN. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1062	Classificação de solo	Invoca acordo escrito com a Câmara Municipal - cedência de passagem de coletor, mediante viabilidade construtiva.	Não apresenta documento comprovativo do referido. Propõe-se pequeno alargamento do Espaço Habitacional para colmatção do solo urbano já previsto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1065	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor, por ter infraestruturas e moradias já construídas. Tem em curso um estudo para loteamento habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o alargamento do solo urbano na continuidade e em colmatção do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1067	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor, por ter infraestruturas e moradias já construídas. Refere que tem em curso um estudo para loteamento habitacional.	Propõe-se pequeno alargamento do solo urbano para colmatção do já previsto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida.	Acolhida parcial
1071	Classificação de solo	Pretende que o terreno fique em zona urbanizável para construção de duas habitações, por ter acessos área a infraestruturar próxima. Reclama de ser retirada capacidade construtiva.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1077	Qualificação de solo	Pretende que o terreno passe para Aglomerado rural. Refere existência de via infraestruturada e projeto de arquitetura aprovado	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1078	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere existência de via infraestruturada e pedido de informação prévia aprovado. Pretende construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1084	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere existência de via infraestruturada e aglomerado de habitações.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1086	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que se trata de uma colmatação de frente urbana e que foi cedida área para ampliação da via pública. Mais ainda refere que não existe linha de água. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Relativamente à linha de água, não está identificada qualquer linha de água do domínio hídrico no terreno em causa.	Acolhida
1087	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, como no PDM em vigor, para permitir mais capacidade construtiva, por se tratar de colmatação de frente urbana existente. Considera-se lesado, por perder capacidade construtiva.	Localiza-se num aglomerado com características rurais, isolado e com um único acesso. Pretende-se evitar densificação (Ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1088	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1094	Fora âmbito	Pretende ampliação da área de reabilitação urbana.	As áreas de reabilitação urbana não fazem parte da proposta do PDM, tendo procedimento e regime autónomo.	Fora do âmbito
1095	Classificação de solo	Pretende que habitação continue em zona de construção, para obras de recuperação e ampliação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Não acolhida
1096	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere existência via com de rede de saneamento e construção de moradia em curso a sul.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1097	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para em solo urbano, na totalidade, por ter frente para via e infraestruturas, para construção com destaque de parcela.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1098	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, alargando o já previsto, visando construção habitacional. Refere estar dotado de via pública e estar prevista rede de saneamento. Também refere que foi reduzida a área urbana na envolvente, o que contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1100	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere existência de via parcialmente infraestruturada e habitações na proximidade. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 e 2 deste relatório).	Acolhida
1103	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para expansão e consolidação de áreas urbanas, aumentando a área habitacionais e permitir áreas de lazer e turismo. Solicita exclusão da REN.	O terreno não está abrangido por REN, mas não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1104	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere interesse em efetuar um destaque de parcela para construção de uma habitação unifamiliar e aumentar a construção existe na parcela sobrança.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1105	Classificação de solo	Pretende alteração da revisão do PDM, que está em espaço agrícola, para poder construir.	Na proposta o terreno delimitado está classificado em solo urbano, em Espaço Habitacional, sendo por isso admitida a construção, nos termos do regulamento e legislação aplicável.	Já contemplada
1106	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere existência de habitação construída. Considera comprometidos os seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1108	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, para construção de edificações de apoio e mais duas moradias. A alteração proposta retira valor e utilidade ao terreno.	Propõe-se o alargamento do solo urbano dando continuidade à que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Agrícola.	Acolhida parcial
1109	Classificação de solo	Pretende que parte do terreno passe para solo urbano, por já ter programada a construção de uma habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1110	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na totalidade, por ser uma área infraestruturada, em área consolidada. Cedeu gratuitamente terrenos para a rua da Boa Vista.	A frente para a via está em solo urbano na proposta. O terreno restante não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1111	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na totalidade, por ser uma área infraestruturada, em área consolidada. Cedeu gratuitamente terrenos para a rua da Boa Vista.	A frente para a via está em solo urbano na proposta. O terreno restante não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1112	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere projeto de loteamento habitacional concluído para submissão.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1113	Classificação de solo	Pretende construção de habitação na confrontação da via pública, como na envolvente.	Propõe-se o alargamento do solo urbano, abrangendo as construções existentes, dando continuidade ao que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e Espaço Florestal, e em Reserva Ecológica Nacional.	Acolhida parcial
1114	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere projeto de arquitetura concluído para submissão.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1115	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, na totalidade.	Integrado parcialmente Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano ao loteamento existente no terreno vizinho, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida.	Acolhida parcial
1117	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que é uma área urbanizada com infraestruturas e o interesse em construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1118	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por não possuir condicionantes e ser compatível com o tecido urbano adjacente, para concretização de projeto em desenvolvimento.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1119	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere projeto de reconstrução e ampliação em curso. Informa que confronta com via pública.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1122	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por confrontar com via infraestruturada em zona urbana, para um desenvolvimento sustentável e compatível com o enquadramento local. A proposta limita fortemente o aproveitamento do terreno, quando noutras áreas	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		envolventes prevê o crescimento da área urbana.		
1140	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere existência de via infraestruturada e de projeto já concluído para instrução.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1146	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter bons acessos, luz pública, previsão de outras infraestruturas, casas ao lado e próximo da VIM.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1148	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter bons acessos, luz pública, previsão de outras infraestruturas, casas ao lado e próximo da VIM.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1149	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para urbano na totalidade	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Essa área não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1150	Classificação de solo	Pretende que toda a área assinalada tem potencial para ser urbanizada, com a criação de uma nova ligação viária.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano entre loteamentos existentes, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida.	Acolhida parcial
1151	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ser central e plano, para oferecer a possibilidade de criar habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1152	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ser central, para dotar a freguesia de mais habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1153	Qualificação de solo	Refere que o terreno assinalado interrompe o corredor verde entre o centro da vila e o Amieiro Galego.	O terreno indicado é particular e reúne condições para ser classificado em solo urbano. A reserva de solo implica a programação de ação e aquisição do terreno, nos termos do artigo 154º do DL 80/2015, RGJIT. Não foi identificado corredor verde na proposta da Estrutura Ecológica Municipal, no entanto a ligação poderá ser assegurada junto à linha de água em Espaço de Uso Especial.	Não acolhida
1154	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter um novo arruamento, para o crescimento da freguesia.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1156	Classificação de solo	Pretende que o terreno se inclua em solo urbano, Espaço de Uso Especial. Refere interesse para a utilização no apoio a atividades realizadas na freguesia.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo rústico, na categoria de Espaço Cultural, na continuidade do identificado para o conjunto do Mosteiro e edifícios de apoio (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1157	Classificação de solo	Pretende que o terreno se inclua em solo urbano. Refere que o terreno possui habitação e armazém, não tem aptidão agrícola e que confronta com loteamento.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1159	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para área habitacional, por estar desligado da restante área verde, à face de via pública e ladeado por habitações.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1162	Classificação de solo	Pretende que o terreno se inclua em Espaço de Atividades Económica. Refere que o terreno que tem continuidade para o Município de Vizela encontra-se em área Industrial. Tem pedido de informação prévia favorável	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão parcial da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do Município vizinho e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1163	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere intenção de destaque para construção de habitação e prejuízos concretos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta e em colmatação, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1164	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que está inserido em loteamento	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1165	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que está inserido em loteamento	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1170	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, numa faixa de 50m. Refere existência de infraestruturas	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida. (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1171	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de infraestruturas	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1172	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de via pavimentada e com luz e habitações na proximidade	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1174	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano porque quer concretizar a operação urbanística a que respeita o processo de construção, com emissão de alvará, mas que caducou por falta de empreiteiro, porque há carência habitacional na zona. Tem todas as infraestruturas necessárias.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o compromisso existente (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Florestal e na reserva acima referida.	Acolhida
1176	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na totalidade. Refere pedido de informação prévia aprovado para indústria/armazéns	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o compromisso existente (ver resposta 1 no Quadro 1 e 3 deste relatório).	Acolhida
1177	Classificação de solo	Pretende que o todo o terreno continue em solo urbano para investimento em construção habitacional. Localiza-se em núcleo urbanizado e possui acesso com infraestruturas. A proposta retira capacidade construtiva e acarreta graves prejuízos pessoais e à comunidade, do ponto de vista social, económico e de desenvolvimento local.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (Curso de água e respetiva margem e Zona Ameaçada pelas Cheias - ZAC). Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano até à margem do curso de água, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Parte da área em solo urbano permanece em ZAC e o restante terreno em Espaço Agrícola.	Acolhida parcial
1178	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1180	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar inserido numa zona já infraestruturada, com acessibilidade e serviços essenciais, para desenvolver um loteamento.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1182	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se insere numa mancha consolidada e existência de vias infraestruturadas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1184	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere ter confrontação com 3 vias e que se encontram edificadas moradias para reconstrução e ampliação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida
1185	Classificação de solo	Pretende que seja mantida a classificação do PDM em vigor, por estar inserido em zona urbanizada com acessos e construções na envolvente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o alargamento do solo urbano, dando continuidade à que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida.	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1186	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que o terreno foi sempre considerado de construção e que tem disponibilidade e/ou viabilidade de infraestruturas. Informa de pedido de informação prévia entretanto extinto.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da RAN, a proposta mantém-se em Espaço Agrícola, na reserva referida. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não Acolhida
1187	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, na totalidade, para construção de várias moradias. Existem construções vizinhas em zona agrícola. Deveria ser aumentada a área de construção devido à falta de habitação.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1188	Classificação de solo	Pretende que seja aumentada a zona geral de construção, visto existirem construções em zona agrícola, para construir uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1190	Classificação de solo	Pretende que seja retirada a área a estruturar. Refere que o terreno possuiu todas as infraestruturas e que obteve aprovação de pedido de informação prévia	Propõe-se eliminação Área a Estruturar, atendendo à sua dimensão, aos compromissos urbanísticos existentes e participações.	Acolhida
1191	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno continue em solo urbano, em Espaço Urbano de Baixa Densidade, para permitir destaque de parcela e construção habitacional, por ser dotado de via infraestruturada e construções na envolvente. A proposta contraria a "Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos" por reduzir a área urbana.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1192	Classificação de solo	Pretende que a zona e o terreno delimitado continuem em solo urbano, por existir via e luz pública e estar prevista rede de saneamento e por existirem construções destinadas a habitação, visando criar mais condições habitacionais na freguesia. Diz que a proposta contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos por reduzir a zona urbana. Tem dúvidas sobre a capacidade edificatória nos Aglomerados Rurais e a possibilidade de destaques.	Área não integrada em solo urbano por falta de infraestruturas e pelas suas características rurais. No entanto está enquadrado em Aglomerado Rural que admite edificação nos termos definidos no Regulamento proposto. A possibilidade de destaque é regulada pelo DL 555/99, RJUE (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1193	Classificação de solo	Pretende que a zona e o terreno delimitado continuem em solo urbano, por existir via e luz pública e estar prevista rede de saneamento e por existirem construções destinadas a habitação, visando criar mais condições habitacionais na freguesia. Diz que a proposta contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos por reduzir a zona urbana. Tem dúvidas sobre a capacidade edificatória nos Aglomerados Rurais e a possibilidade de destaques.	Área não integrada em solo urbano por falta de infraestruturas e pelas suas características rurais. No entanto está enquadrado em Aglomerado Rural que admite edificação nos termos definidos no Regulamento do plano. A possibilidade de destaque é regulada pelo DL 555/99, RJUE (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1194	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para área de construção. Existe um pedido de informação prévia.	Propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1195	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano para construção de habitação, tendo já dado entrada do processo.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional com elevada aptidão do solo. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida.	Acolhida parcial
1196	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, atendendo a que confronta com via municipal e está próximo de solo urbano, para poder construir	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não está próximo de solo urbano. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano ou como Aglomerado Rural, porque constituiria uma expansão (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1205	Programação	Pretende que seja retirada a área a estruturar. Refere que o terreno possuiu todas as infraestruturas e que obteve aprovação de pedido de informação prévia	Propõe-se eliminação Área a estruturar, atendendo à sua dimensão, aos compromissos urbanísticos existentes e participações.	Acolhida
1206	Classificação de solo	Pretende o alargamento do Aglomerado Rural, de modo a abranger o seu terreno, para mais possibilidade de construção habitacional na zona e freguesia. Diz que foi reduzida a zona urbana contrariando a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Constituindo uma expansão com criação de solo urbanizável, não cumpre os critérios para classificação como solo urbano, nem para delimitação dos Aglomerados Rurais (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1207	Classificação de solo	Pretende o alargamento do Aglomerado Rural, de modo a abranger o seu terreno, para mais possibilidade de construção habitacional na zona e freguesia. Diz que foi reduzida a zona urbana contrariando a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Constituindo uma expansão com criação de solo urbanizável, não cumpre os critérios para classificação como solo urbano, nem para delimitação dos Aglomerados Rurais (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1208	Classificação de solo	Pretende o alargamento do Aglomerado Rural, de modo a abranger o seu terreno, para mais possibilidade de construção habitacional na zona e freguesia. Diz que foi reduzida a zona urbana contrariando a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Constituindo uma expansão com criação de solo urbanizável, não cumpre os critérios para classificação como solo urbano, nem para delimitação dos Aglomerados Rurais (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1209	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de pedido de informação prévia aprovado	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o compromisso existente(ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1212	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, atendendo a que confronta com via municipal e está próximo de solo urbano, para poder construir	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não está próximo de solo urbano. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano ou como Aglomerado Rural, porque constituiria uma expansão (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1216	Classificação de solo	Pretende que a zona indicada e o seu terreno fiquem em zona habitacional, atendendo à quantidade de habitações existentes.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parcial). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1218	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Refere a existência de habitação recente contígua.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1220	Classificação de solo	Pretende que a sua habitação seja retirada da zona proposta, porque está em acabamentos e pretende ampliar.	O terreno, para além do que já está proposto como urbano, não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1223	Classificação de solo	Pretende que seja aumentada a área em solo urbano, por ter via infraestruturada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Florestal.	Acolhida
1230	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Informa que não existe linha de água	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Parte do terreno permanece em Espaço Florestal por estar integrado em Reserva Ecológica Nacional. Na visita realizada ao local, não se verificou a existência de qualquer leito de curso de águas a atravessar o terreno nem de vestígios de entubamento da mesma na rua, pelo que se propõe a eliminação da linha de água.	Acolhida parcial
1231	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que a via possuiu infraestruturas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1232	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno assinalado seja solo urbano, conforme terrenos vizinhos	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1233	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, por existirem infraestruturas públicas na via confrontante.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. A área de solo rústico não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1234	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano atendendo à carência habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1235	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno assinalado seja solo urbano, conforme terrenos vizinhos	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1236	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por existirem infraestruturas públicas na via confrontante.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1238	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno assinalado seja solo urbano.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1240	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do Município vizinho e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1241	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que a via confrontante possuiu infraestruturas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1242	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, considerando edifício recentemente concluído, mediante exclusão da REN. Restante terreno permanece em Espaço Florestal e REN.	Acolhida parcial
1243	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano atendendo à carência habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1244	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na continuidade da zona já prevista.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1245	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano atendendo à carência habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1246	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano atendendo à carência habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1247	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano atendendo à carência habitacional.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1256	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que prejudica os seus direitos enquanto proprietário.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1258	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que o terreno tem acesso a infraestruturas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1259	Classificação de solo	Pretende que o terreno se inclua em Espaço de Baixa Densidade. Refere projeto de arquitetura em execução. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1263	Fora âmbito	Pretende alterar lote de alvará de loteamento aprovado.	A questão colocada relativa a um loteamento não está no âmbito da revisão do PDM objeto de Discussão Pública.	Fora do âmbito
1269	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na sua totalidade, por estar inserido numa zona consolidada com várias habitações.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano 88ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1270	Programação	Pretende que o terreno saia de Área a Estruturar, por estar inserido numa área consolidada rodeado de habitações e com infraestruturas.	Propõe-se eliminação Área a Estruturar, atendendo a que este se insere num loteamento aprovado.	Acolhida
1272	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, ampliando a área a infraestruturar. Refere projeto que se encontra em elaboração.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1274	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em zona de construção, por já estar edificado em via infraestruturada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, enquadrando construção existente, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1275	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue, na sua totalidade em solo urbano.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1282	Classificação de solo	Pretende fazer um investimento na área da habitação e a classificação na proposta do plano não o permite, retirando capacidade construtiva, defraudando expectativas financeiras. O terreno está localizado em núcleo urbanizado com outras habitações. A proposta retira potencialidade construtiva e agrava a escassez de acesso à habitação, acarretando graves prejuízos sociais, económicos e para o desenvolvimento local e para o próprio.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Parte do terreno foi objeto de reversão para a Reserva Agrícola Nacional, por nada ter sido executado do decorrer do plano em vigor. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1283	Classificação de solo	Pretende que seja mantido o solo urbano porque já estava a tentar proceder à sua urbanização, conforme pedido de informação prévia	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1285	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue, na sua totalidade em solo urbano. Refere existência de infraestruturas e habitação própria e da eventual necessidade de a ampliar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM	Acolhida
1286	Classificação de solo	Pretende viabilidade para construção que irá promover investimento privado e dinamização económica local. O terreno encontra-se alinhado e próximo de área edificada, com acessos e infraestruturas	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
1287	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na sua totalidade, conforme o PDM em vigor. Uma pequena parte está em Espaço Agrícola e integrado na RAN o que poderá comprometer o seu desenvolvimento equilibrado e funcional.	A área incluída em solo rústico não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O terreno delimitado não está abrangido por RAN.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1288	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na confrontação com a via pública, para construção de moradias.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional. A autorização da REN apenas incide sobre AEREHS, não tendo sido aceite a exclusão sobre AIV, pelo que o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, só pode acontecer nessa área (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno permanece em Espaço Florestal e na reserva referida.	Não acolhida
1291	Qualificação de solo	Pretende que a categoria seja alterada para Espaço Central. Refere pedido de informação prévia a decorrer, para a reabilitação e ampliação de um edifício para habitação multifamiliar.	Propõe-se ajuste à qualificação de solo, passando a área de Espaço de Atividades Económicas, para Espaço Central, na continuidade do já existente.	Acolhida
1294	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, Espaço de Atividades Económicas. Refere prolongamento da “Zona Industrial Sobrado II” concelho de Valongo.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1297	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, porque foi atravessado por via pública e está programada venda para construção de habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1298	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno passe para solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere intenção de executar projeto de reabilitação inclui a reabilitação de edifícios para habitação, turismo e serviços. Informa que a via tem infraestruturas	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1300	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, dada a proximidade de zona habitacional e infraestruturas e a procura de terrenos para habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1301	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, por se situar num aglomerado com crescimento de habitações e ter boa acessibilidade, permitindo destaque de parcela.	Terreno integrado em aglomerado rural pelas características rurais do povoamento, em encosta com pendente muito acentuada, confrontando com floresta com perigosidade de incêndio.	Não acolhida
1302	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno passe a solo urbano, conforme envolvente, para construção de moradias, através de operação de loteamento.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional. Exclusão da REN não aceite. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, em colmatagem do já previsto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno permanece em Espaço Florestal e na reserva referida.	Acolhida parcial
1303	Classificação de solo	Pretende que seja permitido construir habitação unifamiliar na frente do terreno para via pública, atendendo a que se localiza num aglomerado de construções. Considera uma injustiça ser retirada capacidade construtiva.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva acima referida (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1305	Classificação de solo	Pretende que seja mantida a zona urbana prevista no PDM em vigor, conforme proposto na envolvente, para habitações unifamiliares. Existe projeto aprovado.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, em colmatção do já previsto, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno permanece em Espaço Agrícola e na reserva referida.	Acolhida parcial
1308	SRUP	Reclama que não existe linha de água no local, solicitando a verificação in loco da efetiva existência da referida linha de água assinalada na 2.ª Revisão do PDM.	Na visita realizada ao local, não se verificou a existência de qualquer leito de curso de água, pelo que se propõe a eliminação da linha de água.	Acolhida
1310	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, ou parte, para construção de habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parcial). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1312	Classificação de solo	Pretende que, pelo menos, na área coincidente com a construção existente e com o logradouro adjacente, se mantenha a capacidade construtiva prevista no PDM em vigor, permitindo reabilitação do existente e construção de moradias modestas. Considera injusto retirar capacidade construtiva.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se pequeno ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e em Espaço Florestal, com as reservas acima referidas (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1313	Fora âmbito	Questiona se para o traçado da variante à EN 105 foram realizados estudos de impacto ambiental ou do ambiente sonoro. Deve ser mantido o sistema de regadio existente para a produção agrícola.	A via proposta é estruturante para o território, encontrando-se em fase de projeto. As questões colocadas que se prendem com o projeto estão fora do âmbito da proposta de revisão do PDM.	Fora do âmbito
1314	Classificação de solo	Pretende que o terreno integre solo urbano para construção de habitação. Refere que o traçado da linha de água não está correto.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Tendo em conta que se trata de um curso de água da Reserva Ecológica Nacional (REN), analisado e aprovado pelas entidades competentes no âmbito da delimitação da REN, e o parecer da APA, no âmbito de um processo de licenciamento, no terreno adjacente ao da participação, em que se confirma a existência da linha de água e do respetivo traçado desde a rua, passando pelo terreno em causa, propõe-se a manutenção do traçado atual da linha de água.	Acolhida parcial
1315	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de via parcialmente infraestruturada e aglomerado de construções. Informa que o edifício pertencente ao terreno está em aglomerado rural e o logradouro em Reserva Agrícola. Pretende efetuar destaque de parcela.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, ajustando ao cadastro (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Em Aglomerado Rural é admitida a construção de habitação nos termos previstos no regulamento do PDM.	Acolhida parcial
1317	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de via infraestruturada e aglomerado de construções.	Propõe-se ajuste à delimitação Aglomerado Rural em colmatção do existente até ao arruamento. Em Aglomerado Rural é admitida a construção de habitação nos termos previstos no regulamento do PDM.	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1321	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano pelo limite cadastral. Refere Pedido de informação prévia aprovado	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1322	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, por contrariar a aprovação do processo de pedido de informação prévia	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno permanece em Espaço Florestal. (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1323	Classificação de solo	Pretende proceder a investimento em habitação. O terreno está localizado em núcleo rural e existe uma habitação em ruína. Reclama de ser retirada capacidade construtiva, com defraudação de expectativa financeira.	Integrado em Reserva Agrícola Nacional e parcialmente na zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, abrangendo a ruína referida. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
1325	Programação	Pretende que o terreno continue em solo urbano e que seja retirada de Área a Estruturar. Refere intenção de projeto de licenciamento para habitação unifamiliar.	Propõe-se ajuste à Área a estruturar, não sendo relevante a manutenção do terreno em causa na mesma.	Acolhida
1329	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano e que seja retirada a via proposta. Refere que a proposta de arruamento colide com pedido de informação prévia favorável. Sugere que se mantenha o traçado previsto no PDM em vigor.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos. Relativamente à via proposta, propõe-se a alteração do seu traçado tendo em consideração os compromissos urbanísticos e restantes participações na área. (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1330	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere existência de via parcialmente infraestruturada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1331	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano de acordo com alvará de loteamento	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1333	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja urbanizável, por estar inserido num aglomerado habitacional consolidado.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
1334	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe, na totalidade ou em parte, para solo urbano ou para Aglomerado Rural, alargando o já previsto, visando construção habitacional, por estar numa zona central da freguesia, ser dotado de via pública e luz pública e estar prevista rede de saneamento. Parte do terreno está em solo urbano no PDM em vigor. Foi reduzida a área urbana na envolvente, o que contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1338	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que se insere em aglomerado habitacional.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
1340	Classificação de solo	Pretende que o terreno fique em solo urbano, parcial ou totalmente, por estar numa zona estratégica para a ampliação da zona industrial, existirem construções de habitação, indústria e armazém na envolvente, ser dotado de via pública e luz pública e estar prevista rede de saneamento, visando criar condições de construção habitacional ou o alargamento e reorganização da zona industrial.	Na proposta é prevista uma faixa para Espaço de Atividades Económicas na continuidade das empresas já instaladas e com a proposta da revisão do PDM de Paços de Ferreira. Do lado sudoeste da via não existem essas continuidades, para além de que iria interferir com área em RAN e com Domínio Hídrico. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
1342	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe, na totalidade ou em parte, para solo urbano ou para Aglomerado Rural, alargando o já previsto, visando construção habitacional, por estar numa zona central da freguesia, ser dotado de via pública e luz pública e estar prevista rede de saneamento. Parte do terreno está em solo urbano no PDM em vigor. Foi reduzida a área urbana na envolvente, o que contraria a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
10170/25	Qualificação de solo	Pretende o alargamento do espaço de exploração de recursos energéticos e geológicos, para aumento da área de extração e de depósito de inertes.	A localização da exploração é sensível nos aspetos ambiental, patrimonial e paisagístico. Não aceite devido ao impacto na envolvente próxima (aglomerado rural) e na envolvente mais alargada, nomeadamente património classificado, como o Castro de Monte Padrão e a Serra Hidráulica de Pereiras, e o Corredor do Rio Leça, prejudicando recursos existentes fundamentais para o desenvolvimento local e municipal.	Não acolhida
10306/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere processo de licenciamento a decorrer. Considera que tem efeitos diretos nos direitos anteriormente reconhecidos e já exercidos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1,2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
10538/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de serralharia, dado que as instalações atuais são insuficientes devido ao crescimento da empresa.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional, em parte. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
10652/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que está a decorrer um pedido de informação prévia. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
10718/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere a existência de vias infraestruturadas e intenção de construção de habitação.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
11013/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para poder construir três habitações para a família.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
11149/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere a existência de vias infraestruturadas, proximidade de zona habitacional e intenção de vender 4 parcelas para habitação	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
11255/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere a existência de via parcialmente infraestruturada. Pretende construir habitação	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com as reservas acima referidas. (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
11337/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo. Refere intenção de regularizar a construção iniciada ao abrigo de alvará que caducou.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório). As legalizações estão enquadradas pelo artigo 127º do Regulamento.	Acolhida
11419/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere investimentos realizados e considera que lesa os direitos adquiridos pelo alvará	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
11459/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno está em solo urbano e que a proposta viola a "Lei" e vai contra os princípios subjacentes à "Lei dos Solos".	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
11591/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza num aglomerado urbano e o governo pretende que as câmaras permitam a construção em solo rústico.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
11610/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para espaço habitacional, por não servir para fins agrícolas, ter infraestruturas e estar localizado em zona urbana.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
11645/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno fique em solo urbano, por já estar no PDM em vigor, ter infraestruturas e estar inserido em aglomerado urbano, para construção de habitação.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, abrangendo a construção existente. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
11748/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno tenha viabilidade, para construção de habitação e armazém, como no PDM em vigor.	No PDM em vigor, o terreno delimitado está na sua maioria em solo rústico. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
11753/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por confrontar com via pública, ter infraestruturas e construções na envolvente, para construir uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Localiza-se em corredor verde principal da estrutura ecológica (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
11879/25	Classificação de solo	Pretende que os terrenos continuem em solo urbano e opõe-se à via proposta que afetará os seus terrenos e a envolvente. Refere certidão de destaque.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Exclusões não aceites. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados tendo em consideração os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Não Acolhida
11879/25	Classificação de solo	Pretende que os terrenos continuem em solo urbano e opõe-se à via proposta que afetará os seus terrenos e a envolvente.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente(ver resposta 1e 3 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado, ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
11973/25	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que dispõe de infraestruturas. Tem intenção de construir uma moradia.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12219/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que dispõe de infraestruturas e projeto aprovado para edificação que não fez seguir. Tem intenção de construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12329/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de edifício licenciado destinado a Indústria/armazém. Considera que lhe retira direitos adquiridos e que é uma situação ilegal.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
12330/25	SRUP	Pretende que seja revisto o traçado da linha de água, uma vez que o terreno não é nem nunca foi travessado por uma linha de água. Refere ainda que a linha de água mais próxima se situa no caminho a norte do terreno. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Tendo em conta o aferido na visita realizada ao local, verificou-se o entubamento da linha de água no caminho a norte do terreno da participação, pelo que se propõe a alteração de parte do traçado da linha de água, conforme consta da Planta de Condicionantes I - Recursos Naturais, Patrimoniais e Infraestruturas.	Acolhida
12331/25	SRUP	Pretende que seja revisto o traçado da linha de água, uma vez que o terreno não é nem nunca foi travessado por uma linha de água. Refere ainda que a linha de água mais próxima se situa no caminho a norte do terreno. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Tendo em conta o aferido na visita realizada ao local, verificou-se o entubamento da linha de água no caminho a norte do terreno da participação, pelo que se propõe a alteração de parte do traçado da linha de água, conforme consta da Planta de Condicionantes I - Recursos Naturais, Patrimoniais e Infraestruturas.	Acolhida
12332/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como Espaço Central. A proposta comporta retrocesso, relativamente ao PDM em vigor onde o terreno se encontra inserido em solo urbano de elevada capacidade construtiva, o que desvaloriza da propriedade, retira direitos adquiridos e contraria o desenvolvimento da zona.	A categoria de Espaço Urbano de Baixa Densidade, agora assim designada, é semelhante ao Espaço habitacional tipo III, do PDM em vigor, aonde o terreno está inserido, em termos de usos, tipologias e parâmetros urbanísticos admitidos.	Não acolhida
12333/25	Programação	Pretende que seja retirada a área a estruturar que fica parcialmente sobre o seu terreno. Refere que pretende de imediato proceder à sua urbanização.	Propõe-se eliminação Área a Estruturar, atendendo à sua dimensão, aos compromissos urbanísticos existentes e participações.	Acolhida
12335/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se encontra inserido em aglomerado urbano e que a proposta é uma quebra na continuidade da mancha urbana. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12337/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se encontra inserido em aglomerado urbano e que a proposta é uma quebra na continuidade da mancha urbana. Considera que lhe retira direitos adquiridos	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12339/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de edifício licenciado destinado a Indústria. Considera que lhe retira direitos adquiridos e que é uma situação ilegal.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida
12340/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha o previsto no PDM em vigor, ficando em solo urbano, por se tratar de um prédio urbano com edifício autorizado e por não ter vocação florestal. A proposta retira direitos adquiridos e desvaloriza a propriedade.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
12351/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja considerado solo urbano, porque tem capacidade construtiva no PDM em vigor, localiza-se em aglomerado urbano e o governo pretende que as	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		câmaras permitam construção em solos rústicos.		
12424/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo, por comparação com outros terrenos semelhantes, pelo investimento feito e por ter dado início ao estudo de loteamento para o local. Reclama de a população não ter sido informada da alteração da "lei dos solos".	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
12483/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na totalidade, por razões de cadastro e de condições de acesso.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional, parcial, em continuidade com o município confrontante. A delimitação do solo urbano não se rege pelo cadastro predial. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
12491/25	Classificação de solo	Reclama da proposta porque o terreno estava em zona de construção e passa para zona RAN.	Na proposta o terreno delimitado está em solo urbano na categoria de Espaço Urbano de Baixa Densidade, semelhante ao Espaço habitacional tipo III, do PDM em vigor, aonde o terreno está inserido, em termos de usos, tipologias e parâmetros urbanísticos admitidos. Não está abrangido por RAN	Já contemplada
12566/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere a existência de vias infraestruturadas e que está inserido em área habitacional. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12663/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, por ter uma matriz predial urbana, estar em aglomerado urbano e para não perder direitos.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 4 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12665/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por ter uma matriz predial urbana urbano e estar em aglomerado urbano.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional e na faixa de proteção de Imóvel de Interesse Público. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12669/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por ter uma matriz predial urbana urbano e estar em aglomerado urbano.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional e na faixa de proteção de Imóvel de Interesse Público. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12679/25	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno seja incluído em solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere impossibilidade, pela dimensão, de implementar atividade agrícola. Informa sobre PIP aprovado para armazém (sem identificar).	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12684/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se encontra inserido em aglomerado urbano e que a proposta é uma quebra na continuidade da mancha urbana. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12687/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, por ser um prédio urbano resultante de destaque de parcela, para não inviabilizar a construção da sua habitação.	O terreno delimitado insere-se em solo rústico, em Aglomerado Rural, atendendo às suas características rurais, mas onde é admitida a construção de habitação com índice de impermeabilização de 60%, não inviabilizando por isso a construção pretendida.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
12691/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere que no terreno existe habitação com licença e loteamento aprovado. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12694/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, por ter uma matriz predial urbana, estar em aglomerado urbano e para não perder direitos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional, parcial. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12698/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno fique em Espaço de Atividades Económicas, para ficar de acordo com a atual ocupação do solo.	O terreno está abrangido por alvará de loteamento, pelo que na proposta em apreciação foi integrado em solo urbano, numa categoria de espaço que admite uso industrial e de armazenagem compatíveis com a habitação. Atendendo à dimensão do loteamento e à envolvente urbanística, não se justifica a delimitação um novo Espaço de Atividades Económicas.	Não acolhida
12701/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere que no terreno existe edifício licenciado. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12703/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, por ser um prédio urbano resultante de destaque de parcela (parcela restante), para não inviabilizar a construção da sua habitação.	O terreno delimitado insere-se em solo rústico, em Aglomerado Rural, atendendo às suas características rurais, mas onde é admitida a construção de habitação nos termos previstos no regulamento do PDM. (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12704/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Aglomerado rural. Refere existência de edificabilidade nas parcelas contíguas. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12757/25	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano para construir uma habitação referente ao processo que pretende reativar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
12773/25	SRUP	Pretende que seja retirada a restrição da REN.	O terreno corresponde a área excluída REN (ver resposta 5 do Quadro 1 deste relatório).	Já contemplada
12775/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno fique em Espaço Habitacional como acontece na envolvente. Fez um pedido de informação prévia	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. O terreno em causa e os restantes localizados entre a via habilitante e o rio Vizela não reúnem condições pela área disponível e pelas condicionantes da Reserva Ecológica Nacional para serem integrados em Espaço Habitacional.	Não acolhida
12850/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere que no terreno existe habitação. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
12908/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere que no terreno existe edifício licenciado. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12911/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere que se insere em zona urbanizada e que a proposta é uma quebra na continuidade da mancha urbana. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12915/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, por ter uma matriz predial urbana, estar em aglomerado urbano e para não perder direitos.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. A faixa proposta como solo urbano constitui uma exclusão da referida reserva com condição de reversão prevista na legislação aplicável. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12920/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere projeto aprovado com parecer favorável da APA. Refere que a localização da linha de água, presente nas plantas do PDM, não está de acordo com o que existe na realidade no local.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Tendo em conta o parecer da APA, os elementos apresentados pelo requerente e o resultado da visita ao local, propõe-se a alteração do traçado da linha de água, que passa a estar identificado como entubado e ligado à rede de drenagem de águas pluviais.	Acolhida
12922/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade. Refere cedência para abertura de via pública e passagem de águas pluviais, já executada. Tem intenção de construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12971/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do anterior PDM. Refere que se encontra em elaboração projeto de loteamento.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12972/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, existindo habitações na contiguidade.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. A área em solo urbano no atual PDM é residual, não comportando capacidade construtiva. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
12973/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, existindo habitações na contiguidade.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. A área em solo urbano no atual PDM é residual, não comportando capacidade construtiva. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
12974/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com as reservas acima referidas. (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
12985/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha o previsto no PDM em vigor. Refere intenção de realizar obras de conservação/remodelação e possível ampliação em habitação existente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13001/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar próximo de aglomerado urbano existente, ter condições de acessibilidade, três habitações na envolvente e por não haver condicionantes ambientais.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13022/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construção de habitação própria permanente, por estar inserida num aglomerado urbano no seguimento de solo urbano, cumprir os requisitos do DR 15/2015, e responder à necessidade de habitação própria e da freguesia.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13023/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere pedido de informação prévia aprovado para condomínio habitacional com recinto de espetáculos. Refere que o terreno confronta com uma via infraestruturada e considera os critérios do Decreto Regulamentar 15/2015, de 19 de agosto.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta ao longo da via existente seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13027/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere Alvará de loteamento	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13042/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano de modo a viabilizar o investimento previsto na proposta que anexa. Refere pedido de informação prévia para loteamento, aprovada para uma área do terreno.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, enquadrando o compromisso urbanístico e seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13085/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano). Refere que foi submetido um PIP para um loteamento e que o terreno tem acessos, infraestruturas base e inserção territorial compatível com as funções urbanas. Considera que a alteração traz uma desvalorização patrimonial e prejuízo económico.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13087/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno não seja integrado na RAN e se mantenha em solo urbano. Refere pedido de informação prévia para empreendimento turístico	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da RAN, a proposta mantém-se em Espaço Agrícola, na reserva referida e Espaço Urbano de Baixa Densidade(ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). A atividade pretendida poderá ser compatível com solo rústico, Espaço Agrícola, nos termos do regulamento.	Acolhida parcial
13140/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para SU	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
13142/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter uma matriz predial urbana e estar já edificado, estar em aglomerado urbano e não ter vocação para a atividade agrícola. A classificação proposta retira-lhe direito à construção.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13145/25	Classificação de solo	Pretende que uma faixa do terreno passe para solo urbano, à face do caminho, por ter uma matriz urbana, ter já uma edificação licenciada e não ter vocação agrícola. A classificação proposta não permite destaques nem loteamentos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional, com aptidão elevada do solo para agricultura. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13147/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno passe para solo urbano, porque é um artigo urbano, sem vocação para atividade florestal. A proposta retira direitos de construção de destaques e loteamentos	Integrado em REN na totalidade, sobreposta a solo urbano. Permite ampliação de habitação. A área de solo urbano proposta é superior à do PDM em vigor. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13160/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor, por se encontrar em aglomerado urbano e servido de bons acessos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13177/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, dando prolongando a classificação existente dando continuidade e remata à mancha construída.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e para colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13193/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano), de forma a possibilitar a construção de uma habitação. Refere que o terreno é servido por caminho público.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13219/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano), de forma a permitir a futura ampliação da discoteca que se localiza no terreno contíguo.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13221/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano para construção de habitação, refere existência de via pavimentada e rede pública de água.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 e 5 deste relatório).	Acolhida parcial
13269/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano. Refere necessidade de ampliar construção por falta de condições para o aglomerado familiar.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com as reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13275/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano ou que mantenha a classificação do PDM em vigor (agrícola). Refere que se localiza em zona habitacional e com acesso direto às principais vias de comunicação. Considera que é uma desvalorização patrimonial.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13284/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere contiguidade a habitações existentes.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13289/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano para legalização da atual habitação, processo de licenciamento a decorrer.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Deve tentar a legalização, nos termos do regulamento municipal e artigo próprio previsto no regulamento proposto.	Não acolhida
13290/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, para permitir ampliação da construção existente.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório. A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Não acolhida
13330/25	Classificação de solo	Pretende que seja reduzida a área a integrar em RAN, para permitir a construção de uma habitação cujo projeto foi elaborado nos termos do PDM em vigor.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13331/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para licenciamento habitacional, por ter uma ruína, infraestruturas e habitações na envolvente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13426/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Para construção de habitação para arrendamento de baixo valor de renda.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13428/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano. Refere intenção de implementar construções de apoio ao turismo rural ou de habitação	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola e Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13430/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano), para construção de uma habitação. Refere que submeteu um PIP, que se encontra em análise pelos serviços.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente (ver resposta 1e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13434/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere existência de muro de limite de propriedade, pretendendo que a faixa de construção seja ampliada até este. Mais refere que a linha de água representada não existe no local.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Parte do terreno permanece em Espaço Agrícola por estar integrado em Reserva Agrícola Nacional. Propõe-se a eliminação da linha de água dos recursos hídricos por não terem sido encontrados vestígios no local.	Acolhida parcial
13448/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere a necessidade de para ampliação da empresa instalada.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13454/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano). Refere que os terrenos vizinhos, que apresentam a mesma morfologia e topografia, bem como as mesmas condições de acesso e de infraestruturas. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13463/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano), uma vez que investiu na remodelação da habitação existente e no prolongamento da rede de abastecimento de água pública e respetivo ramal. Refere ainda que neste momento está a preparar o processo de arquitetura para ampliação da habitação. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13468/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano). Considera que não deve ser alterada a classificação para espaço agrícola, já que o terreno não tem rentabilidade agrícola e não irá permitir a ampliação do edifício existente.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13487/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere interesse em desenvolver e ampliar os investimentos turísticos (hotel, pousada, piscina).	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Poderá existir enquadramento nas ações admitidas em Espaço Agrícola no regulamento.	Acolhida parcial
13489/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, por possuir uma casa, acessos e as infraestruturas necessárias, respondendo também à escassez de habitação. Refere existirem terrenos contíguos ou com características idênticas com outra classificação, com desproporção e incoerência eventual na aplicação de critérios. Estava em processo de negociação para instalação de indústria, que permitiria criar postos de trabalho.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13505/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, numa faixa de 50m ao longo da via pública. Solicita exclusão da REN. Refere que a via já se encontra pavimentada e parcialmente infraestruturada. Refere possibilidade de expansão do núcleo rural circundante e a viabilidade construtiva nas faixas confrontantes com o arruamento.	Integrado na parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13505/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, numa faixa de 50m ao longo da via pública. Solicita exclusão da REN. Refere que a via já se encontra pavimentada e parcialmente infraestruturada. Refere possibilidade de expansão do núcleo rural circundante e a viabilidade construtiva nas faixas confrontantes com o arruamento.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
13505/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, numa faixa de 50m ao longo da via pública. Solicita exclusão da REN. Refere que a via já se encontra pavimentada e parcialmente infraestruturada. Refere possibilidade de expansão do núcleo rural circundante e a viabilidade construtiva nas faixas confrontantes com o arruamento.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13511/25	SRUP	Pretende que seja retirada a mancha de Perigosidade de Incêndio Rural.	As áreas de Perigosidade de Incêndio Rural serão substituídas, na versão final do plano, pelas Áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS), nos termos do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, por já terem entrado em vigor. Não abrangem o terreno indicado.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13520/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere interesse em urbanizar criando uma via de ligação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano e criação de via, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13528/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere pedido de operação de loteamento e que nesse âmbito serão realizados os arruamentos e as infraestruturas necessárias.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, e na sequência das restantes participações, ao longo da via existente seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13533/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que se insere em zona consolidada, servido de infraestruturas. Pretende realizar operação de loteamento e apresenta estudo urbanístico, prevendo ligação de via sem saída à rua de Ringe. Considera que se viola o princípio constitucional da igualdade.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano e criação de via, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13555/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja inserido em espaço habitacional. Refere existência de 10 alojamentos e 2 armazéns que pretende transformar em espaços para eventos e que foi considerada a declaração de interesse municipal para o pretendido.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola na reserva referida (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Poderá existir enquadramento nas ações admitidas em Espaço Agrícola no regulamento.	Acolhida parcial
13558/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. refere acordo celebrado com a câmara. Anexa declaração	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13560/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, como os terrenos do lado oposto da via. Terrenos com área reduzida para exploração agrícola.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
13561/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere investimentos realizados com a compra de terrenos.	Propõe-se ajuste à delimitação do aglomerado rural, na continuidade do que já constava da proposta. (ver resposta 1 no Quadro 1 e 2 deste relatório).	Acolhida parcial
13562/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano para poder ampliar a habitação existente e construir novas habitações para os filhos.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
13573/25	Programação	Pretende que seja delimitada uma Unidade de Execução ajustada aos seus prédios. Refere existência de uma via e infraestruturas	Propõe-se eliminação Área a Estruturar, atendendo à existência de via que a estrutura e de suporte à infraestruturização. Incluir em Área a infraestruturar. O PDM não delimita unidades de execução.	Acolhida parcialmente

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13574/25	Classificação de solo	Pretende que seja mantida a qualificação do PDM em vigor ou que seja atribuída uma categoria de solo urbanizável com integração em futura unidade de execução ou plano de pormenor, atendendo ao interesse estratégico do terreno para fins habitacionais ou logísticos, dada a sua localização em zona urbanizada e consolidada, com acessibilidades, infraestruturas e equipamentos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. A maior parte corresponde a uma reversão de área objeto de exclusão da RAN no âmbito do PDM em vigor, por não ter sido concretizada a urbanização, conforme estabelecido no regime jurídico desta reserva. Atendendo à centralidade do local foi decidido manter a área como urbanizável, inserida em Área a Estruturar.	Acolhida
13581/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM (solo urbano). Refere a existência de vários licenciamentos aprovados e da intenção de construir habitação multifamiliar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e em colmatação do existente, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13595/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano para concretização de ocupação industrial, conforme processo, com decisão favorável.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
13608/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja reclassificado como solo urbanizável. Refere que seria uma oportunidade para construção de habitação para desenvolvimento da freguesia	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13609/25	SRUP	Pretende a exclusão da RAN e da REN. Referem que o terreno integra a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 14, do PDM e o núcleo 5 da Unidade de Execução de Vale Pisão, comprometendo a sua concretização.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Exclusões não aceites. Mantém a classificação de solo rústico, espaço cultural, com o regime de edificabilidade previsto no regulamento. (Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
13618/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere que cedeu terreno para alargamento da via e construiu passeio e que a mesma se encontra parcialmente infraestruturada.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13623/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano por estar inserido em malha urbana consolidada. Refere incongruência entre a localização de infraestrutura que atravessa o terreno e a respetiva servidão que consta da planta de condicionantes.	O terreno inserido em Espaço Agrícola não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Quando à servidão constante da planta de condicionantes, corresponde a transposição do publicado em Diário da República (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13636/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere existência de infraestruturas e que a linha de água identificada não existe.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano e criação de via, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Na visita realizada ao local, não se verificou a existência de qualquer leito de curso de água, pelo que se propõe a eliminação da linha de água.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13645/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para habitação própria, por ter acessos, infraestruturas, estar inserido em envolvente urbana, com construções contíguas e proximidade a serviços essenciais. Para concretizar legítimo direito à habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13651/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja abrangido pela categoria de Espaço Florestal Multifuncional, conforme PDM em vigor e a sua exclusão da RAN.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte). Sem povoamentos florestais identificados.	Não acolhida
13655/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque tem duas casas e pretende construir outra com destaque de parcela em toda a profundidade do terreno. Lesado nos direitos de cidadão	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13659/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere intenção de construir habitação e de ter projeto em curso. Refere existência de compromissos urbanísticos na envolvente.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano e criação de via, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13663/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano como no PDM em vigor.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13665/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere existência de infraestruturas.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13669/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, pelo menos uma extensão de 50 m a conter da via pública, por ter frente para via pública e rede de saneamento	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13671/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13677/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere existência de construção destinada a habitação, via pública pavimentada, proximidade de infraestruturas e que se insere num aglomerado urbano.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13682/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor. Refere expectativas em construir habitação unifamiliar.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola na reserva referida (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13729/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, como PDM em vigor e não concorda com o traçado da via que atravessa o terreno. Refere existência de via infraestruturada e a impossibilidade de realizar destaque ou ampliação, caso se deseje alterar a obra existente e aprovada.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, como PDM em vigor, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola na reserva referida (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
13744/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno confrontante com vias públicas passe para solo urbano e a sua exclusão da REN	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional, exceto na parte incluída em solo urbano que foi excluída da RAN. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
13755/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo. Refere pedido de informação prévia favorável e a decorrer licenciamento de loteamento a decorrer. Considera que trará prejuízos avultados.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno e na envolvente (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13758/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano e excluído da RAN. Refere projeto de construção aprovado. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno e na envolvente (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13762/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantida a classificação do PDM em vigor. Refere impossibilidade de quaisquer obras de manutenção e de construções de apoio.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN da AEREHS e não da AIV, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e em Espaço Florestal, com as reservas acima referidas (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13766/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor no seu terreno, para não ter restrições de uso.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional e na Zona Especial de proteção (ZEP) do Castro Monte Padrão. Em cerca de 40 m2 o terreno está classificado com urbano no PDM em vigor e na proposta está em Aglomerado Rural. No restante terreno propõe-se alteração de Espaço Florestal para Espaço Cultural, por estar na ZEP referida. Não se verifica aumento de restrições ao uso do solo decorrentes da classificação proposta (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13772/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, como nos prédios vizinhos, para construção de habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13774/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere proximidade a área a infraestruturar e acesso por arruamento público. Tem intenção de construção de habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos na envolvente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13775/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. A proposta entra em conflito com os pressupostos para a projeto para habitação submetido para licenciamento, implicando a desvalorização do imóvel.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo de compromissos urbanísticos válidos (er resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13776/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantida a classificação do PDM em vigor. Refere impossibilidade de quaisquer obras de manutenção e ampliação e de construções de apoio. Refere processo em fase de apreciação.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN da AEREHS e não da AIV, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola e em Espaço Florestal, com as reservas acima referidas (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13779/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere existência de vias infraestruturadas e projeto aprovado. Considera que traz prejuízo para a proprietária.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13786/25	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que o terreno se insere num loteamento com alvará e que foi cedida área para servir caminho público. Informa que a via de acesso está infraestruturada e que o compromisso legal garante direitos adquiridos para construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13794/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, atendo a que os terrenos mais próximos estão em solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13796/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha numa categoria de espaço destinada a habitação.	A zona é predominantemente ocupada por áreas com ocupação empresarial, pelo que foi qualificada como Espaço para Atividades Económicas. No regulamento proposto foi considerada a existência de habitação nesta categoria de espaço.	Não acolhida
13798/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha numa categoria de espaço destinada a habitação.	A zona é predominantemente ocupada por áreas com ocupação empresarial, pelo que foi qualificada como Espaço para Atividades Económicas. No regulamento proposto foi considerada a existência de habitação nesta categoria de espaço.	Não acolhida
13802/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, em Espaço de Baixa densidade. Refere existência de via infraestruturada. Considera que retira direitos já adquiridos e "corta" expectativas legítimas criadas.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola na reserva referida (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida parcial
13804/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter boa localização, bons acessos e infraestruturas. Cedeu terreno ao domínio público aquando da construção.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13820/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13823/25	Classificação de solo	Pretende construir com destaque de parcela. Reclama da integração em REN.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13827/25	Programação	Pretende que seja eliminada a via proposta, por atravessar terrenos de grande potencial agrícola e que ajudam na melhoria do ambiente e paisagem local.	O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
13829/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, para lotear.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte fora de solo urbano). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13831/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno fique na totalidade em solo urbano.	O terreno delimitado está integrado em solo urbano na categoria de Espaço Urbano de Baixa Densidade.	Já contemplada
13837/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que a zona envolvente é dotada de via parcialmente infraestruturada e que nos terrenos limítrofe existem construções a ser executadas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos existentes na envolvente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13839/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, porque no local há vários prédios de habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13841/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, para construção de habitação, porque é urbano no PDM em vigor e tem infraestruturas. Considera-se lesado nos seus direitos existentes	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1,2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13842/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para solo urbano. Refere alvará de loteamento. O prédio está quase na totalidade em solo urbano no PDM em vigor.	Apesar da área integrar o lote 1, não está prevista qualquer edificação (processo 563/99), para além da área proposta como solo urbano, o que foi condição de aprovação do loteamento. A área proposta em solo urbano é superior à do PDM em vigor. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13846/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para solo urbano, porque serve de apoio à oficina.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13847/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para solo urbano, por proximidade de infraestruturas e habitações, para construir moradias.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13848/25	Ambiente e Património	Património Cultural - esclarecimento sobre a Igreja Paroquial da Agrela, proposta como património não classificado - arqueologia, no sentido de não se justificar a proposta.	De acordo com o parecer da Direção Regional de Cultura do Norte, datado de 23 de março de 2022, "deverão ser integradas na Carta Arqueológica todas as igrejas paroquiais anteriores à construção dos respetivos cemitérios paroquiais, bem como os respetivos adros". Também com base na informação disponível no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), a Igreja Paroquial da Agrela apresenta uma cronologia compreendida entre os séculos XVIII e XX, tendo sido alvo de diversas intervenções ao longo deste tempo. Contudo, considerando que a edificação original é anterior à promulgação das Leis de Saúde de 1846, introduzidas pelo governo de Costa Cabral, as quais proibiram a realização de enterramentos no interior das igrejas, conclui-se que o imóvel deverá ser incluído na Carta Arqueológica, nos termos do referido parecer.	Não acolhida
13856/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantida a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno cumpre os requisitos para classificação como urbano. Considera situação discriminatória e que viola legítimas expectativas.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, em articulação com as restantes participações (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13864/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, em Espaço de Baixa densidade. Refere que o terreno cumpre os requisitos para classificação como urbano e que não tem aptidão para espaço agrícola. Considera que o lesa e retira direitos adquiridos. Refere que avançará com PIP em 2025.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano em articulação com as restantes participações, restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida (ver resposta 1,2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13870/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que o terreno não tem aptidão agrícola.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13873/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por confrontar com caminho e proximidade de construções, para construção de casas.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13876/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por confrontar com caminho e proximidade de construções, para construção de casas.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13879/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por proximidade de áreas assim classificadas.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13882/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, pelo menos junto à estrada e à casa existente, como nos terrenos vizinhos que passaram a zona urbanizável.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Atravessado pelo Corredor Verde do Rio Leça. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
13886/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, alargando o previsto, para mais condições de construção habitacional na freguesia. A redução de solo urbano proposta contraria a "Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos". Na envolvente existem via pública, infraestruturas e habitações.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13899/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter construções próximas, para construir habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13903/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para solo urbano, destinado preferencialmente a habitação. Refere existência de redes de infraestruturas e intenção de possibilitar o incremento de habitação. Propõe um prazo de urbanização não superior a 4 anos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatção do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. Inserido em Área a Estruturar (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13905/25	Classificação de solo	Pretende construir residência permanente, em espaço agrícola nas condições do PDM em vigor. Reclama do alargamento da RAN para todo o terreno, que causa prejuízos pessoais e patrimoniais. Refere licença de obras e de construção de muros	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e Património NC 103B arqueológico (ver resposta 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13911/25	Programação	Pretende que sejam previstas alternativas à EN 105 (nascente) e às pontes de Caniços e Pinguela (ligações município Famalicão).	Relativamente às alternativas à EN 105 na área referida, está prevista uma ligação entre Rebordões e Vila das Aves, prevendo uma nova travessia do rio Vizela. Não existindo canal disponível para prever uma variante a esta estrada nacional, todas as alternativas que permitam retirar tráfego da via, como esta ligação proposta, contribuem para atenuar os impactos negativos existentes. Não se encontram equacionadas alternativas à referidas pontes.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13912/25	Programação	Propõe alterações programáticas para a UOPG 3 Vila das Aves, nomeadamente a instalação de um equipamento âncora e que sirva de atração às freguesias vizinhas, como um parque aquático e piscinas. A habitação prevista para a UOPG, não contribui para consolidar o tecido urbano, nem para reforçar a centralidade. Nenhuma habitação deverá ser construída na zona, salvaguardando alguma franja.	A proposta em apreciação considera-se esta área central para o desenvolvimento de Vila das Aves e para a sua consolidação urbana. A UOPG já contempla os objetivos estratégicos propostos, no entanto será reforçada a ponderação de localização de equipamentos associados ao espaço verde urbano. Quanto à habitação considera-se essencial para a articulação e consolidação do tecido urbano.	Acolhida parcial
13916/25	Qualificação de solo	Pretende que a área atual de equipamento seja mantida porque já existem equipamentos instalados.	A área ocupada com equipamento encontra-se inserida em Espaço de Uso Especial. O terreno indicado é de propriedade privada e não tem equipamentos instalados. Não se justifica a reserva de solo, sobre um terreno particular, sem objeto definido e concreto com programação da sua aquisição (artigo 154º do DL 80/2015 - RJIGT). A categoria de espaço atribuída na proposta do plano não impede a utilização dessa área para equipamento.	Não acolhida
13925/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere construção existente licenciada. Considera que traz restrições à possibilidade de intervenções futuras na sua propriedade. Considera leso o direito subjetivo de realizar obras na sua propriedade.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida
13929/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação própria.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13931/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, porque não tem capacidade agrícola, para construção de habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13934/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa densidade. Refere a existência de vias parcialmente infraestruturadas, construções na envolvente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13936/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na continuidade do previsto, para atrair investimento, proteger os aglomerados de incêndios, aproveitar infraestruturas existentes e não impedir o crescimento da freguesia. A proposta de retirar zonas urbanizáveis contraria o Programa Nacional de Habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional, por reversão da exclusão da RAN, no âmbito do PDM em vigor, por nada ter sido executado na sua vigência. A proposta contém objetivos e ações relativas a habitação e prevê áreas em UOPG e em Áreas a Estruturar com programação para habitação. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13937/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se insere numa zona habitacional, com infraestruturas. O terreno tem projeto de arquitetura em apreciação e na parcela confinante projeto de arquitetura aprovado.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos existentes na envolvente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13938/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que tem interesse em construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13943/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbanizável, por ter frente para via pública e porque o prédio rústico está na continuidade do prédio urbano onde existe uma habitação, para lotear.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13948/25	Qualificação de solo	Pretende saber qual é a classificação proposta para o terreno e manter a capacidade construtiva. Salienta que no PDM em vigor, o terreno está em zona urbana, na categoria Espaço Habitacional tipo II.	As denominações das categorias de espaço foram alteradas de acordo com o Decreto Regulamentar 15/2015. Na proposta o terreno está inserido em solo urbano na categoria Espaço Habitacional, sendo esta semelhante à do PDM em vigor.	Já contemplada
13950/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13953/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que não tem aptidão agrícola, encontrando-se numa mancha urbana, com acesso por via pavimentada e que a infraestruturação está prevista pela câmara.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13955/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se encontra numa zona habitacional, com via públicas pavimentadas e que a infraestruturação está prevista pela câmara.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13957/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere que se encontra numa zona habitacional, com via públicas pavimentadas e que a infraestruturação está prevista pela câmara.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13959/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere que se encontra numa zona habitacional, com via públicas pavimentadas e que a infraestruturação está prevista pela câmara.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13961/25	Classificação de solo	Pretende que seja ampliada a área de construção prevista. Refere intenção de construir no local.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com as reserva acima referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13962/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM e que seja ampliada a edificabilidade numa parte deste. Refere pedido de informação prévia em Análise, contemplando habitação, serviços e comércio, bem como uma unidade hoteleira.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
13963/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. refere que a via está pavimentada e eletrificada. Está prevista a construção de armazém e habitação. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13964/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere estar prevista a execução de infraestruturas. Tem intenção de fazer alojamento local.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13965/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque está inserido numa área habitacional, para construção de habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13966/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por proximidade de habitações, para vender para habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13967/25	Programação	Reclama das vias propostas por prejudicarem a vocação construtiva, com reflexos negativos na valorização do terreno, e porque delas não resulta melhoria significativa no trânsito. Pede esclarecimento quanto à intervenção da Câmara Municipal e posse dos terrenos.	O traçado das vias propostas, a manter na proposta, decorre do plano de mobilidade, tem um carácter indicativo e pode ser ajustado no âmbito dos estudos para a Área a Estruturar ou para execução das vias. As concretizações das ações previstas dependem de prévia negociação com os proprietários.	Não acolhida
13968/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere recente intervenção no arruamento de alargamento, pavimentação e luz pública.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com as reservas acima referidas. (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
13969/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar junto à via pública, ter infraestruturas, construções na envolvente e não ter aptidão agrícola. Elevada procura de terrenos para construção na zona.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13974/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, para construção de habitações unifamiliares.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (maior parte) e na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
13976/25	Classificação de solo	Refere que o terreno atualmente está classificado como terreno de construção e que tem via pública pavimentada, parcialmente servida de saneamento e água pública. Refere que a camara prevê execução da restante rede.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
13978/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, para construção de habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14001/25	Classificação de solo	Pretende que se mantenha a possibilidade de construção de uma habitação, como previsto no PDM em vigor. Considera-se prejudicado por ser impossibilitada a construção na proposta. Pede maior transparência e participação pública no processo.	O procedimento de elaboração do plano contemplou as formas de participação pública previstas na legislação aplicável (DL 80/2015 RJGT), sendo esta participação resultado disso. O terreno delimitado não comporta a construção de uma habitação, nos termos do PDM em vigor. Integrado na Reserva Ecológica Nacional (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14384/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere projeto aprovado com licença de construção e pagas taxas. Considera-se lesado nos seus direitos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno e envolvente (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14707/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno indicado seja destinado a equipamento, como previsto desde a 1ª versão do PDM.	A área ocupada com equipamento encontra-se inserida em Espaço de Uso Especial. O terreno indicado é de propriedade privada e não tem equipamentos instalados. Não se justifica a reserva de solo, sobre um terreno particular, sem objeto definido e concreto com programação da sua aquisição (artigo 154º do DL 80/2015 - RJGT). A categoria de espaço atribuída na proposta do plano não impede a utilização dessa área para equipamento.	Não acolhida
14708/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano e espaço habitacional por ter infraestruturas e reunir condições para ser solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (maior parte) (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14709/25	Fora âmbito	Pretende que seja programada rede de abastecimento de água e saneamento, invocando urgência (saúde pública) por causa do resultado de análises à sua água.	O terreno localiza-se num núcleo integrado em Aglomerado Rural, em solo rústico, atendendo às suas características e enquadramento urbanístico. As Áreas a Infraestruturar correspondem a zonas a classificar como solo urbano que não possuem todas as infraestruturas necessárias, que são obrigatoriamente programadas no plano. O que não impede a infraestruturação de outras áreas. A questão colocada está por isso fora do âmbito deste plano, pelo que a questão será encaminhada para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade.	Fora do âmbito
14716/25	Classificação de solo	Pretende que seja classificado como solo urbano. Refere que pretende salvaguardar a viabilidade construtiva e que a proposta coloca em risco a rentabilidade e sustentabilidade económico financeira e eventuais investimentos futuros. Considera que a o local reúne as condições para a função residencial.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14717/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno na sua totalidade seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere que possui rede de abastecimento de água e que está inserido em loteamento aprovado 1/87.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14720/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno na sua totalidade seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere que possui rede de abastecimento de água e que está inserido em loteamento aprovado.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14724/25	Programação	Pretende que seja eliminado o traçado da via de ligação vila das Aves /Rebordões, sugerindo em alternativa o traçado do atual PDM	Propõe-se alteração do seu traçado da via proposta ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
14726/25	Classificação de solo	Pretende ampliação do espaço de atividades económicas. Refere processo de licenciamento aprovado .Adicionalmente propõe exceção para construção de habitação de apoio á indústria.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano em articulação com o compromisso urbanístico, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal na reserva referida. Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório. A habitação, em Espaço de atividades económicas, está prevista nos termos estabelecidos no regulamento do PDM.	Acolhida parcial
14735/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, alteração para Espaço Habitacional e exclusão de áreas da REN. Refere que o prédio se encontra servido por redes de abastecimento de água, saneamento, que existe arruamento a norte. Informa sobre pedido de informação prévia	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, em espaço de Baixa Densidade, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno mantém-se delimitado em Espaço Florestal na reserva referida (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14737/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter via pública e infraestruturas, para construção de uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14740/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno, que está na proposta em Espaço Agrícola passe para zona de construção, para construir uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte). Na proposta parte do terreno já passou para solo urbano, permitindo a construção de uma habitação. A parte restante não cumpre os critérios para classificação como solo urbano, pelo que permanece em Espaço Agrícola e em RAN (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14742/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter via pública e infraestruturas, para construção de uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14743/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter via pública e infraestruturas, para construção de um empreendimento turístico.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14744/25	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno seja incluído em zona de construção. Refere intenção de legalizar armazém e ampliar moradia.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14747/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere impacto da alteração, impossibilitando a construção de pavilhão e os prejuízos que comprometem a viabilidade do projeto.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano e integração em espaço de atividades económicas, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14749/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere que há 50 anos que é de construção urbana, que está inserido numa zona habitacional, dotado de todas as infraestruturas e que pretende construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14751/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere projeto de arquitetura aprovado. Considera que este terreno se relaciona mais com a envolvente residencial do que com agrícola.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano em articulação com o compromisso urbanístico, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. O restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola e Espaço Florestal, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14756/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno fique na sua totalidade em Espaço de Baixa Densidade. Refere que não existe a linha de água representada.	Propõe-se ajuste à delimitação do Verde Urbano pelo cadastro do parque urbano, ampliando a área de Espaço de Baixa Densidade. Na visita realizada ao local, não se verificou a existência de qualquer leito de curso de água, pelo que se propõe a eliminação da linha de água.	Acolhida
14759/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de alvará de obras com obra já iniciada. Tem expectativas de ampliar, construir anexo ou piscina e considera que de ser evitada a descontinuidade com a envolvente, criando injustiças.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o compromisso urbanístico existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida
14760/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de alvará de obras com obra já iniciada. Tem expectativas de ampliar, construir anexo ou piscina e considera que de ser evitada a descontinuidade com a envolvente, criando injustiças.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o compromisso urbanístico existente (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida
14761/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha classificado como solo urbano e com categoria igual ao PDM em vigor, zona de características industriais e ligado a atividades económicas. Propõe uma parte do terreno a comportar capacidade construtiva e haver possibilidade de construir edifícios	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências, bem como a edificabilidade em espaço agrícola, está prevista nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		complementares á agricultura ou outra.		
14762/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere localização entre dois arruamentos públicos, proposta de cedência para arruamento (anexa declaração).	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1,2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14766/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, Espaço de Baixa Densidade, numa faixa confrontante com o arruamento. Refere envolvente com construções e intenção de apresentar projetos para o local	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14768/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por proximidade a zonas já urbanizadas, ter acesso e iluminação pública e não ter aptidão agrícola, para construção de uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14769/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por proximidade a zonas já urbanizadas, ter acesso e iluminação pública e não ter aptidão agrícola, para construção de uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14770/25	Ambiente e Património	Pretende que a chaminé fabril seja integrada no património NC, assim como todas as outras do mesmo tipo.	A Central Termoelétrica da Fábrica do Rio Vizela (35B) é constituída pelo conjunto do edifício da central e pela respetiva chaminé fabril. Assim, confirma-se que a chaminé está incluída no âmbito da classificação patrimonial atribuída ao imóvel designado como "Central Termoelétrica da Fábrica do Rio Vizela". Quanto a outras chaminés fabris, considera-se que a sua inclusão na categoria de imóveis de interesse municipal não classificados apenas se justifica nas situações em que tais elementos integrem imóveis, conjuntos ou equipamentos industriais de relevante valor patrimonial e arquitetónico para o concelho, como se verifica, no caso acima referido. Neste sentido, a sua salvaguarda deverá ocorrer em função da relevância patrimonial do conjunto em que se inserem, não se mostrando adequada a sua generalizada individualização para efeitos de classificação municipal.	Acolhida parcial
14774/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como Espaço Central e Espaço Habitacional, sem ónus da AE 17. refere contrato.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal, na reserva referida. Exclusão carece de AE (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14809/25	Programação	Pretende que seja reformulado o traçado da via de ligação vila das Aves /Rebordões, sugerindo que assente nos arruamentos existentes. Refere que a solução apresentada trará impactos prejudiciais à comunidade e ao património.	Propõe-se alteração do seu traçado da via proposta ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
14813/25	Classificação de solo	Pretende que todo o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que o terreno se insere num loteamento com alvará e que foi cedida área para servir caminho público. Informa que a via de acesso está infraestruturada e que o compromisso legal garante direitos adquiridos para construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14816/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construir um conjunto de moradias	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14818/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar inserido numa zona urbanizada, para futura edificação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14820/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como Espaço de Baixa Densidade. Refere intenção de urbanizar refere informação prévia	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14823/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano, para construir uma habitação dando o prazo de 5 anos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14825/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construção de uma habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14826/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno, que foi alterado para zona florestal, onde a construção é proibida, continue em zona urbanizável, de forma a permitir a construção de uma habitação. Reclama de prejuízo patrimonial e da legítima expectativa de utilização do terreno.	Contrariamente ao exposto, na proposta o terreno delimitado fica integrado em Aglomerado Rural onde é possível construir, sendo preferencialmente destinado a habitação. A classificação como rústico - Aglomerado Rural do aglomerado onde se localiza o terreno, deve-se ao facto de não cumprir os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Já contemplada
14828/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Habitação aprovada . Pretende construir no futuro com destaque de parcela.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14831/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, para permitir legalizações.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).. O regulamento proposto contempla disposição para legalizações.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14832/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação anterior do PDM. Refere que possui acesso por duas vias pavimentadas, que será instalada rede de saneamento. Considera lesivo dos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14833/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, integrando as construções existentes na envolvente e permitindo alteração na edificação existente destinada a habitação. Refere a UOPG prevista no PDM em vigor e reclama da perda de expectativas relativas à valorização do terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Não se verificou dinâmica urbanística na zona, que justifique a manutenção da UOPG.	Não acolhida
14835/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, integrando as construções existentes na envolvente. Refere a UOPG prevista no PDM em vigor e reclama da perda de expectativas relativas à valorização do terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Não se verifica dinâmica urbanística na zona, que justifique a manutenção da UOPG.	Não acolhida
14836/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, integrando as construções existentes na envolvente. Refere a UOPG prevista no PDM em vigor e reclama da perda de expectativas relativas à valorização do terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Não se verificou dinâmica urbanística na zona, que justifique a manutenção da UOPG.	Não acolhida
14837/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, pelo menos parcialmente. Deve manter-se a expectativa relativamente à valorização dos terrenos dada pelo PDM em vigor. Na envolvente existem muitas edificações dispersas, na maioria residenciais que devem ser mantidas numa zona residencial de baixa densidade. Os proprietários estavam a preparar-se para investir, ficando essa hipótese excluída.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (na maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14838/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, onde está abrangido por UOPG, pelo menos parcialmente. Deve manter-se a expectativa relativamente à valorização dos terrenos dada pelo PDM em vigor. Na envolvente existem muitas edificações dispersas, na maioria residenciais que devem ser mantidas numa zona residencial de baixa densidade. Os proprietários estavam a preparar-se para investir, ficando essa hipótese excluída.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (na maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Atendendo à dinâmica construtiva na zona não se justifica a previsão de UOPG. Se vier a ser justificado é possível desenvolver um plano de pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14840/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno, na sua totalidade se mantenha como no PDM em vigor. Refere a UOPG prevista no PDM em vigor e a existência de um armazém podendo ser necessária alteração e construção neste terreno.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o armazém existente (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). A intervenção em preexistências está prevista, nos termos do regulamento do PDM.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14843/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, na sua totalidade, para urbanizar, requalificando o arruamento e criando mais oferta de habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1,3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14854/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, integrando as construções existentes na envolvente. Refere a UOPG prevista no PDM em vigor e reclama da perda de expectativas relativas à valorização do terreno. Os proprietários estavam a preparar-se para investir, ficando essa hipótese excluída.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Atravessado pelo traçado da variante à EN 105, proposta. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório. Não se verificou dinâmica urbanística na zona, que justifique a manutenção da UOPG.	Não acolhida
14861/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue, na sua totalidade em solo urbano. Refere que não tem aptidão agrícola e a existência de saneamento.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14862/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em solo urbano. Refere que o prédio se localiza em área consolidada, possui por vias pavimentadas, considera-se lesado nos seus direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14866/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha como no PDM em vigor. Refere intenção de desenvolver proposta de moradia bifamiliar e operação de loteamento, inviabilizada pela proposta.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14875/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência caminho público infraestruturado. Pretende construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14897/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor. Refere processos de licenciamento e informação prévia.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo para compromissos urbanísticos válidos (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14898/25	SRUP	Pretende que seja corrigida a rede hidrográfica. Refere Pedido de Informação Prévia aprovado e parecer da APA sobre a inexistência de linha de água.	Propõe-se a alteração do traçado da linha de água de acordo com o parecer da APA, no âmbito da apreciação de um processo de licenciamento.	Acolhida
14899/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade e que seja corrigida a rede hidrográfica. Refere parecer da APA sobre a inexistência de linha de água.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Propõe-se a alteração do traçado da linha de água de acordo com o parecer da APA, no âmbito da apreciação de um processo de licenciamento.	Acolhida
14903/25	Classificação de solo	Pretende reapreciação. Refere que se integra em zona habitacional, que tem infraestruturas e parecer favorável da RAN de 2005. Considera que está lesado nos seus direitos.	Integrado em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14913/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere existência de infraestrutura e que o terreno está abrangido por loteamento com Alvará	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente alvará 103/82 (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Alvará de loteamento 103/82	Acolhida
14914/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de infraestruturas e que a área de logradouro em Espaço Agrícola inviabiliza construção de apoio à habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Verificar enquadramento das ações admitidas em Espaço Agrícola no regulamento do RPDM.	Acolhida
14915/25	Ambiente e Património	Reclama que a proposta: não evidencia propostas de mitigação do risco de ondas de calor ou de frio, nem outras medidas de adaptação às alterações climáticas; é omissa quanto ao Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística; e quanto à Habitação, não há qualquer atualização ou referência à situação atual.	Em resposta às questões colocadas recomenda-se uma análise mais atenta da proposta, nomeadamente do Relatório do Plano (capítulo III, IV - pontos 4.1, 4.3, 4.4 e 4.5), do Programa de Execução (ponto 4.2 ações programadas) e do Regulamento (artigos 9º e 115º e 116º Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística). As questões colocadas são efetivamente tratadas na proposta em apreciação, à escala de um Plano Diretor Municipal e são, sempre que necessário desenvolvidas, através de instrumentos próprios como planos setoriais, planos de ação e regulamentos, nomeadamente o Plano Municipal de Ação Climática, a Carta Municipal de Habitação e o regulamento do FMSAU.	Já contemplada
14918/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, atendendo ao contexto urbanístico da envolvente.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14919/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor, atendendo à necessidade de habitação. Refere informação prévia	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo para compromissos urbanísticos válidos (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14923/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que pretende recuperar projeto de construção suspenso em 2008 e que não existe a linha de água identificada na proposta	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Na visita realizada ao local, verificou-se a existência da linha de água, pelo que se propõe a manutenção do traçado da mesma.	Acolhida parcial
14925/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que pretende recuperar projeto de construção suspenso em 2008 e que não existe a linha de água identificada na proposta	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Relativamente à linha de água, não está identificada qualquer linha de água do domínio hídrico no terreno em causa.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
14927/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que pretende recuperar projeto de construção suspenso em 2008 e que não existe a linha de água identificada na proposta	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Na visita realizada ao local, verificou-se a existência da linha de água, pelo que se propõe a manutenção do traçado da mesma.	Acolhida parcial
14929/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ser servido por via pública e estar contíguo a solo urbano previsto, para habitação própria.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14933/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que a empresa pretende em 2 anos: ampliar 3500m2 (já em curso a 1ª fase), expansão adicional de 6000m2. Opõe-se à via proposta, deve ser estudada alternativa	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno, bem como na envolvente (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Propõe-se alteração do seu traçado da via proposta ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida
14937/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que não tem aptidão florestal e que possui construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
14988/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência de edifício com alvará de utilização, que está infraestruturado e que a proposta interrompe a continuidade de solo urbano.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
14991/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construir mais uma habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte não inserida em solo urbano). Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
14994/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, para respeitar a morfologia urbana existente. Paga IMI urbano.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
14996/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como Espaço de Baixa Densidade. Refere desvalorização de proposta de aquisição.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola(ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
14998/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como zona de construção. Refere que as vias estão dotadas de infraestruturas e que o solo não tem qualquer utilização agrícola. Está interessado em promover construção na área.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
15000/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como zona de construção. Refere que as vias estão dotadas de infraestruturas e que o solo não tem qualquer utilização agrícola. Está interessado em promover construção na área.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15002/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como zona de construção. Refere que as vias estão dotadas de infraestruturas e que o solo não tem qualquer utilização agrícola. Está interessado em promover construção na área.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15005/25	Regulamento	Questões regulamentares, nomeadamente quanto à manutenção de povoamentos existentes de eucaliptos e outras condicionantes quanto à plantação de outras espécies.	Propõe-se a incorporação dos contributos no regulamento, tendo como objetivo clarificar as ações admitidas em espaço florestal.	Acolhida parcial
15006/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, conforme PDM em vigor. A proposta agrava o problema da escassez de habitação e acarreta graves prejuízos sociais, económicos e de desenvolvimento local à comunidade e ao próprio.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parcial). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15007/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para Espaço de Atividades Económicas, por localização junto à EN105-2 e próximo da expansão da zona industrial.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano, no entanto está inserido na UOPG 4 Via do Trabalho, que poderá levar à reclassificação do terreno, no âmbito de plano de pormenor que concretize a UOPG (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15008/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade. Refere que a proposta desconsidera a rua do Barreiro. Considera que a proposta frustra legítimas expectativas e desvaloriza o património, pelo que poderá fundamentar pedido de indemnização	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15009/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno na sua totalidade seja incluído em solo urbano. Refere existência de arruamento e proposta de um novo, proximidade de equipamentos e serviços e que a área tem procura para fins habitacionais e industriais. Considera que configura uma restrição da capacidade de utilização e aproveitamento do solo.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Inserido em Área a Estruturar.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
15010/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano. Refere que a área contígua em Vizela se localiza zona de construção e que foi aprovado projeto de construção de habitações multifamiliares, pretendendo dar continuidade no restante terreno que fica em Santo Tirso.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN da AEREHS e não da AIV, propõe-se o delimitação de solo urbano, na continuidade de Vizela, colmatando a área prevista e em Área a estruturar. O restante terreno permanece em Espaço Florestal, com as reserva acima referida (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15011/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor, "espaço habitacional tipo IV". Refere intenção de desenvolver projeto de urbanização para moradia unifamiliar. E que o local dispõe de infraestruturas e que o terreno se insere numa zona consolidada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal, parcialmente abrangido por reserva Ecológica Nacional (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15013/25	Classificação de solo	Pretende ampliar construção em ruína.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo dos direitos referentes a edificações existentes (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15016/25	Classificação de solo	Pretende construir uma habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15017/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que é um terreno já edificado, que tem arruamento infraestruturado e contíguo a aglomerado urbano. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
15018/25	Classificação de solo	Propõe que determinada área passe para solo rústico, para respeitar as características naturais da zona, preservar a capacidade de infiltração do solo, e reduzir os riscos de inundação e a criação de uma zona de proteção nas margens do ribeiro do Mieiro. Refere risco de inundação e preservação de bens culturais património cultural "Jardins Históricos" das Rotas do Norte CCDR-N.	Trata-se de zona central da freguesia pelo que se mantém a classificação de solo urbano. No entanto a categoria de atribuída é de Espaço Urbano de Baixa Densidade, tendo em consideração as características rurais da freguesia. As linhas de água estão integradas no Domínio Hídrico e beneficiam de faixa de proteção de 10 metros, conforme planta de condicionantes. As questões locais de inundações não se enquadram no âmbito do PDM. A Quinta de Catim será incluída na lista do Património Não Classificado.	Não acolhida
15023/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno continue em solo urbano (4 terrenos contíguos). Refere processo de licenciamento de moradia com projeto de arquitetura aprovado. Refere expectativas de poder ampliar, construir anexo ou piscina)	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatção do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15040/25	Qualificação de solo	Propõe que determinada área (vale do rio Mau) passe de espaço florestal para agrícola	Propõe-se ajuste à categoria de espaço, mantendo o solo Rústico, mantendo-se abrangido por Reserva Ecológica Nacional (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
15043/25	Ambiente e Património	Proposta relativa ao património cultural na freguesia da Reguenga (integrar nos imóveis não classificados)	Tendo em conta que, para a eventual inclusão de imóveis na lista de Imóveis de Interesse Municipal não classificados são considerados critérios específicos relevantes de avaliação, designadamente o valor histórico, patrimonial, artístico e arquitetónico dos mesmos. Neste sentido, dos imóveis referidos na participação, considera-se de incluir na lista de Imóveis de Interesse Municipal não classificados os seguintes imóveis, localizados na freguesia da Reguenga: • Capela de Nossa Senhora das Dores, Calvário e Via Sacra • Quinta de Cantim, sita na Rua Visconde de Cantim	Acolhida parcial
15046/25	Classificação de solo	Pretende que os terrenos continuem em solo urbano, na totalidade. Refere pedidos de informação prévia em curso. Pretende construir moradias no prazo de 3 anos. Informa que não existe a linha de água identificada.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Na visita realizada ao local, não se verificou a existência de qualquer leito de curso de água, pelo que se propõe a eliminação da linha de água.	Acolhida parcial
15056/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere parcela adquirida para alargamento do arruamento e permitir edificabilidade nas parcelas identificadas na participação 15046/25. Pretende ampliação do edifício existente.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi não autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15057/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na totalidade. Refere pedido de informação prévia. Informa que não existe a linha de água identificada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Na visita realizada ao local e imediações, verificou-se a existência da linha de água, pelo que se propõe a manutenção do seu traçado.	Acolhida parcial
15064/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno continue em solo urbano (4 terrenos contíguos). Refere processo de licenciamento de muros. Considera que são defraudadas expectativas e investimentos realizados. Pretende construir moradia.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15065/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno continue em solo urbano (4 terrenos contíguos). Refere processo de licenciamento de muros. Considera que são defraudadas expectativas e investimentos realizados. Pretende construir moradia.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15067/25	Classificação de solo	Pretende a manutenção da classificação de solo do PDM em vigor, nos terrenos que marginam vários arruamentos da união de freguesias de Lamelas Guimarei. Refere existência de infraestruturas	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano. (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		e uso consolidado e alega a garantia de justiça e equilíbrio territorial.		
15069/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno continue em solo urbano (4 terrenos contíguos). Refere processo de licenciamento de muros. Considera que são defraudadas expectativas e investimentos realizados. Pretende construir moradia.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15072/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, por confinar com espaço habitacional proposto.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15074/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado com Espaço de Atividades Económicas. Existe oficina de automóveis	Atendendo à dimensão do loteamento e à envolvente urbanística, não se justifica a delimitação um novo Espaço de Atividades Económicas.	Não acolhida
15078/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que foi desenvolvida proposta de moradia bifamiliar e que pretende submeter destaque de parcela e licenciamento. Informa que não existe a linha de água identificada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatção do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Tendo em conta os pareceres da APA que referem a não existência da linha de água nos terrenos a sudeste da participação e que seriam atravessados pela mesma linha de água, propõe-se a sua eliminação.	Acolhida
15080/25	Classificação de solo	Pretende que a parte norte do terreno seja retirado da RAN	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
15081/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere projeto arquitetura aprovado. Considera que compromete de forma grave e ilegítima os direitos legalmente adquiridos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
15083/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado com Espaço Habitacional. Refere existência de edifício industrial e uma ruína que pretendem reabilitar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15089/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, dada a existência de edificações nos terrenos vizinhos e para não criar descontinuidade territorial.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Para garantir a continuidade do solo rústico e do corredor verde do Leça (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15120/25	Classificação de solo	Pretende que os terrenos se mantenham em solo urbano e que o traçado da via proposta seja revisto. Trata-se de uma participação conjunta de 10 proprietários que realizaram também participações individuais (947, 953, 956, 978, 977, 975, 945, 968, 948, 907, 970, 971).	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração o loteamento existente (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório). O traçado da via foi eliminado ponderados os compromissos urbanísticos e restantes participações na área.	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
15121/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construir uma casa. Porque está num aglomerado habitacional e tinha viabilidade quando comprou o terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
15123/25	Classificação de solo	Pretende que seja alterado o solo urbano para permitir a implantação indicada para uma casa.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
15124/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como zona de construção. Refere que as vias estão dotadas de infraestruturas e que se encontra em negociação a venda de parte para edificação de habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal e Espaço Agrícola (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15125/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que confronta com via infraestruturada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
15126/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como zona de construção. Refere que as vias estão dotadas de infraestruturas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15129/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como zona de construção. Refere que as vias estão dotadas de infraestruturas.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15189/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construir casa própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
15276/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, na totalidade, para lotear todo o prédio.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
15581/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construção.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
15676/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o local dispõe de infraestruturas e que existe a intenção de desenvolver loteamento de moradias. Refere a desvalorização do terreno.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15700/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que confronta com via infraestruturada e que no terreno existe projeto aprovado e destaque de parcela.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
15792/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como área de construção numa faixa de 50m. Refere que a via está parcialmente infraestruturada e que o terreno se situa numa área de progressão da malha edificada. Faz referência a processo de licenciamento de habitação bifamiliar que se encontra em fase final de aprovação.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15874/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno se insere num loteamento construído em duas fases. Considera que as vias sem saída deve ter continuidade às vias sem saída infraestruturadas. Solicita reposição de direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
15879/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que confronta com via infraestruturada, possui construção/pavilhão e que está inserido em malha urbana consolidada. Refere perda de direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15884/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno é um prédio urbano, com dois edifícios do tipo unifamiliar. Refere perda de direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola (ver resposta 1, 2 e 4 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
15885/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
16034/25	Classificação de solo	Pretende que seja revertida a classificação para ampliar e remodelar o prédio. Refere existência de rede de infraestruturas.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
16108/25	Qualificação de solo	Pretende que o terreno passe para Espaço Habitacional para contribuir com disponibilidade de habitação para arrendamento e construção a custos controlados. Refere contrato	Deve ser mantida a categoria de espaço de baixa densidade, para transição para o solo rústico, em toda a marginal sul da via principal.	Não acolhida
16109/25	Programação	Pretende que toda a área fique em Espaço Central e sem a Área a Estruturar. Refere o contrato.	O terreno integra-se num grande vazio urbano que não pode ser classificado como urbano sem ser assegurada a sua execução programada, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, DL 80/2015, neste caso através de uma Área a Estruturar. A categoria de Espaço Central aplica-se nas áreas centrais dos aglomerados principais, que não é o caso.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
16112/25	SRUP	Não existe linha de Água . Junta parecer da APA	Tendo em conta a visita ao local e o parecer da APA que refere a não existência da linha de água, propõe-se a sua eliminação.	Acolhida
16114/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como Espaço Habitacional, sem ónus da AE 1. Refere que o terreno confronta com via infraestruturada. Refere contrato.	Propõe-se ajuste à AE 1, terreno mantém a classificação de solo de acordo com os critérios estabelecidos. (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
16117/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como espaço de Baixa densidade, uma faixa ao longo da estrada. Refere existência de infraestruturas e contrato-promessa para execução de plano de urbanização em contrapartida de cedência. Informa que não existe a linha de água identificada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano.(ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Na visita ao local não foi possível verificar a existência ou não da linha de água, e não tendo a APA emitido parecer neste âmbito, propõe-se a sua manutenção e posterior aferição por parte dessa entidade, procedendo-se a todo o tempo à sua correção.	Acolhida parcial
16140/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, em Espaço Habitacional. Está a desenvolver estudo para urbanizar, no prazo 2 a 5 anos, que contruirá para a consolidação e qualificação do território.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
16165/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano e em Espaço Habitacional, na totalidade. Refere perda de viabilidade construtiva.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e inclusão em Área a estruturar (ver resposta 1, 2 e 4 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
16201/25	Classificação de solo	Pretende alteração de Espaço de Baixa Densidade para Espaço Habitacional. Refere que o terreno é contíguo a urbanizações, que é o remate desses loteamentos e faz a transição para outro uso de solo	Propõe-se ajuste à delimitação do Espaço Habitacional contíguo e até à área de Espaço de Atividades Económicas.	Acolhida
16294/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na totalidade, por se localizar num contínuo urbano, ter acessibilidade e não prejudicar nenhuma unidade agrícola. Processo loteamento em curso, identifica informação prévia	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo de compromisso urbanístico válido (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16340/25	Classificação de solo	Pretende que os terrenos na rua dos Moinhos se mantenham com a classificação do PDM em vigor. Refere a existência de várias moradias, bem como em processo de construção, para além de terrenos possíveis de construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
16362/25	Programação	Pretende que seja retirada a Área a Estruturar, por ser de difícil execução.	O terreno integra-se num grande vazio urbano que não pode ser classificado como urbano, nem excluído da RAN, sem ser assegurada a sua execução programada, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, DL 80/2015, neste caso através de uma Área a Estruturar.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
16428/25	Classificação de solo	Pretende destacar uma parcela do terreno para construção de uma habitação.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte não inserida em solo urbano). Foi retificada a delimitação do solo urbano até à reserva por estar dentro da faixa dos 50 m, o restante não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16471/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que confronta com via infraestruturada, se localiza em aglomerado urbano e que se encontra a desenvolver projeto de operação de loteamento	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
16500/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano, Espaço Habitacional, na sua totalidade. Refere que se trata de um acerto cadastral.	Propõe-se ajuste à delimitação do Espaço Habitacional, até à via proposta. Inserido em Área a Estruturar.	Acolhida
16501/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Para criação de arruamentos e novas habitações, dinamização das construções existentes para equipamentos turísticos ou geriátricos e espaços verdes de recreio.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (maior parte) e na Reserva Ecológica Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16502/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, por se localizar em aglomerado urbano, procedendo ao seu remate e robustecimento. Identifica processo de informação prévia para loteamento habitacional.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano, sem prejuízo de compromisso urbanístico que se mantenha válido (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16503/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano. Refere que o local dispõe de infraestruturas próximas e que existe a intenção de desenvolver loteamento de moradias, com processo aprovado.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, considerando o compromisso urbanístico, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
16504/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano. Refere que o local dispõe de infraestruturas próximas e que existe a intenção de desenvolver loteamento de moradias, com processo aprovado.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, considerando o compromisso urbanístico, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório). O restante terreno permanece em Espaço Florestal.	Acolhida
16505/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para Espaço de Atividades Económicas, na totalidade, excluindo apenas as áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional.	A delimitação proposta para o Espaço de Atividades Económicas (EAE) tem em consideração, para além dos objetivos estratégicos invocados, a salvaguarda de um espaço ecológico da Estrutura Ecológica Municipal, abrangendo em parte o Corredor Ecológico do PROF, associado ao curso de água da REN e afluentes, incluindo a capela de São Bartolomeu e a faixa non aedificandi da autoestrada A3/IP1. O alargamento do EAE, para além do curso de água referido, iria exigir atravessamentos para acessibilidade com prejuízos para a preservação deste espaço.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
16506/25	Programação	Pretende que na UOPG 8 - Vale Pisão o nº máximo de pisos seja 5, em vez dos 3 definidos para o Espaço Baixa Densidade	A opção para a UOPG é por referência os parâmetros atribuídos ao Espaço de Baixa Densidade. No âmbito da concretização da UOPG através de plano de pormenor, poderão ser ajustados os parâmetros urbanísticos definidos com vista à sua adequação ao desenho urbano de maior detalhe e às condições concretas do território nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.	Não acolhida
16523/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em solo urbano. Refere que tem frente para via infraestruturada e que tem expectativas de construir.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
16550/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano e seja retirado da Reserva Agrícola, porque é um artigo urbano, tem uma construção e está murado e desnivelado do terreno envolvente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16695/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano porque é uma zona urbanizada em franca expansão.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16743/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha como no PDM em vigor. Refere processo de legalização de armazém e carpintaria. Tem intenção de restaurar casas para alugar ou vender.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
16805/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que pretende a concretização de projeto habitacional. Considera perda de direitos adquiridos.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida e parcialmente em REN (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
16819/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Aglomerado Rural e que seja retirada a RAN. Refere existência de uma construção destinada a habitação e outra sem telhado.	Integrado em Reserva Agrícola Nacional e parcialmente na zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, abrangendo a ruína referida. O restante terreno permanece em Espaço Agrícola, com a reserva acima referida (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
16838/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza em aglomerado urbano e é de construção no atual PDM. Refere desvalorização do terreno.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno mantém-se em Espaço Agrícola.	Acolhida parcial
16838/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza em aglomerado urbano e é de construção no atual PDM. Refere desvalorização do terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
16838/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza em aglomerado urbano e é de construção no atual PDM. Refere desvalorização do terreno.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16838/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza em aglomerado urbano e é de construção no atual PDM. Refere desvalorização do terreno	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. (Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16838/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza em aglomerado urbano e é de construção no atual PDM. Refere desvalorização do terreno	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (Ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16839/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. refere que o prédio se situa em aglomerado urbano. Levanta várias questões sobre os critérios para a delimitação do solo urbano e sobre a perda de capacidade construtiva.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 3 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
16847/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno possibilite a construção de habitação. Refere que é servido por caminho pavimentado e que tem infraestruturas.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
16961/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno fique todo em zona de construção.	Toda a frente, numa faixa de 50 m a contar do eixo da via pública está na proposta em solo urbano, na categoria de Espaço Urbano de Baixa Densidade, tendo aumentado relativamente ao PDM em vigor, por ter sido retirado da RAN. No entanto, o restante terreno interior, mantém-se em Espaço Agrícola por não cumprir os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
16986/25	programação	Reclamação sobre o traçado da variante à EN 105, que atravessa a propriedade de forma muito gravosa. Levanta questões paisagísticas, ambientais e patrimoniais. Solicita a suspensão da aprovação do traçado e a sua reavaliação.	O traçado inserido na proposta é transposto de projeto em execução. As questões ambientais e patrimoniais são tratadas ao nível do projeto e das negociações para aquisição dos terrenos.	Não acolhida
17016/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, porque era de construção e não foram informados da alteração. A classificação ecológica não está feita sobre estudos geológicos	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. O terreno não está em solo urbano no PDM em vigor. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17017/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que o terreno era anteriormente urbanizável e não há motivo para deixar de ser.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
17018/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque era de construção e foi retirado um direito.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
17106/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a faixa de construção como no PDM em vigor. Refere que fez investimentos no terreno e que fez levantamento topográfico para licenciamento e construção de muros para preparar para futura construção de habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e atendendo aos compromissos urbanísticos existentes na envolvente (ver resposta 1e 3 no Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
17171/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade. Refere que tem todas as infraestruturas, servido de bons acessos e que já existem construções na envolvente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
17179/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em SU. Refere que é um espaço central da freguesia, ladeado por estradas municipais e outras infraestruturas e serviços. Encontra-se a desenvolver projeto para construção de edifício multifamiliar.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 Quadro 1 deste relatório)	Acolhida
17183/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, para construir habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte não inserida em solo urbano). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17195/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano à face da via. Refere intenção de construir habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
17211/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque é um artigo urbano, tem um parque de gás licenciado e porque está em solo urbano no PDM. Esta alteração retira direitos adquiridos.	A proposta não impede a instalação ou ampliação da atividade atual. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17219/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existe pedido de informação prévia e contiguidade no município de Valongo como espaço de atividades económicas excluído da REN. Informa que existe parecer da APA sobre a inexistência de linha de água .	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno e na envolvente, bem como a articulação com o município de Valongo (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Tendo em conta o parecer da APA que refere a não existência da linha de água , propõe-se a sua eliminação.	Acolhida
17297/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere existência de edifício de habitação e comércio. Pretende construção de mais dois edifícios no terreno.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
17318/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A nova REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
17330/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A nova REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
17390/25	Classificação de solo	Pretende que a parcela fique inserida em Aglomerado Rural e a reposição da RAN atual, para habitação e turismo em espaço rural	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte não inserida em aglomerado rural). Parte corresponde a uma reversão por nada ter sido executado ao abrigo do PDM em vigor. Solo com aptidão elevada. Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório. O terreno está ainda abrangido pela Zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras, classificada como Imóvel de Interesse Público e pelo projeto do Corredor Verde do Leça.	Não acolhida
17409/25	Classificação de solo	Pretende alteração da categoria para Espaço Habitacional. Refere que foram realizadas cedências ao domínio público no âmbito do projeto aprovado. Considera que tornando inexequível o projeto aprovado, incumpe o acordo de cedência ao domínio público efetuado e viola direitos consolidados e adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do Espaço Habitacional, na continuidade do existente na envolvente da rotunda	Acolhida
17422/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano. Prolongamento do permitido no PDM de Paços de Ferreira	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
17424/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja integrado em zona urbanizável. Refere que o local dispõe de infraestruturas próximas e intenção de residir no local.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno mantém-se em Espaço Agrícola.	Acolhida parcial
17502/25	Programação	Reclama do traçado proposto para a variante à EN 105. Pretende que seja permitido construção de habitação por estar junto à estrada municipal.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório. O traçado da variante à EN 105, constante da proposta em apreciação, é indicativo e foi transposto do projeto que está a ser elaborado para a via.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
17531/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, baseado na crescente procura de habitação, para expansão do solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
17536/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, baseado na crescente procura de habitação, para expansão do solo urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
17537/25	Classificação de solo	Reclamação sobre o traçado da variante à EN 105, que atravessa a propriedade de forma muito gravosa. Levanta questões paisagísticas, ambientais e patrimoniais. Solicita a suspensão da aprovação do traçado e a sua reavaliação.	O traçado inserido na proposta é transposto de projeto em execução. As questões ambientais e patrimoniais são tratadas ao nível do projeto e das negociações para aquisição dos terrenos.	Não acolhida
17553/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A nova REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
17564/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe na totalidade para solo urbano, porque irá pagar IMI como prédio urbano.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte não inserida em Aglomerado Rural). Ver resposta 4 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
17573/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza numa zona em expansão. A proposta é desajustada da realidade, retira direitos adquiridos, porque o está em solo urbano no PDM em vigor, e desvaloriza a propriedade. Outros terrenos em situação idêntica estão em solo urbano.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. No entanto no plano é proposta uma UOPG 7 - Ermida, tendo como objetivo a infraestruturação e urbanização da área para disponibilização de habitação, a concretizar através de Plano de Pormenor (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17574/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, porque se localiza numa zona em expansão. A proposta é desajustada da realidade, retira direitos adquiridos, porque o está em solo urbano no PDM em vigor, e desvaloriza a propriedade. Outros terrenos em situação idêntica estão em solo urbano.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. No entanto no plano é proposta uma UOPG 7 - Ermida, tendo como objetivo a infraestruturação e urbanização da área para disponibilização de habitação, a concretizar através de Plano de Pormenor (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17605/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construir habitação própria. A zona já tem edificação dispersa e acessibilidade por via pública.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17648/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por existir uma construção servida por via pública.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
17784/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere que o terreno no PDM em vigor insere em Espaço habitacional tipo III	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno insere-se em Espaço agrícola e Reserva Agrícola Nacional. Mais se informa que no PDM em vigor o terreno localiza-se na sua totalidade em solo rústico.	Acolhida parcial
17789/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado em solo urbano, por ser uma zona prevista para o crescimento normal das zonas urbanas da freguesia	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17792/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano, espaço de Baixa Densidade. Refere cedência de parcelas para integração no domínio público para efeito do caminho público a nascente.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
17800/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por confrontar do outro lado da estrada com zona de construção, ter infraestruturas e ter serviços próximos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Aptidão elevada do solo. Confronta com estrada nacional e o lado oposto não está em solo urbano na proposta. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17801/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno possui todas as infraestruturas e que está em zona habitacional, sem interesse agrícola.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). Restante terreno mantém-se em Espaço agrícola.	Acolhida parcial
17803/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por ter todas as infraestruturas e não apresentar aptidão agrícola.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17853/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído como com aptidão para construção habitacional e seja excluído da RAN. Refere que se inclui em zona periurbana com continuidade urbana, com acessos rodoviários, rede elétrica e habitações na envolvente. Informa que o terreno não tem aptidão agrícola	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural (Ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
17867/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe de agrícola para urbano. Refere que está a uma cota onde não compromete as condicionantes existentes.	O terreno encontra-se em solo urbano e parcialmente integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para a ampliação de solo urbano pretendida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
17870/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para gerar habitação e consolidar, colmatar e rentabilizar a ocupação do solo, em continuidade com os núcleos urbanos existentes. Sugere plano de pormenor com prazo de execução entre 2 a 5 anos	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
17872/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A nova REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
17877/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano porque pretende criar uma habitação na casa da eira.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
17882/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A nova REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
17940/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno é servido por caminho público infraestruturado e sem aptidão agrícola. Solicita ampliação da ARU e ORU.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). As questões relacionadas com ARU e ORU estão fora do âmbito	Acolhida parcial
17962/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha em área de construção. Refere que existem várias moradias na envolvente. O terreno já foi alvo de destaque.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista. Restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
17982/25	programação	Reclamação sobre o traçado da variante à EN 105, que atravessa a propriedade de forma muito gravosa. Levanta questões paisagísticas, ambientais e patrimoniais. Solicita a suspensão da aprovação do traçado e a sua reavaliação.	O traçado inserido na proposta é transposto de projeto em execução. As questões ambientais e patrimoniais são tratadas ao nível do projeto e das negociações para aquisição dos terrenos.	Não acolhida
17983/25	programação	Reclamação sobre o traçado da variante à EN 105, que atravessa a propriedade de forma muito gravosa. Levanta questões paisagísticas, ambientais e patrimoniais. Solicita a suspensão da aprovação do traçado e a sua reavaliação.	O traçado inserido na proposta é transposto de projeto em execução. As questões ambientais e patrimoniais são tratadas ao nível do projeto e das negociações para aquisição dos terrenos.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
17985/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para legalização da edificação. Refere processo de licenciamento.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). O regulamento contém disposição para legalização de construções.	Não acolhida
17989/25	programação	Reclamação sobre o traçado da variante à EN 105, que atravessa a propriedade de forma muito gravosa. Levanta questões paisagísticas, ambientais e patrimoniais. Solicita a suspensão da aprovação do traçado e a sua reavaliação.	O traçado inserido na proposta é transposto de projeto em execução. As questões ambientais e patrimoniais são tratadas ao nível do projeto e das negociações para aquisição dos terrenos.	Não acolhida
18004/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, pelo menos a parte que está como urbana no PDM em vigor, para construção de habitação própria. Rua alargada e saneamento.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. No entanto no plano é proposta uma UOPG 7 - Ermida, tendo como objetivo a infraestruturação e urbanização da área para disponibilização de habitação, a concretizar através de Plano de Pormenor (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18070/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno está parcialmente infraestruturado e que pretende construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18091/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Considera que o terreno não tem aptidão agrícola ou florestal. Refere cedências para alargamento e execução dos arruamentos envolventes	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18098/25	programação	Reclama do traçado proposto da variante à 105, por prejudicar o sossego e bem-estar de várias espécies de animais protegidas instaladas na proximidade, com autorização do ICNF. Requer medidas a tomar pelo município para proteção do ambiente natural para os animais.	O traçado inserido na proposta é transposto de projeto em execução. As questões ambientais e patrimoniais são tratadas ao nível do projeto e das negociações para aquisição dos terrenos.	Não acolhida
18101/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano atendendo à existência de construção e de infraestruturas básicas próximas, com tendência de expansão do aglomerado existente, para coesão urbanística e aumento da oferta de habitação e serviços.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18102/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para fazer uma habitação, estando o terreno rodeado de casas.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18108/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno rústico passe a ser terreno para construção.	O terreno assinalado está em solo urbano, em Espaço Urbano de Baixa Densidade, em situação semelhante à do PDM em vigor.	Já contemplada
18118/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano para construção de habitação. Está próximo de infraestruturas e tem acesso pavimentado.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18140/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno se mantenha na classificação do PDM em vigor ou seja totalmente integrado em Aglomerado rural. Refere pedido de informação prévia a decorrer. considera que configura uma violação do princípio da proporcionalidade, do princípio da proteção, da confiança e da razoabilidade administrativa.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural (Ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18145/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere cedência para arruamento, parcialmente infraestruturado e inserido na mancha urbana. Informa sobre a existência de loteamento aprovado	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno e na envolvente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18145/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que se encontra a poucos metros de zonas residenciais. Informa sobre a existência de loteamento aprovado	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos existentes no terreno e na envolvente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18207/25	Regulamento	Pretende a alteração da redação do artigo 44º do Regulamento, relativo à implantação das edificações de forma a incluir exceções para casos devidamente justificadas	Propõe-se a alteração da redação do artigo 44º. As questões relativas ao licenciamento estão fora do âmbito.	Acolhida
18224/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, na totalidade. Refere que foram realizadas cedências à Junta de freguesia, no âmbito de processo de obras. Considera que tornando inexequível a concretização da construção prevista no processo, incumpe o acordo de cedência efetuado e viola direitos consolidados e adquiridos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18229/24	Classificação de solo	Pretende que o terreno ou parte passe para solo urbano, porque se localiza numa zona em expansão. Invoca desigual de classificação relativamente aos prédios vizinhos, perda de direitos e desvalorização da propriedade. A proposta é redutora e desajustada da realidade.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte) e na Reserva Ecológica Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. No entanto no plano é proposta uma UOPG 7 - Ermida, tendo como objetivo a infraestruturação e urbanização da área para disponibilização de habitação, a concretizar através de Plano de Pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18230/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
18231/25	Classificação de solo	Pretende que seja reclassificada a perigosidade de incêndio rural, para refletir a realidade de baixa perigosidade, e que o terreno passe para solo urbano, para garantir continuidade e permitir construção de habitações.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18235/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que não tem vocação agrícola e considera que lhe retira direitos adquiridos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18238/25	Qualificação de solo	Pretende alteração da categoria para Espaço de Atividades Económicas, para evitar incompatibilidade com o PDM.	Não se verifica incompatibilidade com a categoria de espaço proposta, que é idêntica à que consta no plano em vigor, pelo que não se justifica a sua alteração. A compatibilidade da atividade industrial com a envolvente é sempre exigível.	Não acolhida
18240/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, numa lógica de continuidade da malha urbana existente.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Acessibilidade muito condicionada. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18242/25	Qualificação de solo	Pretende alteração da categoria para Espaço de Atividades Económicas, para evitar incompatibilidade com o PDM.	Não se verifica incompatibilidade com a categoria de espaço proposta, que é idêntica à que consta no plano em vigor, pelo que não se justifica a sua alteração. A compatibilidade da atividade industrial com a envolvente é sempre exigível.	Não acolhida
18253/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja incluído em Espaço de Baixa Densidade. Refere que o terreno tem habitação licenciada, que existem infraestruturas a menos de 100 m do lote.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e tendo em consideração os compromissos urbanísticos na envolvente (ver resposta 1, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18256/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para Aglomerado Rural por ser contíguo a terrenos com edificações e a essa categoria de solo rústico. Invoca lesão do direito de propriedade.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18270/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por ter um prédio urbano com edifício existente e várias construções na envolvente em terrenos idênticos ao seu, retirando direito à construção, criando situação de desigualdade com os vizinhos. A classificação	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		proposta é desajustada da realidade.		
18271/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que não tem vocação agrícola e considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18274/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno ou parte passe para solo urbano, porque se localiza numa zona em expansão. Invoca desigualdade de classificação relativamente aos prédios vizinhos, perda de direitos e desvalorização da propriedade. A proposta é redutora e desajustada da realidade.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. No entanto no plano é proposta uma UOPG 7 - Ermida, tendo como objetivo a infraestruturação e urbanização da área para disponibilização de habitação, a concretizar através de Plano de Pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18276/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que não tem vocação agrícola e considera que lhe retira direitos adquiridos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18333/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para construção.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade e em colmatação do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18347/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbanizável por estar em continuidade com solo urbanizado e infraestruturado	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18350/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbanizável, para atividades económicas ou industriais, por se tratar de área com elevado potencial de desenvolvimento urbano e económico, visando o legítimo direito de uso e valorização da propriedade, assim como alcançar os objetivos estratégicos do plano.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18364/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar alinhado e próximo de área edificada e possuir infraestruturas, para construção de habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18367/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar alinhado e próximo de área edificada e possuir infraestruturas, para construção de habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18370/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar contíguo a áreas urbanas consolidadas e possuir infraestruturas, para construção de habitação própria.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18372/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, por estar próximo de área edificada e possuir infraestruturas, para construção de habitação.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18385/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano na totalidade, para conseguir implantar uma habitação. Realça a falta de habitação a nível nacional e falta de terrenos para construção no Vale do Leça e Refojos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte não urbana). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório)..	Não acolhida
18390/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que possui todas infraestruturas e que não tem rentabilidade agrícola. Considera-se lesado nos seus direitos.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18392/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano conforme casas vizinhas ao seu terreno.	O solo urbano já está alargado para 50m a contar do eixo da via, tal como acontece nos terrenos vizinhos.	Já contemplada
18399/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue com uma faixa em solo urbano a alargar para 50m na frente da via confrontante, dando continuidade à construção existente.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18405/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que o terreno está inserido numa área infraestruturada e que pretende construir habitação.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano e redefinidos os limites da UOPG 3 (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18412/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano, por ser contíguo a solo urbano e ter construções na envolvente, contribuindo para a consolidação dos aglomerados habitacionais existentes.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18417/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como Espaço de Baixa Densidade e que seja retirado de Área a Estruturar. Refere que no PDM em vigor se encontrava em Espaço habitacional tipo II e que a classificação lhe retira direitos adquiridos.	O terreno encontra-se em Espaço de Baixa Densidade, propõe-se a eliminação da área a Estruturar. Propõe-se eliminação Área a estruturar, atendendo à sua dimensão, aos compromissos urbanísticos existentes e participações (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18418/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por se localizar numa zona em expansão e que saia da AE28. Considera que a proposta é um retrocesso por não considerar a evolução da zona e que lhe retira direitos, relativamente aos vizinhos.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional. O terreno está abrangido por UOPG 4, tendo como objetivos a proteção do património cultural e natural envolvente e a infraestruturação e urbanização da área com colmatação das áreas residenciais existentes, a concretizar por plano de pormenor (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18425/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano, em categoria de atividade económica ou turística, de modo a ampliar empreendimento turístico instalado com autorização da entidade tutelar da RAN.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Foi autorizada a exclusão da RAN, mantendo-se em solo rústico (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório). A instalação/ampliação de empreendimentos turístico em solo rústico está prevista em solo rústico, nos termos estabelecidos no regulamento do PDM.	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18442/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere interesse em prolongar o loteamento urbano existente, dando continuidade ao arruamento sem saída, dando alternativa à EM. Propõe ordenar com áreas a estruturar em loteamento imediato.	Propõe-se ampliação do solo urbano, colmatando duas áreas urbanas existente, através da execução de via proposta. Integrado em Área a estruturar.	Acolhida
18444/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a capacidade construtiva. Refere que o campo de futebol está quase na totalidade inserido na propriedade e pretende possibilidade de construção ou urbanização para habitação ou armazenagem	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Florestal, na reserva referida. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Acolhida parcial
18445/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, dando continuidade ao aglomerado existente, devido à grande procura de terrenos para construção.	Integrado em Reserva Ecológica Nacional (maior parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano(ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18456/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja integrado na totalidade em espaço de Baixa Densidade. Refere intenção de consolidar a malha urbana existente, a existência de infraestruturas e a crescente procura habitacional.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18462/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a capacidade construtiva. Refere intenção de construir habitação própria, tendo já projeto em curso.	Integrado parcialmente na Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da RAN, a proposta mantém-se em Espaço Agrícola, na reserva referida(ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18495/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para outra categoria de espaço, porque a proposta Espaço Cultural é muito restritiva, de modo a permitir a construção de um hotel de 4 estrelas, conforme projeto apresentado no processo de licenciamento, que mereceu parecer favorável das entidades e considerado de interesse municipal pela Assembleia Municipal. A proposta retira capacidade construtiva com defraudação da expectativa financeira e é prejudicial para o desenvolvimento local e do concelho.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). No Espaço Cultural são admitidos empreendimentos turísticos, nomeadamente nas tipologias de turismo no espaço rural, que admite construções novas para hotel rural. No entanto o terreno está totalmente abrangido por Áreas de Risco Potencial Significativo de Inundações (ARPSI), com classe de perigosidade muito alta/Alta, onde não são admitidas novas construções. Esta condição resulta do Plano de Gestão dos Riscos e Inundações para a Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça - PGRI (RH2).	Não acolhida
18507/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja integrado em Espaço de Baixa Densidade. Refere existência de arruamentos com infraestruturas e o facto de um dos artigos corresponder a lote de loteamento com alvará.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, integrando o loteamento aprovado e na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18511/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano em continuidade com a malha urbana existente	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (curso de água)Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18514/25	Classificação de solo	Pretende reposição de terreno em espaço para equipamentos. A proposta não fundamenta a passagem da área para habitação, face à estratégia municipal de necessidade de áreas para satisfação de carências habitacionais.	A área ocupada com equipamentos encontra-se inserida em Espaço de Uso Especial. O terreno indicado é de propriedade privada e não tem equipamentos instalados. Não se justifica a reserva de solo, sobre um terreno particular, sem objeto definido e concreto com programação da sua aquisição (artigo 154º do DL 80/2015 - RJIGT). A categoria de espaço atribuída na proposta do plano não impede a utilização dessa área para equipamento.	Não acolhida
18522/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na sua totalidade e em Espaço de Atividades Económicas, dada a sua localização próxima do acesso à A41, devendo ser retirado da Área a Estruturar prevista.	O plano prevê um Espaço de Atividades Económicas na proximidade onde já existem várias empresas, para dar resposta às necessidades de localizações empresariais. O terreno em causa deve manter-se em Espaço Habitacional para dar resposta às necessidades habitacionais, tendo sido alargado a toda a área delimitada. Inserido em Área a Estruturar.	Acolhida parcial
18529/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere existência no PDM em vigor de rede viária proposta para ocupação do terreno. Informa que pretende construir em breve.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida e parcialmente em REN (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18532/25	Regulamento	Pretende que seja alterada a redação do art.º 25º do regulamento, que não permite habitação em Espaço Florestal.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo rustico, na categoria de Espaço Agrícola, na continuidade do que já constava da proposta. (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório). O regime de edificabilidade previsto para o Espaço Agrícola e Espaço Florestal encontra-se definido no regulamento do PDM.	Acolhida parcial
18534/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que se encontra em malha urbana consolidada e servida por via infraestruturada.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18542/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano para continuidade de tecido urbano-industrial e para coerência do ordenamento do território. Reclama da perda de potencial construtivo e de valor económico do solo, sem compensação. Solicita envio de elementos de fundamentação da proposta.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. A proposta do plano contém os necessários documentos de fundamentação, que foram disponibilizados nos termos previstos no Decreto-Lei 80/2015 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), sem os quais a proposta não teria obtido a aprovação final da CCDRN, também disponibilizada (ver resposta 1 e 2 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18543/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para criar homogeneidade no aglomerado urbano e para poder construir uma habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
18544/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que se encontra em malha urbana consolidada e servida por via infraestruturada e existência de habitação com alvará	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18546/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para criar homogeneidade no aglomerado urbano e para poder construir uma habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18550/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano, para criar homogeneidade no aglomerado urbano e para poder construir uma habitação.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (parte inserida em Espaço Agrícola). Ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
18557/25	SRUP	Pretende que o terreno seja excluído da REN, passando a integrar a área de exclusão C25, por existir uma construção. Tem uma autorização da APA.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. Solo de elevada aptidão agrícola (ver resposta 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18560/25	Programação	Pretende que o terreno seja retirado da Área a Estruturar, bem como os restantes que se localizam entre o arruamento e a VIM, uma vez que o arruamento possuiu todas as infraestruturas	Propõe-se ajuste à Área a estruturar, não sendo relevante a manutenção do terreno em causa na mesma, visto existir via que estrutura a referida área dotada de infraestruturas.	Acolhida
18562/25	Ambiente e Património	Pretende integrar 5 biosítios na planta de Ordenamento. Incluir o Corredor do Leça e o PEGA na programação do PDM.	Os biosítios identificados estão inseridos em EEM e por esse meio salvaguardados. Relativamente ao Corredor do Leça, este encontra-se integrado no PERLA e por esta via salvaguarda a intervenção. O PEGA está ainda em fase de desenvolvimento.	Acolhida parcial
18563/25	Programação	Pretende que o terreno seja retirado de Área a Estruturar e passe para Espaço de atividades Económicas devido à sua localização junto ao acesso à A41.	O plano prevê um Espaço de Atividades Económicas na proximidade onde já existem várias empresas, para dar resposta às necessidades de localizações empresariais. O terreno em causa deve manter-se em Espaço Habitacional para dar resposta às necessidades habitacionais, na zona central da freguesia. Contudo carece de estruturação urbana, para além da infraestruturização, pelo que se mantém em Área a Estruturar.	Não acolhida
18564/25	Regulamento	Pretende alterações no Regulamento artigos 87º e 49º relativos à cerca e altura das edificações e propõe a redação.	Propõe-se alteração dos referidos artigos do regulamento com vista à clarificação dos conceitos por referência à legislação em vigor (decreto regulamentar 5/2019) e à aplicação da exceção em pisos recuados.	Acolhida
18567/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere pedido de informação prévia aprovado. A proposta do plano prejudica futuras alterações.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte residual). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano. Sem prejuízo de compromissos urbanísticos válidos. Os futuros melhoramentos estão salvaguardados no regulamento (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18573/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Refere que não está fundamentada a inclusão do prédio em Espaço cultural e em REN. Considera que deve ser alterado o artigo 17º do Regulamento.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada parcialmente a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do aglomerado rural. Alterado o artigo 17º (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18587/25	SRUP	Reclamação sobre a previsão de EEREG (pedreira de Lagedo). A nova REN deve ser revogada; aumentar a zona de proteção da Serra Hidráulica de Pereiras; está em cabeceira; desconformidade com a Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e com a diretriz 19 da secção II das OENR e violação do nº 4, do artigo 60º da Lei 107/2001.	A REN proposta ainda não foi publicada pelo que a figura de revogação não é aplicável. Esta nova delimitação foi elaborada de acordo com as OENR, Portaria 336/2019, alterada pela Portaria 264/2020 e aprovada pelas entidades competentes, tendo sido aplicada a diretriz 19 da secção II. Não há exclusões da REN na área da pedreira. O nº 4 do artigo 60º do DL 107/2001, nada impõe ou obriga pelo que não é suscetível de violação. A delimitação de uma Zona Especial de Proteção tem procedimento administrativo autónomo, fora do âmbito do PDM.	Não acolhida
18588/25	Classificação de solo	Pretende que para a área da participação seja mantida a classificação de solo do PDM em vigor, procedendo-se à exclusão da Reserva Agrícola Nacional e propões alternativa à via proposta. Refere vários pedidos de informação prévia e processo de obras para justificar a alteração. Apresenta alternativa no caso de manutenção da classificação proposta através da integração em unidade de execução, UOPG, definido objetivos.	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos existentes. (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório). Relativamente à via proposta esta foi ajustada tendo em consideração os referidos compromissos e ponderadas as restantes participações na área.	Acolhida parcial
18590/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na totalidade. A redução do solo urbano é claramente lesiva. Não foi considerado o destaque de parcela aprovado pela Câmara, que fica considerado nulo.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (parte inserida em Espaço Agrícola). A proposta do plano não tem interferência com o destaque de parcela (ver resposta 1 e 2 do Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18595/25	Regulamento	Subscreve participação 15005/25	Propõe-se a incorporação dos contributos no regulamento, tendo como objetivo clarificar as ações admitidas em espaço florestal.	Acolhida parcial
18596/25	Classificação de solo	Pretende que a totalidade do terreno passe para solo urbano. Discorda da via proposta	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (parte inserida em Espaço Florestal). A via proposta destina-se a dar continuidade à via sem saída e a melhorar as condições de acessibilidade local. A classificação de parte do terreno como solo urbano resulta da previsão dessa via (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18601/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano na totalidade e que seja retirado da REN. Refere que existe construção devidamente licenciada, projetada para ser ampliada oportunamente. A capacidade construtiva será fortemente afetada. Considera-se lesado nos direitos adquiridos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1, 2, 3 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida
18688/25	Regulamento	Reclama sobre o Regulamento em concreto AE. Refere que a necessidade de estudo urbanístico prévio às Unidades de execução, pode criar atritos e constrangimentos entre diferentes proprietários. Considera que a CM deve gerir todo o processo incluindo a redistribuição entre os proprietários e que a não aceitação por parte de um proprietário não	A redação do artigo 109º do Regulamento foi alterada no sentido de serem clarificadas questões relacionadas com o referido estudo. Alguns aspetos referidos já se encontravam contemplados. A unidade de execução, bem como o seu sistema de execução, é realizada nos termos do RJIGT.	Não acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
		hipotecaria o interesse dos restantes.		
18721/25	Classificação de solo	Pretende a correção da delimitação entre o solo urbano e o solo rústico de forma que o solo urbano inclua a totalidade das construções e áreas funcionais adjacentes.	Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (parte inserida em Espaço Agrícola). Os futuros melhoramentos das construções existentes estão salvaguardados no regulamento (ver resposta 1 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18743/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno delimitado seja retirado da REN e da EEM, excluído de zona inundável e classificado como Espaço Central. Invoca licenças, localização em área consolidada e ausência de risco.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Propõe-se o alargamento do Espaço Central na área de estacionamento na licença referida e zona contígua. No entanto esse alargamento continua integrado na REN na Margens dos Cursos de Água e passa a zona inundável e a zona de infiltração máxima, conforme condições de exclusão (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18752/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a capacidade construtiva do PDM em vigor. Refere pedido de informação prévia aprovado. Em alternativa recuo dos limites para o alinhamento definido pelo caminho Norte-Sul que divide o terreno a meio.	Propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta, seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 3 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18756/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano, ou compatível com edificação habitacional. Refere intenção de concluir/ampliar a construção existente e a não aptidão agrícola do terreno. Construção inacabada com alvará	Integrado parcialmente em Reserva Agrícola Nacional. Foi autorizada a exclusão da RAN, mantendo-se em solo rústico em Espaço Agrícola (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18758/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno seja classificado como solo urbano, para atividades comerciais. Refere localização como preferencial para a função pretendida. Pretende a exclusão da RAN.	Integrado em Reserva Agrícola Nacional e parcialmente em Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN e não foi autorizada da REN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos existentes. (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18760/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere que um dos prédios já possuiu edificação, e que se inserem numa área consolidada, com infraestruturas. Considera que são lesados os interesses legalmente protegidos e direitos subjetivos dos proprietários.	Integrado em Reserva Agrícola Nacional. Atendendo a que foi autorizada a exclusão da RAN, propõe-se o ajuste à delimitação do solo urbano, seguindo os critérios para classificação como solo urbano, tendo em consideração os compromissos existentes. O restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida e parcialmente em REN (ver resposta 1, 2 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial
18761/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno passe para solo urbano por se localizar entre casas e não possuir vegetação nem arvoredo.	Integrado na Reserva Agrícola Nacional (parte). Não cumpre os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não acolhida
18763/25	Classificação de solo	Pretende que o solo urbano seja aumentado para permitir destaque de parcela, de acordo com sentença judicial. Não interfere com reservas nacionais e aparenta estar conforme limites cadastrais, incluindo construções existentes.	Propõe-se o ajuste à delimitação do Aglomerado Rural, colmatando a área como tal já prevista (ver resposta 1 do Quadro 1 deste relatório).	Acolhida

2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso
Relatório de ponderação da Discussão Pública

Registo	Assunto	Resumo da Participação	Ponderação da participação	Decisão
18766/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere procura da área e a existência de arruamento pavimentado e parcialmente infraestruturado.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que foi não autorizada a exclusão da REN, o terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Não Acolhida
18768/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno mantenha a classificação do PDM em vigor. Refere procura da área e a existência de arruamento pavimentado e parcialmente infraestruturado.	Integrado na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se pequeno ajuste à delimitação do solo urbano, na continuidade do que já constava da proposta e seguindo os critérios para classificação como solo urbano, restante terreno delimitado permanece em Espaço Agrícola, na reserva referida. Ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório.	Não acolhida
18799/25	Classificação de solo	Pretende que o terreno continue em solo urbano. Considera-se lesado nos direitos adquiridos.	Integrado parcialmente na Reserva Ecológica Nacional. Atendendo a que não foi autorizada a exclusão da REN, propõe-se ajuste à delimitação do solo urbano seguindo os critérios para classificação como solo urbano (ver resposta 1 e 5 no Quadro 1 deste relatório).	Acolhida parcial

ANEXO III – LISTA DE REGISTOS NÃO PONDERADOS

Registo	Registo	Registo	Registo	Registo	Registo
758	898	981	1070	1173	1304
770	901	982	1072	1175	1307
772	903	983	1073	1179	1309
773	904	984	1074	1181	1311
779	905	985	1075	1183	1316
782	911	986	1076	1189	1318
784	912	987	1079	1197	1319
787	914	989	1080	1198	1320
788	915	990	1081	1199	1324
789	916	992	1082	1200	1326
790	917	994	1083	1201	1327
791	918	997	1085	1202	1328
792	919	1009	1089	1203	1332
793	920	1010	1090	1204	1335
794	921	1012	1091	1217	1336
796	922	1013	1092	1219	1337
797	923	1014	1093	1221	1339
798	924	1015	1099	1222	1341
799	925	1016	1101	1225	1343
800	926	1017	1102	1226	1344
803	927	1018	1116	1227	12050/25
804	928	1020	1120	1228	13305/25
806	929	1025	1121	1229	13506/25
807	931	1026	1123	1248	13739/25
816	933	1027	1124	1249	13789/25
820	934	1028	1125	1251	13868/25
821	936	1029	1126	1252	14900/25
823	937	1034	1127	1262	14901/25
842	938	1038	1128	1264	15019/25
843	939	1040	1129	1265	15020/25
844	940	1042	1130	1266	15021/25
845	941	1043	1131	1267	15027/25
846	943	1044	1132	1268	15037/25
851	944	1045	1134	1271	15050/25
856	945	1048	1137	1273	15075/25
858	950	1049	1138	1276	15085/25
860	951	1050	1139	1277	15107/25
862	952	1051	1141	1278	15809/25
864	960	1053	1142	1279	15963/25
867	961	1054	1143	1280	16247/25
874	963	1055	1144	1281	16296/25
876	966	1059	1145	1284	16415/25
878	967	1060	1147	1289	18246/25
886	969	1061	1155	1290	18526/25
887	973	1063	1158	1292	18527/25
888	974	1064	1160	1293	18558/25
889	977	1066	1161	1295	
895	978	1068	1168	1296	
897	979	1069	1169	1299	

ANEXO IV– PLANTA COM A DELIMITAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES